



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Tecnologia e Ciências
Faculdade de Engenharia

Christiane Florinda de Cima Aires

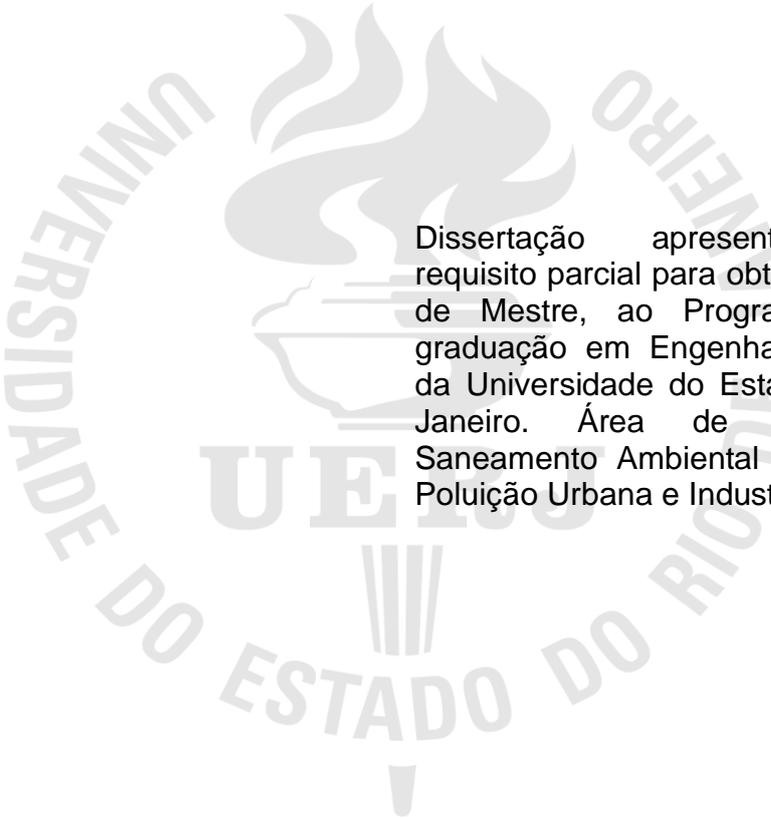
**Avaliação das ações da rede de incubadoras de Cooperativas
Populares do Estado do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2019

Christiane Florinda de Cima Aires

**Avaliação das ações da rede de incubadoras de Cooperativas Populares do
Estado do Rio de Janeiro**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Saneamento Ambiental - Controle da Poluição Urbana e Industrial.

Orientador: Prof. Dr. Elmo Rodrigues da Silva

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/B

Aires, Christiane Florinda de Cima.
Avaliação da ações da rede de Incubadoras de Cooperativas
Populares do Estado do Rio de Janeiro.
133f.

Orientador: Elmo Rodrigues da Silva
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Faculdade de Engenharia.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Christiane Florinda de Cima Aires

**Avaliação das ações da rede de incubadoras de Cooperativas Populares do
Estado do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Saneamento Ambiental - Controle da Poluição Urbana e Industrial.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Elmo Rodrigues da Silva (Orientador)
Faculdade de Engenharia – UERJ

Prof. Dr. Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos
Faculdade de Engenharia – UERJ

Prof. Dra. Eliane Ribeiro Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Profa. Dra. Neli Maria Castro de Almeida
Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus Antepassados.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Elmo Rodrigues da Silva, pelo suporte, atenção, dedicação, paciência e parceria durante a execução deste trabalho.

Ao corpo docente do PEAMB, pelas matérias, aulas e debates ricos e inspiradores. Agradeço, em especial, ao professor Dr. Ubirajara Mattos pelas dicas, orientações e apoio concedido.

Meu agradecimento aos colegas de turma pelas trocas, debates e apoio durante esta trajetória, em especial a Júlia, Érika e Gabriela.

Expresso minha gratidão especial ao amigo Igor Laguna pelo apoio dado em diversos momentos desta jornada.

Meu reconhecimento aos Professores e colegas do Curso de Gestão Ambiental. Meu agradecimento especial à Juliana, Letícia e Isabela, por todo o carinho.

Agradeço a todos que fazem parte do movimento de Economia Solidária, em particular aos membros da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, sobretudo aos atuais coordenadores das ITCPS fluminenses: Eliane, Nilza, Neli, Vinícius, Paula e Luiz Abegão, bem como aos membros dos projetos que tive a oportunidade de fazer parte.

Obrigada meus irmãos Claudinha e César pelo apoio e carinho em todos os momentos.

Aos meus pais, Júlia e José Carlos, pelo apoio incondicional e constante incentivo na busca pela realização dos meus sonhos.

Aos meus filhos Gustavo e Tadeu pela compreensão e apoio. A meu querido Miguel e sobrinhos Mayara, Aninha, Luisinho e Matheus, grata por seu amor.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelas verbas disponibilizadas na forma de bolsa, passagens e diárias.

Um agradecimento especial à Gonçalo Guimarães, pelos ensinamentos e, sobretudo, por seu protagonismo neste movimento que são hoje as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Por fim, agradeço meu amado companheiro Dimas, pelo apoio psicológico, financeiro e por todo o amor e carinho. Com você chegar até aqui foi um pouco menos difícil.

Quem tem fome tem pressa.

Herbert de Souza

RESUMO

Aires, Christiane Florinda de Cima . *Avaliação das ações da rede de incubadoras de Cooperativas Populares do Estado do Rio de Janeiro*. 2019. 165f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A Economia Solidária surgiu no Brasil como alternativa à crise no mercado de trabalho e à situação de fome de parte da população. Nos anos 1990, trabalhadores se organizaram para assumir empreendimentos falimentares atuando de forma comunitária, autogestionária e cooperativa. Em 1995, a Universidade Federal do Rio de Janeiro criou a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Em 1998 foi lançado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). Atualmente, no estado do Rio de Janeiro existem seis ITCPs ligadas às Instituições de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Universidade Federal Fluminense, Instituto Federal do Rio de Janeiro e Instituto Federal Fluminense. Alguns problemas das ITCPs observados são: descontinuidade, falta de recursos financeiros, rotatividade dos membros, dificuldades no método de gestão e de incubação, etc. Tais problemas suscitaram questões como: O que leva o sucesso das ITCPs e dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)?; Como se dão as articulações entre eles?; Quais fatores são mais relevantes para o seu desempenho? Acredita-se que os resultados dos Empreendimentos Econômicos Solidários são limitados e, de maneira geral, estão relacionados ao bom desempenho e às estratégias adotadas pelas ITCPs, sendo fundamental buscar a inovação e a sua viabilidade técnica e econômica. Esta pesquisa objetiva avaliar as ações da rede de ITCPs no estado do Rio de Janeiro. A metodologia é qualitativa e descritiva e foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, aplicação de questionário e observações de campo. Para análise das ITCPs foram propostos indicadores nos Eixos: Pessoal, Tecnológico, Mercado, Financeiro, Administração e Gestão. A Matriz SWOT foi utilizada para identificar as suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Espera-se contribuir para a melhoria das ITCPs e no fortalecimento da Economia

Solidária no estado do Rio de Janeiro, reafirmando a importância da extensão e da pesquisa nas Universidades. No contexto atual do país, e no caso do estado do Rio de Janeiro, as políticas públicas nas áreas da saúde, meio ambiente e trabalho têm sofrido retrocessos consideráveis e, caso persista a tendência de redução de investimentos, tanto as ITCPs como os EES precisam traçar novos caminhos e estratégias para enfrentar os desafios. Deve-se buscar alternativas de captação de investimentos por meio de parcerias com instituições nacionais e internacionais, a fim de aprimorar a capacitação das ITCPs e dos EES, sendo esse fator crucial para o seu bom desempenho e continuidade. Recomenda-se que se reforcem as ações da Rede Nacional das ITCPs e de sua participação mais efetiva nos fóruns estaduais e municipais para contribuir na elaboração e manutenção das Políticas Públicas de Economia Solidária. Uma das limitações do trabalho foi a impossibilidade de se quantificar os indicadores, o que propiciaria mais elementos para aprofundamento das análises. Para estudos futuros, recomenda-se a elaboração de uma ferramenta de avaliação de maturidade e de melhoria contínua replicável nas ITCPs e EES do estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Economia Solidária; Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Empreendimentos Econômicos Solidários; Vulnerabilidade Socioambiental.

ABSTRACT

Aires, Christiane Florinda de Cima . Evaluation of the actions of the incubators network of Popular Cooperatives of the State of Rio de Janeiro.

2019. 165f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The Solidarity Economy emerged in Brazil as an alternative to the crisis in the labor market and the hunger situation of part of the population. In the 1990s, workers organized themselves to take on bankruptcy ventures acting in a community, self-managed and cooperative manner.

In 1995, the Federal University of Rio de Janeiro created the Technological Incubator of Popular Cooperatives (ITCP). In 1998 the National Popular Cooperative Incubator Program (PRONINC) was launched. Currently, in the state of Rio de Janeiro there are six ITCPs linked to educational institutions: Federal University of Rio de Janeiro, North Fluminense State University Darcy Ribeiro, Celso Suckow da Fonseca Federal Center for Technology Education, Fluminense Federal University, Federal Institute of Rio de Janeiro and Fluminense Federal Institute. Some problems of ITCPs observed are: discontinuity, lack of financial resources, member turnover, difficulties in management and incubation methods, etc. Such problems have raised questions such as: What drives the success of ITCPs and Solidarity Economic Enterprises (EES)? How are the connections between them? What factors are most relevant to their performance? It was assumed that a large part of Solidarity Economy initiatives, particularly ITCPs, are related to social and environmental issues and that the results of incubated enterprises are limited and depend on the good performance and strategies adopted by the ITCPs, being fundamental to seek their technical and economical viability. This research aims to evaluate the actions of the ITCP network in the state of Rio de Janeiro. The methodology is qualitative and descriptive and was carried out through bibliographic and documentary research, questionnaire application and field observations. For analysis of the ITCPs, indicators were proposed in the axes: Personnel, Technological, Market, Financial, Administration and Management. The SWOT Matrix was used to identify the strengths, weaknesses,

opportunities and threats. It is expected to contribute to the improvement of ITCPs and the strengthening of the Solidarity Economy in the state of Rio de Janeiro, reaffirming the importance of extension and research in universities. In the current context of the country, and in particular of the state of Rio de Janeiro, public policies in the areas of health, environment and work have suffered considerable setbacks. ITCPs need to outline new ways and strategies to meet the challenges.

Investment-seeking alternatives should be sought through partnerships with national and international institutions in order to improve the capacity of ITCPs and EES, which is crucial for their good performance and continuity. It is recommended to reinforce the actions of the National Network of ITCPs and a more effective participation in state and municipal forums to contribute to the elaboration and maintenance of Public Policies of Solidarity Economy. One of the limitations of the study was the impossibility of quantifying the indicators, which would provide more elements for further analysis. For future studies, it is recommended that a maturity evaluation and continuous improvement tool be replicable in the ITCPs and EES of the state of Rio de Janeiro.

Keywords: Solidarity Economy; technological incubators of popular cooperatives; Sustainable Economic Entrepreneurs ;social environmental vulnerability

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Análise <i>SWOT</i>	35
Figura 2: Número de EES mapeados em 2005 e 2013.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- ITCPs do Estado do Rio de Janeiro contempladas pela chamada PRONINC MCTI-SECIS/MTE-SENAES/CNPq nº 89/2013	23
Quadro 2 - Comparação dos pontos em comum entre as ITCPs pré-selecionadas.	24
Quadro 3 - Seções e objetivos do Questionário Aplicado.....	27
Quadro 5 - Matriz <i>SWOT</i> UFRJ.....	35
Quadro 6 - Relação das atividades complementares	36
Quadro 7 - Resumo dos Objetivos e Procedimentos adotados	37
Quadro 8 - Exemplos de organizações associativas	38
Quadro 9 - Ano de lançamento dos Editais PRONINC.....	59
Quadro 10 - Plenárias do FBES	62
Quadro 11 - Políticas públicas na área de ECOSOL no estado do Rio de Janeiro ..	64
Quadro 12 - Dimensões da Tecnologia Social	73
Quadro 13 - Primeiras ITCPs e ano de início de suas atividades.....	76
Quadro 14 - Lista de ITCPs atualizada da REDE de ITCPs com base no recadastramento de 2018.....	77
Quadro 15 – ITCPs Fluminenses	81
Quadro 16- Membros da ITCP/COPPE/UFRJ.....	85
Quadro 17 - Empreendimentos em andamento na ITCP/COPPE/UFRJ	85
Quadro 18 - Membros da ITEP/UENF	88
Quadro 19 - Empreendimentos ITESS/CEFET/RJ	95
Quadro 20 - Membros da ITESS/CEFET/RJ	96
Quadro 21 - Membros da ITCP/IFRJ.....	98
Quadro 22- Membros da ITCP/IFF	100
Quadro 23 - Eixo Pessoal (EP).....	105
Quadro 24 - Eixo Tecnológico (ET)	106
Quadro 25 - Eixo Financeiro (EF).....	107
Quadro 26- Eixo Mercado (EM).....	108
Quadro 27 - Eixo Administração (EA).....	109
Quadro 28 - Eixo Gestão (EG)	110
Quadro 29 - Matriz <i>SWOT</i> UFRJ.....	111
Quadro 30 - Matriz <i>SWOT</i> ITEP/UENF	112
Quadro 31 - Matriz <i>SWOT</i> ITESS/CEFET/RJ.....	113

Quadro 32- Matriz <i>SWOT</i> ITCP/IFF.....	114
Quadro 33 - Matriz <i>SWOT</i> ITCP/IFRJ	114
Quadro 34 - Matriz <i>SWOT</i> InTECSOL/UFF.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado Rio Janeiro
AGROPRATA	Associação dos Agricultores do Rio da Prata
ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CAF	Cooperativa de Amigos da Floresta
CEFET	Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEES	Conselho Estadual de Economia Solidária
CERNE	Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos
CLT	Consolidação das leis do trabalho
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CODEMCA	Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos
COEP	Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida
COP	Conferência das Partes
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECOSOL	Economia Solidária
EES	Empreendimento Econômico Solidário
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IES	Instituição de Ensino Superior
IFF	Instituto Federal Fluminense

IFRJ	Instituto Federal do Estado do Rio de Janeiro
InTECSOL	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ITECS	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos e Cooperativas Populares
ITEP	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares
ITESS	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
ONG	Organização Não-Governamental
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SPG	Sistema Participativo de Garantia
TIC	Tecnologia da Informação
UFENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEB	Universidade do estado da Bahia
UNITRABALHO	Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
USP	Universidade de São Paulo
TBC	Turismo de Base Comunitária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 METODOLOGIA	22
1.1 Motivação	22
1.2 Delimitação do objeto de pesquisa	23
1.3 Qualificação da pesquisa	25
1.3.1 Da abordagem.....	25
1.3.2 Dos objetivos.....	25
1.4 Dos Procedimentos	26
1.4.1 Pesquisa Bibliográfica	26
1.4.2 Pesquisa Documental.....	27
1.4.3 Levantamento de dados	27
1.4.4 Tratamento, Análise e Apresentação dos Resultados.....	28
1.4.5 Outras fontes de dados	36
1.4.6 Objetivos e Procedimentos Adotados.....	37
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	38
2.1 Economia Solidária - Aspectos Conceituais	38
2.1.1 Surgimento do conceito de Economia Solidária no Mundo	43
2.1.2 Economia Solidária no Brasil.....	44
2.1.3 Os Empreendimentos Econômicos Solidários.....	45
2.1.3.1 Tipos organizacionais de Empreendimentos Econômicos Solidários.....	47
2.1.3.2 Atividades.....	50
2.1.4 A Economia Solidária como alternativa de trabalho e renda	52
2.1.5 A Economia Solidária e o Meio Ambiente	53
2.1.6 Políticas Públicas de Economia Solidária.....	56
2.1.6.1 Políticas Públicas de Economia Solidária em Nível Federal	58
2.1.6.2 - Políticas Públicas de Economia Solidária em Nível Estadual – RJ	64
2.1.6.3 – Políticas Públicas de Economia Solidária em Nível Municipal – Rio de Janeiro	67
2.2 Incubação	69
2.2.1– Histórico do surgimento das incubadoras.....	69
2.2.2 - Tecnologia Social.....	71

2.2.3 - Histórico do surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.....	74
2.2.4 - Panorama atual das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares no Brasil.....	77
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	80
3.1 Formação e estruturação das ITCPs do estado do Rio de Janeiro.....	80
3.1.1 ITCP/COPPE/UFRJ.....	82
3.1.2 ITEP UENF.....	87
3.1.3 ITESS CEFET RJ.....	91
3.1.4 ITCP IFRJ.....	97
3.1.5 ITCP/IFF.....	99
3.1.6 ITCP/UFF.....	101
3.2 Aplicação dos indicadores para utilização do método SWOT	104
3.3 Análise das ITCPs do estado do Rio de Janeiro com a matriz SWOT	111
3.3.1 ITCP/COPPE/UFRJ.....	111
3.3.2 ITEP/ UENF.....	112
3.3.3 ITESS/CEFET/RJ.....	113
3.3.4 ITCP/ IFF.....	114
3.3.5 ITCP/ IFRJ.....	114
3.3.6 InTECSOL UFF.....	115
CONCLUSÃO E SUGESTÕES.....	117
REFERÊNCIAS.....	121
APÊNDICES	129

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ECOSOL) surgiu no Brasil a partir de movimentos com o objetivo comum de buscar saídas para a crise profunda do mercado de trabalho e da situação de fome da população de baixa renda. Em meados dos anos 1990, trabalhadores passaram a se organizar e assumir coletivamente empreendimentos falimentares, enquanto empreendimentos de base comunitária se organizavam de forma autogestionária e cooperativada.

Dentre alguns dos movimentos que fortaleceram a Economia Solidária no Brasil, destacam-se a fundação da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG), em 1991, e o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), em 1993 (SINGER,2002).

É através do COEP que a Academia é chamada a participar no grande movimento da sociedade que teve como mentor o Sociólogo Herbert de Souza. A resposta veio através da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com a proposição da criação de uma incubadora tecnológica nos moldes da que já existia no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), com o diferencial de que esta incubadora teria como público alvo Cooperativas Populares e autogestionárias.

Em 1995, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) foi concebida como um centro de tecnologia para disponibilizar os conhecimentos e os recursos existentes na Universidade pública para dar suporte à formação e desenvolvimento (incubação) de Empreendimentos Solidários autogestionários, buscando-se alternativas de trabalho, renda e cidadania para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica (GUIMARÃES,1998).

Com a criação de políticas públicas voltadas para a área de Economia Solidária, o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) foi lançado em 1998, visando fomentar a criação de novas ITCPs. Um ano após a sua criação, foi constituída a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Apesar de ser pioneiro nessa área, durante mais de uma década o estado do Rio de Janeiro contou apenas com a ITCP/COPPE/UFRJ. Atualmente, estão em atividade seis ITCPs ligadas às seguintes Instituições de Ensino (IES): UFRJ, Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Centro Federal de

Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e Instituto Federal Fluminense (IFF).

As atividades realizadas por alguma dessas ITCPs e os projetos por elas empreendidos foram observados pela autora desta dissertação na sua atuação junto às mesmas. Dentre alguns dos problemas identificados, destacam-se a descontinuidade de projetos, a falta de recursos humanos e financeiros, a rotatividade dos membros das ITCPs e dos empreendimentos, bem como a dificuldade nos métodos de gestão e de incubação, dentre outros.

Assim sendo, a partir desta experiência foi possível identificar questões que motivaram esta pesquisa, tais como: o que leva esses empreendimentos a obterem ou não sucesso ao longo do tempo?; Como se dão as articulações entre eles?; Quais fatores mais relevantes estão relacionados ao desempenho desses empreendimentos?

Acredita-se que os resultados dos Empreendimentos Econômicos Solidários são limitados e, de maneira geral, estão relacionados ao bom desempenho e às estratégias adotadas pelas ITCPs, sendo fundamental buscar a inovação e a sua viabilidade técnica e econômica.

O Objetivo Geral deste trabalho é avaliar as ações da rede de ITCPs que atua no estado do Rio de Janeiro. Os objetivos específicos são:

- Identificar nas ITCPs do estado do Rio de Janeiro os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) pré-incubados, incubados e em acompanhamento;
- Coletar informações das ITCPs;
- Selecionar eixos organizadores das incubadoras;
- Propor Indicadores segundo cada eixo organizador.
- Avaliar oportunidades e desafios das ações desenvolvidas pelas ITCPs.

Com esta pesquisa espera-se contribuir para uma aproximação das seis ITCPs e para o fortalecimento da Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro, acredita-se que esta aproximação poderá trazer ganhos para as ITCPs, EES e IES envolvidos.

Este trabalho se justifica pela escassez de informações e de métodos de avaliação de forma integrada das ITCPs que atuam no estado do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que o percurso acadêmico e profissional desta autora facilitou a coleta de dados junto à essas ITCPs.

A relevância deste tema se dá pelo atual contexto brasileiro diante do aumento do desemprego, da precarização das relações de trabalho, de uma maior flexibilização da legislação com perdas de direitos trabalhistas e previdenciários, dentre outros problemas que colocam em risco a continuidade das políticas públicas na área socioambiental. Além disso, as Universidades públicas brasileiras tiveram recentemente seus recursos contingenciados, o que poderá implicar negativamente também nas ações das ITCPs a elas vinculadas.

Espera-se que um maior conhecimento das ações das ITCPs do estado do Rio de Janeiro contribua de forma positiva reafirmando a importância da extensão e da pesquisa nas Universidades na construção de um desenvolvimento econômico e social mais justo, sustentável e solidário.

No atual cenário econômico e social brasileiro, que apresenta continuada recessão econômica, com supressão de diversos direitos trabalhistas e mudanças do sistema previdenciário, impactando sobretudo os trabalhadores com rendas mais baixas, as ITCPs podem assumir um importante papel no apoio à essa parcela da população, do ponto de vista socioambiental, tecnológico e econômico.

Esse é o momento de se estabelecer e fortalecer laços e troca de saberes, pois, como dizia Paulo Freire: “não há saber mais ou saber menos, apenas diferentes saberes” e, por que não dizer, complementares. Por isso, o fortalecimento dos vínculos e a troca de conhecimentos entre as ITCPs na forma de rede, se tornam imprescindíveis, beneficiando o movimento de Economia Solidária em nível municipal, estadual e, conseqüentemente, federal.

Destaca-se a atuação da autora junto às ITCPs do Rio de Janeiro, trajetória que começou junto a ITCESS/CEFET/RJ como bolsista CNPQ na chamada PRONINC 89/2013 e estagiária em 2016, prosseguiu com a atuação em dois projetos junto a ITCP /COPPE/UFRJ e como bolsista CNPQ da chamada PRONINC 27 /2017 na ITCP/IFRJ. Essa atuação facilitou a coleta de dados junto a essas ITCPs, bem como um maior contato com as demais ITCPs do estado do Rio de Janeiro durante os eventos da rede estadual e nacional de ITCPs.

Estrutura da dissertação

A introdução apresenta o tema do trabalho, o problema e as questões de motivação para esta pesquisa, a hipótese, os objetivos, a justificativa do trabalho e a relevância do tema.

O capítulo 1 trata da metodologia, apresenta a delimitação do objeto de pesquisa e a abordagem metodológica da mesma, para atender os objetivos e os devidos procedimentos para atendê-los. Finalizando este capítulo apresenta-se uma relação das atividades complementares que subsidiaram a coleta de dados desta pesquisa.

O referencial teórico é desenvolvido ao longo do capítulo 2. Objetivou-se qualificar o conceito de Economia Solidária, suas origens no mundo e no Brasil. Qualificou-se os tipos de Empreendimentos Econômicos Solidários e a ligação da Economia Solidária com a geração de trabalho e renda e o meio ambiente. Em seguida, fez-se um resumo das políticas públicas em nível federal, estadual e municipal (considerando o estado e o município do Rio de Janeiro). O capítulo finaliza apresentando os conceitos de incubação e tecnologia social.

O capítulo 3 traz os resultados e discussão da pesquisa. Com base no questionário preenchido por cada ITCP e nas pesquisas bibliográfica e documental, apresentou-se um breve relato da trajetória de cada ITCP e de seus EES ao longo de seu tempo de atividade. Com as informações foi possível construir indicadores a fim de avaliar as ações das ITCPs, por meio da ferramenta de avaliação selecionada, a matriz *SWOT*.

1 POR ÚLTIMO, O CAPÍTULO 4 TRAZ A CONCLUSÃO , RECOMENDAÇÕES E PROPOSIÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS. METODOLOGIA

1.1 Motivação

A escolha do objeto desta pesquisa surgiu a partir da trajetória e experiência profissional da pesquisadora no movimento de Economia Solidária e de sua relação com as demandas socioambientais no contexto brasileiro e, em particular, no estado do Rio de Janeiro. A participação nesse campo ocorreu por ocasião dos trabalhos desenvolvidos na Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis do Centro Tecnológico Celso Suckow da Fonseca (ITESS/ CEFET/RJ),

na ITCP/COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro e na ITCP do Instituto Federal do Rio de Janeiro (*Campus Realengo*), no período de 2016 a 2019.

A questão inicial formulada buscou responder com esta pesquisa se o conhecimento sobre as ações das ITCPs, bem como dos projetos por elas incubados, possibilitam conhecer dificuldades e pontos favoráveis por elas enfrentados em sua gestão. Assim sendo, por meio de um estudo empírico, foi realizada uma diagnose da atuação das ITCPs que atuam no estado do Rio de Janeiro, com dados coletados no período de 2017 a 2019.

1.2 Delimitação do objeto de pesquisa

O estado do Rio de Janeiro foi selecionado como o universo de pesquisa por seu pioneirismo na criação de uma ITCP (COPPE/UFRJ), assim como por razões logísticas, uma vez que esta pesquisa não contou com apoio financeiro para a sua realização.

Delimitada a região a ser pesquisada, procurou-se identificar as ITCPs do estado do Rio de Janeiro e, para isso, foram selecionadas as ITCPs contempladas pelo Edital PRONINC MCTI-SECIS/MTE-SENAES/CNPq nº 89/2013, que é específico para o financiamento desse tipo de Incubadoras. O quadro 1 apresenta as ITCPs contempladas e os proponentes por esse edital no estado do Rio de Janeiro, assim como seus territórios de ação.

Quadro 1- ITCPs do Estado do Rio de Janeiro contempladas pela chamada PRONINC MCTI-SECIS/MTE-SENAES/CNPq nº 89/2013

Nº do Projeto financiado	Proponente	Instituição	<i>Campus</i>	Território(s) da ação
420248 /2013-7	Gonçalo Dias Guimarães	UFRJ	Fundão	Estado do Rio De Janeiro
420425/2013-6	Inessa Laura Salomão	CEFET/RJ	Maracanã	Rio de Janeiro (<i>campi</i> CEFET)
420262/2013-0	Ivanisy da Silva Amaral Capdeville	IFF	Campos	Região Noroeste Fluminense (<i>vários campi</i>)
420418/2013-0	Luís Henrique Abegão	UFF (Federal Fluminense)	Volta Redonda	Volta Redonda e Pinheiral

420492/2013-5	Neli Maria Castro De Almeida	IFRJ	Realengo	Realengo (Zona Oeste do município do Rio de Janeiro)
---------------	------------------------------	------	----------	--

Fonte: a autora, 2019.

Após esta primeira seleção foi feita uma pesquisa junto aos coordenadores das cinco ITCPs citadas e da Rede de ITCPs, em busca da existência de outras ITCPs que atuam no Estado do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa retornou três novos nomes, a saber: Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (ITEP/UENF), a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos e Cooperativas Populares da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ITECS/UERJ) e o Instituto Gênese vinculado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

Diante desta informação surgiu a dúvida sobre como definir a participação destas Incubadoras ou não na pesquisa. O passo inicial foi dado para identificar os pontos em comum com as cinco ITCPs anteriormente selecionadas pelo quesito participantes da chamada PRONINC 89/2013. Os pontos selecionados para inclusão/exclusão das incubadoras para a pesquisa foram:

- Participação em Editais PRONINC;
- Participação na Rede estadual ou nacional de ITCPs;
- Apoio exclusivo aos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Determinados esses pontos, realizou-se uma verificação do enquadramento das três Incubadoras nos três critérios. O quadro 2 reflete os resultados.

Quadro 2 - Comparação dos pontos em comum entre as ITCPs pré-selecionadas

Incubadora	Participou de edital PRONINC	Participou de alguma rede de ITCPs	Trabalha exclusivamente com EES
ITEP/UENF	Não	Sim	Sim
Instituto Gênese	Sim	Não	Não
ITEC/ UERJ	Não	Não	Não

Fonte: a Autora, 2019.

Diante dos resultados, a ITEP/UENF foi selecionada para ser integrada ao universo da pesquisa por possuir dois pontos em comum com as demais.

1.3 Qualificação da pesquisa

Qualifica-se esta pesquisa como qualitativa, exploratória, aplicada e descritiva, os meios utilizados para a realização da mesma foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e atividades de campo.

1.3.1 Da abordagem

No que diz respeito à abordagem utilizada, legitima-se a pesquisa como qualitativa, pois a coleta e análise dos dados foi baseada na descrição, comparação e interpretação do fenômeno em sua forma complexa (CASTILHO et al., 2011). Para Gil (1999, p.94) os “métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais”.

Na abordagem qualitativa, considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são as peças principais no processo de pesquisa, o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. A análise dos dados por parte do pesquisador, feita de forma indutiva. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (PRODANOV; FREITAS, 2013).

1.3.2 Dos objetivos

Do ponto de vista dos objetivos esta pesquisa se enquadra como exploratória, uma vez que visa proporcionar maior familiaridade com o problema com a intenção de torná-lo explícito ou de construir hipóteses. A pesquisa exploratória envolve

levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a sua compreensão (GIL, 1999).

1.4 Dos Procedimentos

Para o desenvolvimento desta pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfica com a intenção de definir alguns conceitos e buscar o histórico do surgimento e atuação das ITCPs do estado do Rio de Janeiro. Realizou-se também uma pesquisa documental junto às incubadoras e a Rede de ITCPs. Para complementar essas informações foi aplicado um questionário junto aos coordenadores de cada ITCP do estado do Rio de Janeiro.

1.4.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é feita com base em referências teóricas tais como: livros, artigos científicos, páginas eletrônicas, bases de dados, anais de congresso entre outros.

A base de um trabalho científico é a pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador toma ciência do estado da arte do alvo de sua pesquisa. Gil (2017) define a pesquisa bibliográfica como uma etapa preliminar de quase toda a pesquisa acadêmica. Para ele, toda tese ou dissertação contém um capítulo ou seção dedicada à revisão bibliográfica. A pesquisa bibliográfica dá ao pesquisador o acesso às informações que ele não conseguiria de forma direta.

Para este trabalho, recorreu-se a uma revisão narrativa que, segundo Rother (2007), é a mais apropriada para descrever o estado da arte de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual que constituem a análise da literatura disponível, interpretadas de forma analítica e crítica pelo pesquisador.

Os descritores utilizados para a pesquisa bibliográfica foram: Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Economia Solidária; Tecnologia social; políticas públicas na área de economia solidária.

As bases de dados pesquisadas foram: Google acadêmico, Scielo, Periódicos Capes .

1.4.2 Pesquisa Documental

A pesquisa bibliográfica retornou pouco material relacionado às ITCPs do estado do Rio de Janeiro, portanto, recorreu-se à pesquisa documental com o intuito de complementar a revisão bibliográfica. Foram levantados dados nos arquivos e *sites* das incubadoras e Instituições de Ensino Superior (IES) a qual estão vinculadas, bem como por meio eletrônico em consulta aos *sites* da imprensa oficial como o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

1.4.3 Levantamento de dados

O instrumento selecionado para a coleta de dados foi o questionário (conforme apresentado nos Apêndices A á F). O questionário aplicado é composto por quarenta perguntas abertas e um campo opcional para que o entrevistado pudesse incluir informações adicionais que julgasse pertinente. O questionário está dividido em doze partes, conforme mostradas no quadro 3.

Quadro 3 - Seções e objetivos do Questionário Aplicado

Partes	Nº de perguntas	Objetivo
I. Identificação da ITCP	7	Qualificação das ITCPs
II. Processo de seleção	3	Identificação dos diferentes tipos de seleção de EES*.
III. Informações sobre os EES	11	Esta seção permite um maior entendimento do relacionamento entre a ITCP e seus EES.
IV. Dificuldades enfrentadas pelas	1	As respostas desta seção serviram de base para a análise.

ITCPs		
V. Pontos que facilitam ou dificultam o processo de incubação	1	As respostas desta seção serviram de base para a análise.
VI .Pontos que dificultam o processo de incubação	1	As respostas desta seção serviram de base para a análise.
VII. Procedimentos	4	Compreender o uso ou não de metodologias de incubação. As respostas desta seção serviram de base para a análise
VIII. Prazos de incubação	4	Identificar os prazos praticados por cada ITCP nos processos de incubação.
IX. Associação em rede	2	Identificar os arranjos associativos das ITCPs e dos EES. As respostas desta seção foram utilizadas na análise
X. Apoio do poder público	4	Identificar as fontes públicas de recursos das ITCPs
XI. Outros tipos de apoio financeiro	2	Identificar outras fontes de recursos
XII. Informações adicionais do entrevistado		Informações adicionais

Fonte: a Autora, 2019. *EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

1.4.4 Tratamento, Análise e Apresentação dos Resultados

As informações coletadas no questionário foram sintetizadas e apresentadas na seção 3.1 Breve Histórico das ITCPs. Como forma de complementação foram utilizadas informações coletadas nos *sites*, assim como em documentos das próprias ITCPs.

Para a escolha dos indicadores levados em consideração na construção da matriz *SWOT*¹, utilizada nesta pesquisa para a análise das ITCPs, tomou-se como

¹ O termo "SWOT" é um acrônimo das palavras *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats* que significam: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. No Brasil é comum usar a sigla FOFA. A Análise *SWOT* é uma ferramenta estrutural da administração que possui como principal finalidade avaliar os ambientes internos e externos, formulando estratégias de negócios para a empresa com a finalidade de aperfeiçoar seu desempenho no mercado (BASTOS, 2017).

base o modelo de gestão do Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos (CERNE)².

Segundo Anprotec e Cerne (2018, p.5), um de seus objetivos é:

Criar um modelo e um padrão de atuação, de forma a ampliar a capacidade da incubadora de gerar, sistematicamente, empreendimentos inovadores bem-sucedidos, sintonizados com as tendências mundiais da área. Com isso, cria-se uma base de referência para que as incubadoras de diferentes áreas e portes possam reduzir o nível de variabilidade na obtenção de sucesso das empresas apoiadas.

A fim de compreender o conjunto de princípios sobre os quais os processos e práticas das incubadoras estão estruturados, deve-se considerar, conforme Anprotec e Cerne (2018, p.14-15):

- O Desenvolvimento Regional: não basta a uma incubadora de empresas apoiar a geração de empreendimentos de sucesso, é essencial que os empreendimentos gerados produzam efeitos positivos sobre o desenvolvimento da região.
A inovação: os empreendimentos apoiados pelas incubadoras precisam ter um diferencial com relação aos negócios já existentes na região. Não é necessário que a solução seja inédita, mas é essencial que o empreendimento apoiado inove no produto, serviço, processo e/ou modelo de negócios.
- A atuação em Rede: a incubadora não pode atuar como um fim em si mesma, sendo necessária a sua integração com os demais atores do ecossistema de inovação da região.
- A sustentabilidade: de acordo com este princípio, a incubadora deve ser economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta.
- A efetividade: esse princípio estabelece que a incubadora deve ser eficaz (capacidade de alcançar os objetivos) e eficiente (utilizar bem os recursos disponíveis).

A implementação do Cerne é um processo gradativo que exige melhorias contínuas. Assim, para reduzir a complexidade dos processos e a efetivação do

² A Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) e apoiado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), construíram o modelo de atuação para as incubadoras brasileiras em uma plataforma - Cerne, a fim de promover uma melhoria nos resultados das incubadoras das diferentes áreas, em termos quantitativos e qualitativos (ANPROTEC; CERNE, 2018).

método foram criados quatro níveis de maturidade. Cada nível representa os passos para a melhoria da instituição no que diz respeito à sua capacidade de se autogerir e de apoiar empreendimentos de sucesso. Os quatro níveis de maturidade são (ANPROTEC; CERNE, 2014):

- CERNE 1: foca no empreendimento, aplicando seleção, planejamento, qualificação dos empreendimentos, além de monitoramento e prospecção dos projetos.
- CERNE 2: foca na incubadora, aplicando vários sistemas administrativos como: avaliação, certificação, gestão estratégica e serviços de consultoria aos empreendimentos.
- CERNE 3: foca nos parceiros, ampliando o sistema de apoio e monitoramento aos incubados.
- CERNE 4: foca na melhoria contínua dos empreendimentos apoiados.

Essa metodologia pode ser adaptada aos diversos tipos de incubadoras e empreendimentos incubados, inclusive para empreendimentos de Economia Solidária, os quais têm princípios e características bem específicas (ANPROTEC; CERNE, 2018).

Nesta pesquisa, para avaliar as ITCPs do estado do Rio de Janeiro, adotou-se como base os cinco eixos de atuação das incubadoras segundo a metodologia do CERNE (ANPROTEC; CERNE, 2014), a saber:

- Eixo Pessoal;
- Eixo Tecnológico;
- Eixo Financeiro;
- Eixo Mercado;
- Eixo Administração/Gestão³

Para cada um dos eixos foi produzido um quadro-síntese com indicadores para a avaliação das seis incubadoras estudadas (ITCP/COPPE; ITEP; ITESS; ITCP/IFF; ITCP/IFRJ; InTECSOL). Os dados coletados previamente pelos questionários aplicados aos dirigentes das ITCPs permitiram essa avaliação.

³ O eixo administração/gestão foi dividido em dois por questões de organização.

A avaliação qualitativa foi feita por meio da existência ou não de um indicador (Sim ou Não). Cada resposta afirmativa foi considerada um fator favorável e, em caso negativo, desfavorável.

O quadro 4 apresenta os indicadores propostos nesta pesquisa separados por eixos.

Quadro 4: Indicadores por Eixos

INDICADORES					
Eixo Pessoal-EP	Eixo Tecnológico-ET	Eixo Financeiro-EF	Eixo Mercado-EM	Eixo Administração-EA	Eixo Gestão-EG
EP1. Ao menos um membro com dedicação exclusiva	ET1. Incubada por outra ITCP	EF1. Recursos provenientes de Editais Público	EM1. Divulga suas atividades no site Institucional da IES	EA1. Possui espaço dentro da IES	EG1. Parceria com órgãos federais de fomento à ECOSOL
EP2. Bolsistas	ET2. Pelo menos um membro com Capacitação no Curso CERNE 1	EF2. Recursos provenientes de Emenda Parlamentar	EM2. Tem site próprio	EA2. O espaço dentro da IES tem infraestrutura administrativa mínima	EG2. Parceria com órgãos estaduais de fomento à ECOSOL
EP3. Coordenador com Doutorado	ET3. Possui Processo de Seleção de novos EES definido	EF3. Recursos provenientes de contrato com empresas privadas	EM3. Divulga suas atividades em redes sociais	EA3. Dentro da ITCP há espaço para realização de atividades com os EES	EG3. Parceria com órgãos municipais de fomento à ECOSOL
	ET4. Metodologia de Incubação	EF4. Recursos provenientes da IES	EM1. Divulga suas atividades no site Institucional da IES		EG4. Participação eventos do Fórum Estadual de ECOSOL
	ET5. Metodologia de pré-incubação	EF5. Recursos captados são suficientes para a manutenção da ITCP e ações junto aos EES			EG5. Participação eventos do Fórum Municipal de ECOSOL
	ET6. Metodologia de acompanhamento				EG6. Participação na Rede de ITCPs

	nto				nacional
	ET7. Desligamento de EES durante pré ou incubação				EG7. Participaçã o na Rede de ITCPs estadual
					EG8. Filiação a REINC

Fonte: a autora, 2019.

Para o “Eixo Pessoal (EP)” foram propostos três indicadores (EP1: ao menos um membro da incubadora com dedicação exclusiva; EP2: existência de Bolsistas; EP3: Coordenador da incubadora com formação ao nível de Doutorado.

No “Eixo Tecnológico (ET)”, considerou-se sete indicadores: ET1 (se a Incubadora foi incubada por outra ITCP); ET2 (se pelo menos um membro da ITCP teve capacitação no curso CERNE 1); ET3 (se ela possui processo de seleção de novos EES definido); ET4 (se ela possui metodologia de incubação); ET5 (se ela possui metodologia de pré-incubação); ET6 (se ela possui metodologia de acompanhamento); ET7 (se houve o desligamento de EES durante pré-incubação ou incubação).

Caber destacar que as capacitações internas na formação em Economia Solidária e em Cooperativismo tiveram grande importância nesse indicador. O indicador (ET2) foi incluído pelo fato de todas as ITCPs avaliadas terem capacitações na metodologia CERNE, em 2017 e 2018.

Os indicadores que compõem o “Eixo Financeiro (EF)” foram cinco, a saber: EF1 (recursos provenientes de Editais Público); EF2 (recursos provenientes de Emenda Parlamentar; EF3 (recursos provenientes de contrato com empresas privadas); EF4 (recursos provenientes da IES); EF5 (recursos captados são suficientes para a manutenção da ITCP e ações junto aos EES).

O “Eixo Mercado (EM)” diz respeito à divulgação das informações sobre as ITCPs e foi dividido em três indicadores : EM1 (divulga suas atividades no *site* Institucional da IES; EM2 (tem site próprio); EM3 (divulga suas atividades em redes sociais).

No “Eixo Administração (EA)”⁴ foram apresentados três indicadores : EA1 (se a ITCP possui espaço dentro da Instituição de Ensino Superior - IES; EA2 (se o espaço dentro da IES tem infraestrutura administrativa mínima; EA3 (se dentro da ITCP há espaço para realização de atividades com os EES).

Para o “Eixo Gestão (EG)” foram propostos oito indicadores a saber: EG1 (existência de parceria com órgãos federais de fomento à Economia Solidária); EG2 (parceria com órgãos estaduais de fomento à Economia Solidária); EG3 (parceria com órgãos municipais de fomento à Economia Solidária); EG4 (participação nas reuniões ou eventos do Fórum Estadual de ECOSOL); EG5 (participação nas reuniões ou eventos do Fórum Municipal de ECOSOL); EG6 (participação na Rede de ITCPs nacional); EG7 (participação na Rede de ITCPs estadual); EG8 (filiação a REINC)⁵.

Cabe ressaltar que a análise estratégica de qualquer empreendimento é essencial para o seu bom andamento, uma vez que dá subsídios para que os administradores possam focar sua atenção nas prioridades, buscando alternativas para sanar os pontos de alerta e fortalecer os pontos positivos.

O estudo do ambiente ou meio externo é um bom ponto de partida para aprimorar as ações internas das incubadoras e dos empreendimentos incubados. O cruzamento dessas informações (internas e externas) indicam as variáveis a serem trabalhadas e aprimoradas.

Nesse sentido, o método intitulado Análise *SWOT* foi proposto neste estudo para avaliar as ações das ITCPs que atuam no estado do Rio de Janeiro.

A análise consiste na análise do ambiente interno de um determinado empreendimento por meio da investigação de suas forças e fraquezas, bem como do ambiente externo, a partir da identificação das possíveis ameaças e oportunidades (CEFET, 2019).

Essa ferramenta auxilia na tomada de decisões por meio da percepção do macro ambiente no qual o empreendimento está situado. Ela tem como objetivo promover um diagnóstico estratégico com previsão e prevenção de desafios, ao

⁴Na metodologia do CERNE, a Administração e a Gestão fazem parte de um único eixo. Neste trabalho optou-se por apresentá-los separadamente em dois eixos: Eixo Administração, que está relacionado à infraestrutura administrativa das ITCPs dentro das IES; e no Eixo Gestão, que está relacionado às atuações políticas e parcerias externas às IES.

⁵ REINC - Rede de Agentes Promotores de Empreendimentos Inovadores

mesmo tempo que direciona o tomador de decisões no que tange às diretrizes a serem seguidas. Ela possui um formato de quadro com quatro quadrantes em que, em cada um deve ser listado os elementos referentes ao empreendimento, a saber (CEFET, 2019):

- 1) Forças: são pontos positivos dentro do ambiente interno do empreendimento que colaboram para o funcionamento e desenvolvimento do mesmo. As forças, em suma, são os elementos que favorecem o empreendimento. Um exemplo: se o mesmo possui uma ótima localização e é acessível para o seu público-alvo, isso é uma força a ser considerada.
- 2) Fraquezas: são pontos negativos dentro do ambiente interno do empreendimento que atrapalham ou até impedem a concretização de seus resultados. Nesse quadrante devem ser elencadas todas as fraquezas que estão ao alcance de transformação. Um exemplo: se o empreendimento não possui um controle financeiro eficaz e os gastos estão acima do esperado.
- 3) Oportunidades: análise dos fatores que representam oportunidades de crescimento para o empreendimento no ambiente externo que configuram vantagem competitiva. Nesse quadrante é essencial entender todos os aspectos que estão fora do controle de transformação. Um exemplo: empreender parcerias com instituições governamentais ou não.
- 4) Ameaças: entender os pontos que representam ameaças ao desenvolvimento do empreendimento no ambiente externo, mostrando o que afeta a organização e é causador de dificuldades. Assim como as oportunidades, as ameaças representam algo em que não se tem o poder de agir, mas devem ser analisadas para que possam ser neutralizadas ao seu máximo.

Figura 1: Análise SWOT



Fonte: Silva (2009)

Os resultados da Matriz *SWOT* foram apresentados na forma de quadros aplicados à cada uma das seis ITCPs pesquisadas (ITCP/ COPPE; ITEP; ITESS; ITCP/IFF; ITCP/IFRJ; InTECSOL). No quadro 5 é exemplificado como foram apresentados os resultados.

Quadro 5 - Matriz *SWOT* UFRJ

ANÁLISE SWOT	UFRJ
FORÇAS	FRAQUEZAS
Eixo Pessoal: EP2; EP3	Eixo Pessoal: EP1
Eixo Tecnológico: ET2; ET3; ET4; ET5; ET6; ET7	Eixo Tecnológico :
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Eixo Financeiro: EF1; EF3; EF4;	Eixo Financeiro: EF5; EF2
Eixo Mercado: EM1; EM2; EM3	Eixo Mercado:
Eixo Administração: EA1; EA2; EA3	Eixo Administração:
Eixo Gestão: EG4; EG5; EG6; EG7; EG8	Eixo Gestão: EG1; EG2; EG3

Fonte: a autora, 2019.

1.4.5 Outras fontes de dados

Como forma de complementação aos dados coletados nas pesquisas bibliográfica e documental, assim como do questionário, foi de grande importância a participação em alguns eventos em nível local, nacional e internacional, conforme listados no quadro 6. Durante esses eventos foi possível participar, compartilhar e aprender no dia a dia sobre as atividades das ITCPs e sobre as articulações entre si, atuando em rede, e com o poder público.

Quadro 6 - Relação das atividades complementares

MÊS/A NO	2017	2018	2019
JAN	Atividades junto a ITESS.		Participação na Organização do V Congresso da Rede de ITCPs.
FEV		Evento de lançamento do plano municipal de Economia Solidária do Rio de Janeiro.	Escola de Verão do PROCOAS*.
MAR		Capacitação na metodologia CERNE na ITCP/ IFF.	
MAI	Primeira Reunião da Rede de ITCPs do estado do Rio de Janeiro.	Atividades junto a ITCP/COPPE/UFRJ.	Coordenação do Grupo de Trabalho 3 V Congresso da Rede de ITCPs.
JUL		Feira de ECOSOL de Santa Maria – RS.	Bolsista junto a ITCP IFRJ <i>Campus Realengo.</i>
SET	Participação capacitação CERNE.	Apresentação de trabalho no II CONPES.	
OUT	Semana de extensão do CEFET/RJ.	Submissão de trabalho Congresso PROCOAS.	
DEZ	Fórum Montblanc de Economia Social e Solidária – França.		

Fonte: a autora, 2019.

* PROCOAS – Comitê de Processos Cooperativos e Associativos do Associação de Universidades Grupo Montevidéo.

Legenda:



Evento Local



Evento Nacional



Evento Internacional

1.4.6 Objetivos e Procedimentos Adotados

No quadro 7 é apresentada, uma síntese com os objetivos e procedimentos adotados durante a pesquisa.

Quadro 7 - Resumo dos Objetivos e Procedimentos adotados

Objetivo Específico	Metodologia	Procedimentos
Identificar nas ITCPs do estado do Rio de Janeiro os EES pré-incubados, incubados e em acompanhamento.	Pesquisa qualitativa por meio de Trabalho de campo.	Entrevistas abertas; Pesquisa bibliográfica e documental.
Coletar informações das ITCPs e dos Empreendimentos.	Pesquisa qualitativa por meio de Trabalho de Campo.	Aplicação de Questionário; Pesquisa bibliográfica e documental.
Seleção dos eixos organizadores das incubadoras (cinco eixos: eixo pessoal, etc) pesquisa qualitativa e bibliográfica.	Pesquisa Qualitativa e bibliográfica.	Método CERNE/ANPROTEC(2014).
Propor Indicadores segundo cada eixo organizador.	Pesquisa qualitativa e trabalho de campo/questionário.	Indicadores extraídos das respostas dos questionários pelos gestores das ITCPs e aplicados nos cinco eixos organizadores anteriores.
Avaliar oportunidades e desafios das ações desenvolvidas pelas ITCPs.	Abordagem Qualitativa.	Método <i>SWOT</i> a fim de avaliar forças, oportunidades, fraquezas e ameaças para cada uma das ITCPs estudadas.

Fonte: a autora, 2019.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Economia Solidária - Aspectos Conceituais

Os processos sociais dividem-se em dois tipos: associativos e dissociativos. Os processos dissociativos são aqueles em que as relações interpessoais são caracterizadas por divergências e oposição e são definidos como relações negativas. Denominam-se processos associativos os que têm sua base na cooperação e consenso. Esse tipo de processo social é considerado positivo (KOENIG, 1970).

Indivíduos se relacionam de forma associativa ou dissociativa de acordo com seus interesses. Desde o início da vida em sociedade, diversos processos associativistas se desenvolveram. No antigo Egito agricultores escravos se reuniam em grêmios, com o apoio do Estado. As *orglanas* e *tiasas* da Grécia antiga eram associações de cidadãos livres e escravos com o propósito de organizar enterros decentes. Na América podem ser citados os *ayllus* dos Incas e os *calpulli* dos Astecas ambas associações de agricultores (REICH,2000). O quadro 8 apresenta exemplos de organizações anteriores à revolução industrial, a categoria de membros, seu local de origem e propósito.

Quadro 8 - Exemplos de organizações associativas

Organização	Membros	Local	Propósito
Grêmios	Agricultores	Egito	Trabalho comum
<i>Orglanas e tiasas</i>	Cidadãos livres e escravos	Grécia	Garantir enterros decentes
Colégios	Carpinteiros e serralheiros	Roma	Trabalho comum
<i>Sodalistas</i>	Cidadãos	Roma	Organização de enterros
<i>Agapes</i>	Cristãos	Roma	Consumo
<i>Aylus</i>	Agricultores	América	Trabalho comum
<i>Calpulli</i>	Agricultores	América	Desenvolvimento da atividade agrícola
Reduções jesuíticas	Indígenas	Brasil	Trabalho coletivo

Fonte: adaptado de Reich (2000).

É com a ascensão do Capitalismo industrial que a forma de associativismo chamado cooperativismo ganha força. Etimologicamente, a palavra Cooperar vem do latim *cooperari* que de acordo com o dicionário *Michaellis*, significa: Agir ou trabalhar junto com outro ou outros para um fim comum (MICHAELIS, 1998).

O cooperativismo operário no qual a Economia Solidária tem suas raízes surgiu no século XIX em reação a Revolução industrial. A filosofia que o sustenta foi fundamentada pelos pensadores da época. Destacam-se entre eles: Robert Owen (1771-1858), William King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882) (REICH, 2000).

O Conceito de Economia Solidária surgiu logo após o início do Capitalismo Industrial, como uma resposta dos artesãos, empobrecidos por não conseguir fazer frente à mecanização da produção (SINGER, 2002).

Singer (2002), dá o nome de “sindicalismo revolucionário” a essa origem histórica da Economia Solidária. E assinala como pai de todo esse processo ,Robert Owen, um industrial que identificou que escalas de trabalho mais justas e o banimento do trabalho infantil aumentava a produtividade gerando lucro ainda que com uma folha de pagamento maior que outras empresas similares. Sua primeira tentativa de implantação de um modelo seguindo essas diretrizes foi falha, não pelo conceito em si, mas pela falta de políticas públicas e comprometimento do Governo Britânico com o processo (SINGER, 2002).

Alguns anos após as primeiras tentativas de Robert Owen, uma iniciativa se destaca e obtém sucesso aonde outras falharam. Em novembro de 1893, 28 tecelões desempregados da cidade de *Rochdale* na Inglaterra , se reuniram para discutir sua precária situação. Nessa reunião diversas possibilidades foram analisadas: imigração, rebelião entre outros. A alternativa vencedora foi a da abertura de uma cooperativa de consumo . Com a contribuição inicial de uma libra por parte de cada um de seus sócios, a cooperativa abriu seu armazém no Beco dos Sapos (*Toad Lane*) em dezembro de 1894.(MARTINS,2006).

A maior contribuição da Cooperativa de *Rochdale* foram suas normas que, posteriormente, serviram de base para os sete princípios do cooperativismo. A relevância destas normas é reconhecida por vários estudiosos. Gayotto (1976, p. 7) cita Charles Gide:

Se pensarmos que os estatutos de sua sociedade (dos pioneiros de Rochdale) foram, desde o começo, tão bem estabelecidos por esses poucos

tecelões de flanela, que a experiência de mais de meio século nada encontrou que valesse a pena juntar aos mesmos e que milhares de sociedades criadas depois se limitaram a copiá-los quase que textualmente, não hesitaremos em considerar este fenômeno o mais importante talvez da história econômica. O sistema cooperativo não saiu do cérebro de sábios ou reformadores, mas das próprias entranhas do povo.

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP (2007, p. 18), ressalta que a Sociedade dos Probos de *Rochdale* é “conhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo. Ela criou os princípios morais e a conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico”. Campos (1995, p.57) resume essas normas em:

1. Controle democrático: cada associado tem direito a um voto;
2. Juros limitados ao capital;
3. Retorno dos excedentes em proporção às compras;
4. Pagamento das vendas à vista;
5. Venda de produtos de boa qualidade;
6. Educação dos sócios;
7. Neutralidade política e religiosa.

O cooperativismo operário sofreu modificações ao longo do tempo. No Brasil sofreu uma mudança significativa. Inicialmente, uma forma de luta por melhores condições, de resistência e reinserção no mercado de trabalho de parte da classe trabalhadora, na década de 1990 surge uma versão cooperativista popular, que atende a uma parcela da sociedade excluída do mercado de trabalho ou que há muito se via à margem dele. Esse cooperativismo popular é a base da Economia Solidária.

Para Guimarães (2006),

O cooperativismo popular é uma releitura da ideologia cooperativista, criada no século XIX, na Europa, em defesa de um modelo de produção e de sociedade que se contrapõe à exploração do modelo capitalista. Tal como o cooperativismo, que surgiu em consequência da revolução industrial, o desenvolvimento do cooperativismo popular ocorreu, no Brasil, em resposta ao modelo econômico então implantado.

Para Arcanjo e Marques (2012, p. 2) a Economia Solidária surge desta forma de cooperativismo, “dessa forma de organização econômica, parte uma parcela significativa de iniciativas que, apoiadas na solidariedade, construíram um processo que culminou em outra forma de organização, ou seja, a Economia Solidária”.

Para Singer (2008, p.4), a Economia Solidária “não foi encontrada por ninguém – não foi inventada pela Igreja, não foi inventada pelos sindicatos, foi uma criação das pessoas em situações difíceis, mas recorrendo às forças comunitárias que são socialistas, em última análise”. Culti (2007, p.17) apresenta outra definição para a Economia Solidária,

Apesar do conceito de Economia Solidária nem sempre ser usado com o mesmo significado e nome, seu princípio é a ideia da solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. Atualmente utiliza-se este conceito amplamente no Brasil e em diversos países. Seus empreendimentos apresentam as seguintes características: são organizações urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e de crédito, baseadas na livre associação, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático, em que cada associado representa um voto. A cooperativa é a forma clássica de organização de um empreendimento da Economia Solidária.

Pode-se compreender a Economia Solidária como um jeito diferente de produzir e negociar o que é preciso para viver. É um modelo onde não existe a exploração de seres humanos e nem a destruição de recursos naturais, uma vez que a geração de riqueza não é o objetivo principal.

O conceito de ECOSOL pode ser definido como produto de experiências práticas, ou seja, “é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (SINGER, 2000, p.13). Nesse sentido, por estar permanentemente em mudança, sua definição não é limitada e categórica, expressando-se mais concretamente na maneira de se organizar o trabalho, e tendo como princípios a posse coletiva dos meios de produção, a igualdade e a autogestão (SINGER, 2008).

A Economia Solidária tem, portanto, sua base em três principais pilares que lhe dão sustento:

- A posse coletiva dos meios de produção;
- Igualdade na tomada de decisões; e na repartição das receitas e igual responsabilidade nas perdas;
- Autogestão administrativa.

Percebe-se, ao fazer uma rápida análise dos três pilares, que todos podem ser resumidos ao terceiro. A propriedade comum dos meios para produzir é uma consequência do princípio de igualdade, e este, por sua vez, está diretamente atrelado à gestão cooperativa, descentralizada e horizontal, à autogestão (SINGER,2008).

Por um olhar mais amplo, o conceito pode ser entendido como outro modo de vida, em que as relações são mais humanitárias e o bem-viver tem mais valor que a produtividade. Arruda (2003) propõe o uso do termo Sócio economia Solidária, entendendo que o social deva estar à frente do econômico, e a humanidade à frente do acúmulo.

Dentro dessa perspectiva, foi sugerida uma visão enquanto uma economia a partir do coração e definida como “aquela que segue o caminho da cooperatividade em vez da competitividade, da eficiência sistêmica em vez da eficiência apenas individual” (QUINTELA; ARRUDA, p. 317, 2000), uma economia baseada em amor e que percebe no coletivo, na comunidade e na irmandade, seu próprio sentido.

O amor nasce do entendimento de que não podemos ser plenamente nós próprios sem o Outro. Amar pressupõe, portanto, plena aceitação e aprendizado. Exige de nós acolhimento e cuidado com o Outro como autêntico Outro, e não como projeção dos meus desejos e caprichos. Um cuidado que não se limita ao Outro humano, mas abrange a Terra e o Cosmos. Sem a práxis amorosa, toda ideologia, toda filosofia e toda retórica são vãs (ARRUDA, p. 1, 2010).

De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a Economia Solidária pode ser definida em três dimensões:

- **Econômica:** é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos;
- **Cultural:** é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de

valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação e da inteligência coletiva, livre e partilhada;

- **Política:** é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos (FBES, 2019).

2.1.1 Surgimento do conceito de Economia Solidária no Mundo

O pesquisador francês Jean Louis Laville define como Economia Solidária, o movimento formado pelas organizações do que ele convencionou chamar de nova economia, e essas organizações surgem em resposta ao fracasso do modelo de desenvolvimento baseado na relação Mercado-Estado (DELGADO; RICHER, 2001).

Os estudos de Laville têm fundamento na perspectiva da economia sustentável de Karl Polanyi que conta com quatro princípios econômicos:

El principio de administración doméstica, que consiste en producir para satisfacer sus propias necesidades y las de su grupo (familia, clan, etc.) Se trata de un grupo cerrado, que puede tener varios tipos de organización interna, y cuyo tamaño puede variar considerablemente; (2) El principio de reciprocidad, que corresponde a las donaciones entre individuos y grupos. El aspecto esencial de la reciprocidad es que las transferencias son indisociables de las relaciones humanas. Mientras en el mercado los sujetos adoptan la forma indiferenciada de ofertante y demandante, anónimos e indiferentes en sus situaciones y cualidades individuales, la reciprocidad corresponde a la relación que se establece entre grupos o personas gracias a prestaciones que adquieren su sentido en la voluntad de manifestar un vínculo social entre las partes involucradas; (3) El principio del mercado, que permite el encuentro entre una oferta y una demanda de bienes y servicios intercambiados mediante la fijación de precios; (4) La redistribución es el principio según el cual parte de la producción se entrega a una autoridad central que tiene la responsabilidad de distribuirla, lo que supone la existencia de reglas y procedimientos que rigen esta redistribución (POLANYI, 1983 apud DELGADO;RICHER,2001).

De acordo com Silva (2018), se pelo lado Europeu o conceito de Economia Solidária deriva da Economia Social, no contexto americano ele tem uma proximidade com o conceito de Economia Popular. Ainda citando Silva (2018, p.12),

Há um relativo consenso na literatura de que o termo economia solidária tem sua origem no debate latino-americano em uma publicação do sociólogo chileno Luis Razeto, em 1993, quando este se referiu a uma “economia de solidariedade” como um constructo teórico elaborado a partir de conjuntos significativos de experiências econômicas.

A fundação da primeira cooperativa de produção em 1956 por José Maria Arizmendiarrreta é citada por Singer (2002) como o ato embrionário da Economia Solidária em nível mundial. Essa cooperativa foi o início do grande complexo cooperativo de *Mondragón*, no país Basco, na Espanha. Entusiasta do solidarismo cristão e comovido com o desemprego e a precarização salarial do país, Arizmendiarrreta ajudou a fundar uma montadora de fogões e geladeiras, que retomou a prática da autogestão com muita autenticidade (SINGER, 2002).

2.1.2 Economia Solidária no Brasil

No Brasil, desde sua concepção as experiências de autogestão e associações voluntárias tornaram-se objeto de estudo e pesquisas e foram batizadas com muitos nomes, Sócio Economia Solidária, Economia Popular Auto Gestionária e Solidária entre outros. Paul Singer inicialmente usava o termo Economia Socialista para defini-la (SINGER; MACHADO, 2000). Foi ele que utilizou a expressão Economia Solidária pela primeira vez em 1996. O texto intitulado *Economia Solidária Contra o Desemprego* foi publicado no Jornal *Folha de São Paulo* (SILVA, 2018). De acordo com o Grupo de Trabalho de Economia Solidária do Fórum Social Mundial (FMS) de 2008,

Foi no I Fórum Social Mundial, que o conceito da Economia Solidária foi fundado e batizado, caracterizando e definindo as experiências até então existentes. Foi no I Fórum Social Mundial em 2001, em terras brasileiras, que se disseminou a importância do movimento, com a articulação de vários fóruns locais e regionais em busca de relações de colaboração solidária inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privadas de riqueza em geral e de capital particular. (GRUPO DE TRABALHO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO FSM, 2008, p. 109).

O contexto temporal da origem da Economia Solidária no Brasil parece ser um consenso entre os diversos autores e estudiosos do assunto (SINGER,2002;ATAUALPA,2012;LECHAT,2002) e remonta à crise econômica dos anos 1980, período de inflação elevada e que teve, por consequência, o aumento da

desigualdade. Nesse período, as relações de trabalho experimentaram outras formas de organização e produção. Num cenário de recessão e sem grandes perspectivas de melhoria, o cooperativismo popular surgiu como alternativa ao desemprego em massa e, naturalmente, como alternativa aos modos de vida e produção capitalistas, introduzindo os conceitos de produção e consumo sustentáveis.

Na década seguinte, devido à abertura do mercado interno às importações, a crise se acentuou e trabalhadores e trabalhadoras se organizaram para assumir coletivamente empreendimentos falidos, praticando uma gestão horizontal e cooperativa. No início dessa mesma década, surgiram a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão - ANTEAG, e, dentro das universidades, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs, ambas com a intenção de assessorar e desenvolver essas iniciativas autogestionárias.

Em palestra proferida na Unicamp, por ocasião do II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Lechat (2002) procurou fazer um levantamento da origem do conceito de Economia Solidária no Brasil. Essa autora relatou que o conceito de Economia de Solidariedade apareceu pela primeira vez no livro Economia da Solidariedade e organização popular, organizado por Gadotti em 1993, mas é somente a partir de 1995 que os autores brasileiros começaram a se referir a Economia Solidária com essa expressão (LECHAT,2002).

2.1.3 Os Empreendimentos Econômicos Solidários

De acordo com o FBES(2011), os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES são organizações:

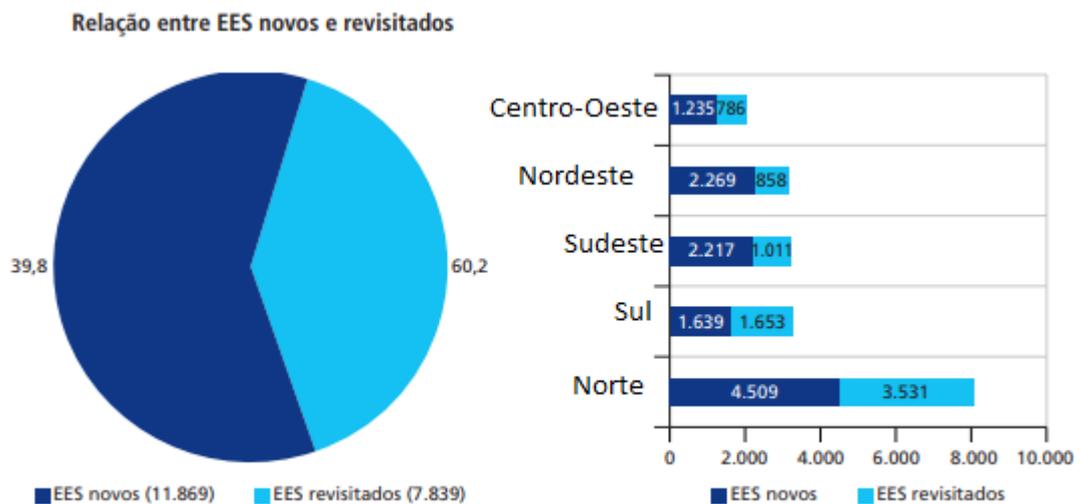
- Coletivas – organizações suprafamiliares, singulares e complexas (tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes etc.) cujos participantes ou sócios exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- Permanentes – que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e

- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização e de consumo solidário.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são diversos quanto à sua figura, assumindo a forma de cooperativas, associações, clubes de trocas ou ainda grupo de pessoas que não se reconhecem como nenhuma dessas classificações, mas que praticam os preceitos da Economia Solidária como a autogestão, posse coletiva de bens e colaboração mútua.

De acordo com o mapeamento do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), foram identificados 19.708 EES nas cinco regiões do Brasil. A figura 2 mostra uma comparação entre o primeiro mapeamento feito em 2005 e o segundo finalizado em 2013. Este número tende a ser maior, uma vez que nem todos os EES participantes da primeira amostra foram revisitados na segunda e, os motivos podem ser o encerramento das atividades, como também uma simples mudança de endereço não comunicada (BRASIL, 2016).

Figura 2: Número de EES mapeados em 2005 e 2013



Fonte: Adaptado de Brasil, 2016

As atividades exercidas por cada EES se apresentam sobre diversos formatos, tais como: prestação de serviço; produção de bens; trocas; finanças solidárias; sempre pautadas pelo ideal do consumo solidário e do comércio justo.

2.1.3.1 Tipos organizacionais de Empreendimentos Econômicos Solidários

Os Empreendimentos Econômicos Solidários se apresentam em diversas figuras jurídicas e alguns inclusive como grupos informais.

2.1.3.1.1 Cooperativas

Cooperativas são “uma organização constituída por membros de determinado grupo econômico ou social que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade” (SEBRAE, 2017).

Por sua vez a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 em seu artigo quarto define cooperativas como:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (BRASIL, 1971).

As cooperativas são classificadas de acordo com sua dimensão e objetivos e recebem a designação de primeiro, segundo ou terceiro grau.

São cooperativas de Primeiro Grau ou singular: as formadas por no mínimo vinte pessoas, com exceção das cooperativas de trabalho que podem ter nove membros, esta cooperativa atende aos objetivos de seus membros, podem ter em seu quadro pessoas jurídicas; Cooperativas de Segundo Grau: também chamadas de cooperativas centrais ou federações, são constituídas por no mínimo três cooperativas e tem como objetivo dar escala as afiliadas;

Cooperativas de Terceiro Grau ou Federação: com o mesmo objetivo das cooperativas de segundo grau, elas são constituídas através da adesão de três ou mais cooperativas de segundo grau.

2.1.3.1.2 Associações

As associações diferem das cooperativas por não terem um limite mínimo de associados, não terem as mesmas obrigações fiscais e os mesmos fins, sendo que uma associação é uma figura jurídica sem fins lucrativos.

De acordo com o novo código civil,

A associação é uma pessoa jurídica de direito privado tendo por objetivo a realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas etc., sem fins lucrativos, ou seja, não visam lucros e dotadas de personalidade distinta de seus componentes. Com a aquisição da personalidade jurídica a associação passará a ser sujeito de direitos e obrigações. Em decorrência, cada um dos associados constituirá uma individualidade, e a associação uma outra, tendo cada um seus bens, direitos e obrigações, sendo que há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocas (BRASIL, 2002).

2.1.3.1.3 Empresas autogestionárias

Denominam-se empresas autogestionárias aquelas administradas pelos próprios trabalhadores de uma forma horizontal e participativa. Os primeiros registros de empresas autogestionárias no Brasil datam da década de 1980, no

entanto, foi na década 1990 que esse modelo de administração teve seu maior crescimento. As empresas autogestionárias, sobretudo as recuperadas, eram uma forma dos trabalhadores manterem seus postos de trabalho frente à grave crise econômica do período (HENRIQUES, 2013).

2.1.3.1.4 Clubes de trocas

Os clubes de trocas surgiram em épocas e com denominações diferentes, porém mantendo a mesma base estruturante: a troca de bens ou saberes entre seus membros, suprimindo a circulação de moeda corrente através do uso de moeda própria. Na França receberam o nome de *systemes d'échanges locaux* (SEL); *tauschring*, na Alemanha; redes de economia local (REL), na Itália; A experiência mais conhecida de todas são os *Local Exchange trading system* (LETS) que surgiram no Canadá nos anos 1980.

Segundo França Filho (2013, p.7).

Um SEL ou LETS é uma associação de pessoas em certos casos, centenas, ou até milhares de associados para trocar de outro modo (em relação à forma mercantil) bens e serviços. O conjunto dos intercâmbios/trocas é contabilizado pela associação com o auxílio de uma moeda fictícia, e as dívidas são reguladas (mas jamais eliminadas) através de um sistema de compensação. A natureza das atividades ou bens trocados é bastante diversa: guarda de crianças, aulas (de línguas, culinária etc.), serviços de reparo em geral (marcenaria, encanamento, eletrônica etc.), produtos artesanais, objetos usados, serviços de jardinagem ou domésticos, empréstimo de ferramentas, entre outros. A origem dessas experiências remonta a 1976, na cidade de Vancouver, no Canadá. Rapidamente, tais iniciativas se espalharam, principalmente, em países como EUA, Inglaterra e Austrália. Essa origem está relacionada a contextos de crise econômica aguda (fechamento de fábricas etc.), acompanhada do aparecimento de múltiplas experiências cooperativistas e comunitárias. Na França, o primeiro SEL foi criado em Lyon, em 1994. A estimativa é de que hoje existam mais de mil experiências do gênero em todo o mundo.

2.1.3.1.5 Redes

Dentro do universo da Economia Solidária existem diversas redes. Redes de consumidores, de produtores, redes de apoiadores, de gestores públicos. Essas

redes interagem com os empreendimentos e entre si conectando empreendedores, empreendedores com consumidores e empreendedores com apoiadores como as ITCPs. Grande parte das ITCPs se organiza em rede em diversos níveis local, regional e nacional.

2.1.3.2 Atividades

A Economia Solidária compreende uma variedade de atividades econômicas. Entre elas a produção de bens e serviços, distribuição, consumo, e atividades financeiras.

Com relação aos Empreendimentos Econômicos Solidários, Cruz (2004 p.45), afirma que:

A variedade de produtos e serviços, do total de 211 grupos incubados até 2001 é grande, indo da indústria de transformação (metalúrgica, têxtil, vidros etc.) até à extração mineral (pedras ornamentais) ou à pesca, passando por serviços (coleta e seleção de lixo, limpeza, vigilância, turismo etc.) e pela pequena agricultura familiar.

O comércio justo, o consumo solidário, finanças solidárias são práticas ligadas ao conceito de Economia Solidária.

2.1.3.2.1 Comércio Justo

O Comércio Justo, em inglês *Fair Trade*, é um movimento originário na Holanda que tem o propósito de aproximar produtores e consumidores, encurtando os elos da cadeia de consumo, eliminando ou diminuindo seus intermediários. No conceito de comércio justo, além da preocupação com o bem estar social de todos os envolvidos, existe a preocupação com a preservação do meio ambiente, onde os produtores são incentivados a meios de produção que causem pouco impacto ao meio ambiente. E o consumidor tem o papel de fiscalizar o cumprimento desses princípios. Nesse sentido,

O movimento do comércio justo nos últimos anos se constitui num dos principais padrões de referência na busca de equidade nas relações de troca internacionais, em contraposição ao comércio tradicional. Empresas privadas, governos, instituições multilaterais de comércio e ONGs procuram incorporar nas suas ações em diversos graus de adesão princípios de equidade social e coerência ambiental defendidos pelo movimento do Comércio Justo e pelas convenções internacionais voltadas para os direitos humanos, o trabalho e o meio ambiente (MASCARENHAS, 2007, p.8).

2.1.3.2.2 Consumo Solidário

Junto com o conceito de comércio justo caminha o de consumo solidário e responsável, baseado em princípios de desenvolvimento sustentável, soberania e segurança alimentar. A preocupação social e ambiental se contrapõe a corrente consumista imposta pelo modelo capitalista atual.

2.1.3.2.3 Finanças Solidárias

Dá-se o nome de finanças solidárias ao conjunto de atividades de poupança e crédito praticadas dentro dos preceitos da Economia Solidária. Iniciativas como bancos comunitários e moedas sociais se enquadram dentro desse conceito.

O *Grameen Bank* é listado como o primeiro banco do mundo especializado em microcrédito, concebido pelo professor Bengalês *Muhammad Yunus* em 1976 e fundado em 1983, ele tem como missão a erradicação da pobreza em nível mundial. Desde o início das atividades do *Grameen Bank*, o microcrédito tem se difundido pelo mundo. Na Economia Solidária esse papel é prestado pelos bancos comunitários. O mais conhecido no Brasil é o banco Palmas.

Segundo Silva (2010 p.82):

O Banco Palmas é atualmente uma das experiências de Economia Solidárias mais importantes e emancipadoras do Brasil e do mundo. Pioneiros na emissão de moeda social e fornecimento de microcrédito para a população de baixa renda, o banco realiza transações financeiras, é fonte de crédito para o consumo e para a produção local, segundo juros baixos – quase nulos – e sem burocracia para a população mais pobre. Mas, acima de tudo, o Banco Palmas se diferencia por se propor a ser uma instituição financeira de grande porte sem dono e sem fins lucrativos.

Diferentemente dos bancos privados, o Banco Palmas se propõe a ser comunitário, ou seja, ele não pertence a um banqueiro ou a um grupo de acionistas, mas a toda a comunidade do Conjunto Palmeira que pode, inclusive, decidir sobre seu funcionamento e seu destino em assembleias e reuniões abertas a todos os moradores.

Os bancos comunitários, a exemplo do Banco de Palmas, são os emissores das moedas sociais. A moeda e o banco comunitário Palmas foram pioneiros no Brasil. O banco foi instituído em 1998 e a moeda começou a circular em janeiro de 2001.

De acordo com Soares (2006 p.57), “no Brasil boa parcela dos grupos que trabalha com moedas sociais são oriundos de práticas de Economia Solidária”.

Rigo e França Filho (2017 p. 171) conceituam as moedas sociais como “circulantes locais criadas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, restritas a um determinado território de atuação. O intuito do uso de um circulante local é incentivar a manutenção da circulação dos recursos no local”.

2.1.4 A Economia Solidária como alternativa de trabalho e renda

A concepção de trabalho remunerado sofreu grandes mudanças ao longo do tempo. Desde a revolução industrial trabalhadores e trabalhadoras acumularam conquistas, assim como retrocessos e perdas de direitos. Na história recente do Brasil, a maior perda foi a mudança nas leis trabalhistas alterando a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

A CLT foi criada pelo projeto de Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas durante o período histórico denominado como Estado Novo (BRASIL, 1943).

A alteração da CLT, dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, foi feita, para adequar a legislação às novas relações de trabalho como por exemplo a terceirização (BRASIL, 2017). Contudo, mais de um ano se passou desde a entrada em vigor da lei e a suposta promessa de geração de mais empregos para a população brasileira não se concretizou. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de brasileiros em idade de trabalho em

situação de desocupação era de 11.696 milhões, considerado o último trimestre de 2016. Esse número subiu para 12.790 milhões no último trimestre de 2018. (IBGE, 2019).

No primeiro trimestre de 2019 ocorreu um aumento da taxa de ocupação que, de acordo com o IPEA, se deve ao setor informal (IPEA, 2019). Há que se considerar também a possibilidade de que a reforma trabalhista não tenha gerado os impactos projetados devido a atual situação econômica no Brasil (IPEA, 2019).

Adotada em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), traz em seu artigo XXIII:

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

Portanto, é dever do estado brasileiro, como signatário da DUDH, assegurar esses direitos a todos os cidadãos. Algumas alternativas se destacam quando da escassez de trabalho assalariado e dito formal e, dentro dessas, tem-se a Economia Solidária.

A Economia Solidária e os processos anteriores da qual ela teve origem, é oriunda de situações extremas de exclusão. Os Empreendimentos Econômicos Sustentáveis rompem com a lógica excludente dos meios de produção capitalista pela sua forma de gerenciamento, a autogestão onde todos e todas têm participação ativa e efetiva nas decisões.

2.1.5 A Economia Solidária e o Meio Ambiente

Os ecossistemas representam uma série de condições e características ambientais que suprem diversas demandas fundamentais para a humanidade, tais como a participação na regulação do clima e a conservação da biodiversidade. Por isso, a conscientização é vital para a preservação do ambiente em que vivemos e

para a manutenção das condições ecossistêmicas naturais e necessárias à vida humana tais como: terras férteis, água potável e produtos florestais. Nesse contexto, é imprescindível que o ser humano encontre formas de proteger e manejar esses ambientes nativos de modo que eles possam existir a despeito dos interesses por geração de renda, melhoria de qualidade de vida, e outras demandas criadas (COSTA, 2011).

Está amplamente demonstrado que a exploração indiscriminada e irresponsável dos ambientes naturais gera degradação contínua, o que pode ser exemplificado pelos incontáveis episódios de desmatamento, queimadas acidentais ou não e outros eventos danosos ao ambiente natural. Quando ocorrem eventos dessa natureza - como desmatamentos - que destroem de alguma forma os ecossistemas, a consequência é a disponibilidade e qualidade de recursos serem reduzidas, podendo levar a um aumento da emissão de gases atrelados ao efeito estufa (FERNANDES, 2015).

Nesse âmbito, um dos maiores desafios da humanidade é conciliar as demandas econômicas com as necessidades ambientais para que seja possível alcançar um desenvolvimento sustentável.

Os modos de produção e consumo atuais vão na contramão da busca por um futuro sustentável. Uma das maiores preocupações com relação à sobrevivência do ser humano é o aumento da temperatura do planeta. Estima-se que o aumento de 2 graus *Celsius* em relação à era pré-industrial implicará em mudanças climáticas, o que terá graves consequências para o meio ambiente. Dito isto, é de suma importância buscar alternativas de produção, consumo mais sustentáveis, uma economia mais adequada ao meio ambiente que perece com a exploração e extração de recursos e utilização como depósito dos rejeitos do estilo de produção capitalista, o qual se mostra insustentável em médio prazo.

Na 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), em Paris, foi adotado um novo acordo com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças (BRASIL, MMA, 2018).

Diante dos relatos cada vez mais alarmantes das possíveis consequências que um aumento na temperatura global pode causar, governos de vários países se preocupam e buscam soluções para questões como produção sustentável de

alimentos, alternativas ao uso de combustíveis fósseis na produção de bens e na disposição de resíduos.

A preocupação com a sustentabilidade ambiental vem sendo discutida há algum tempo. Desde a década de 1970, a questão ambiental tem sido pauta de grandes eventos internacionais, destacando-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em junho de 1972, em Estocolmo e a conferência posterior, em 1992, popularmente denominada “Rio 92”. Entre outros fatos importantes, nesses eventos surgiram a Agenda Ambiental para o século 21 e o conceito de Desenvolvimento Sustentável, visto como uma forma de desenvolvimento que permita que gerações atuais e vindouras possam ter garantida a qualidade de vida, sem que o novo modelo de produção e consumo adotado a partir do século 20 leve necessariamente a uma intensa decadência ambiental (VAN BELLEN, 2004).

Em tais conferências houve ampla participação de governos, empresas e sociedade civil, que culminaram na produção de vários documentos, com diversas propostas e reivindicações.

Com relação à disposição de resíduos A agenda 21, documento assinado por 179 países durante a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, a RIO 1992, traz em seu capítulo 21, parágrafo 4:

21.4. O manejo ambientalmente saudável desses resíduos deve ir além do simples depósito ou aproveitamento por métodos seguros dos resíduos gerados e buscar resolver a causa fundamental do problema, procurando mudar os padrões não sustentáveis de produção e consumo. Isso implica na utilização do conceito de manejo integrado do ciclo vital, o qual apresenta oportunidade única de conciliar o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente. (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992).

Foi no relatório intitulado Nosso Futuro Comum, de 1987, que o termo desenvolvimento sustentável apareceu pela primeira vez e foi definido como a capacidade de “atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987).

Uma mudança na forma do consumo e produção se faz necessária para diminuir os impactos da forma capitalista de produção. A Economia Solidária se apresenta assim como opção de consumo e produção sustentável.

Analisando-se os empreendimentos solidários não há como dissociar a sustentabilidade ambiental da social. Para Reis e França Filho (2005), a sustentabilidade não se relaciona apenas com a finalidade do empreendimento, mas também aos meios de produção, e não é relativa somente aos aspectos ou eficiência econômica, mas também à sua eficiência social. Nesse sentido, Coraggio (2003, p. 41) afirma:

Nós precisamos que no senso comum do cidadão ocupado, hoje, pelos valores do sistema capitalista, em boa medida, comece a se estabelecer uma nova matriz de pensamento imediato, uma nova visão de mundo, uma nova resposta – às vezes consciente outras reativas aos problemas. Isso requer assumir a ideia de que alternativas solidárias, cooperativas, não capitalistas, são as únicas que nos permitirão melhorar a vida social.

2.1.6 Políticas Públicas de Economia Solidária

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos a nível federal, nacional ou municipal, que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. Ou seja, correspondem a direitos assegurados na Constituição (RUA, 2009).

Por ser um movimento recente, as políticas públicas na área de Economia Solidária são relativamente novas e devem ser entendidas como políticas de governo e não como políticas públicas propriamente.

Em nível federal, é possível compreender essa afirmação por meio da trajetória da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Criada em 2003 durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, ela foi rebaixada a subsecretaria em 2016, logo após o *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e à uma coordenadoria, logo após a posse de Jair Messias Bolsonaro. Nesse sentido, para Praxedes (2009, p.56):

É necessário compreender que as políticas públicas para o segmento fazem parte de um cenário recente em construção no país. Ao contrário do movimento social de luta pela terra que tem décadas de organização, o movimento de economia solidária é bastante recente e começa a sua articulação durante o Fórum Social Mundial – no final da década de 1990. O movimento social é fundamental na consolidação de uma política de caráter democrático e amplia a cidadania da população. Este esclarecimento é necessário em razão da dificuldade que existe na institucionalização de uma política

pública de caráter popular. Esta se consolida a partir de articulações em diversos campos institucionais e do acúmulo de forças em diversos campos de luta, como o Poder Legislativo, o Executivo e os movimentos sociais, sendo que estes exercem a função fundamental de pressionar os diversos segmentos e dar legitimidade às demandas.

Mesmo com avanços significativos em todas as esferas, as políticas voltadas para a área de Economia Solidária não podem ser consideradas políticas de estado e sim de governo. Schiochet (2009, p.57), deixa clara sua visão nesse sentido.

No entanto, tais avanços políticos e institucionais ainda não alteraram uma das principais características das políticas de economia solidária: “são políticas de governo”, isto é, sua existência depende dos partidos, coalizões ou grupos políticos que assumem a direção do Poder Executivo. Por isso, a economia solidária ainda não foi incorporada na agenda dos direitos (da cidadania) e dos deveres (públicos).

O movimento de Economia Solidária se beneficia também de políticas públicas em outras áreas como as de geração de emprego e renda. Schiochet (2009) considera que a Economia Solidária entra “pela porta dos fundos” na agenda de políticas governamentais, através das iniciativas de cooperação econômica e autogestão no âmbito dos programas de geração de trabalho e renda.

As políticas públicas na área de resíduos sólidos também refletem no movimento de Economia Solidária, principalmente no que tange à coleta seletiva solidária e ao papel dos catadores de material reciclável.

A Lei Federal nº 12.305 (BRASIL, 2010), que implementa a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foi de suma importância para o reconhecimento dos catadores que atuam na coleta seletiva, triagem, classificação e processamento dos resíduos reaproveitáveis. Esta lei busca garantir o reconhecimento do resíduo reciclável como gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania (BRASIL, 2010).

A PNRS prevê ainda que a inserção dos catadores na cadeia de reciclagem se dê através de cooperativas, conforme a Lei nº 11.445 (BRASIL, 2007) que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, inclui no seu escopo a contratação de cooperativas e associações de catadores de material reciclável por parte do titular dos serviços públicos de limpeza urbana (BRASIL, 2007).

2.1.6.1 Políticas Públicas de Economia Solidária em Nível Federal

A Fundação Banco do Brasil (FBB) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas têm financiado iniciativas para Empreendimentos dentro da perspectiva da Economia Solidária.

Um exemplo disso, foi o apoio financeiro que a ITCP/COPPE/UFRJ recebeu apoio para dar início às suas atividades.

Esse projeto inicial de criação da ITCP/COPPE/UFRJ previa a difusão da sua metodologia. O primeiro passo foi dado com a realização de um seminário que forneceu às universidades que começavam a articulação para dar início às suas ITCPs, ferramentas e conhecimentos baseados no caso da ITCP/COPPE/UFRJ. (DELLA VECHIA *et al.*, 2011).

2.1.6.1.1 Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC)

Outra importante etapa para a difusão das ITCPs foi o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC)⁶. Criado em 1997, tendo como signatários a FINEP, o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), sua primeira edição foi realizada entre os anos de 1998 e 2000 e forneceu meios para a consolidação das primeiras incubadoras (UFRJ, UFC, UFJF, UFRPe, USP e UNEB). Os recursos eram provenientes da Fundação Banco do Brasil e do FINEP (DELLA VECHIA *et al.*, 2011).

⁶ Por meio de uma ação articulada no âmbito do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), a COPPE/UFRJ criou em 1995, com o apoio da Finep e da Fundação Banco do Brasil (FBB), a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP. A missão deste projeto era desenvolver a metodologia de incubação de cooperativas populares e de difusão desta tecnologia social para outras universidades do país. Em 1997 foi criado o PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, tendo como signatários a Finep, o Banco do Brasil, a FBB e o COEP. Em 2003, a Finep e a Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego, retomaram a discussão sobre os rumos do PRONINC, decidindo financiar novas Incubadoras de Cooperativas e dar apoio à manutenção das incubadoras em operação (FINEP, 2019).

O PRONINC esteve paralisado por algum tempo. Em 2003 foi rearticulado voltando a ser fonte de recursos para as ITCPs. Em 2010, com a promulgação do Decreto nº 7.357 foram estabelecidas normas e diretrizes para o seu funcionamento.

A finalidade do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), conforme o Decreto nº. 7.357 de 17/11/2010, é o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, buscando atingir os seguintes objetivos:

I - Geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos empreendimentos econômicos solidários;

II - construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários pós-incubação;

III - articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional;

IV- desenvolvimento de novas metodologias de incubação de empreendimentos econômicos solidários articulados a processos de desenvolvimento local ou territorial;

V - Formação de discentes universitários em economia solidária; e

VI - criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da economia solidária nas instituições de ensino superior (BRASIL, 2010).

Em resumo, o PRONINC tem como finalidade fomentar e apoiar o movimento da Economia solidária através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, o tripé da sustentação da universidade. De acordo com o artigo 207 da Constituição Brasileira, esses três princípios são indissociáveis (BRASIL, 1988).

No quadro 9 são apresentados os anos de lançamento de chamadas PRONINC.

Quadro 9 - Ano de lançamento dos Editais PRONINC

Data	Evento	Observação
1998	Ano de criação	Viabilizou a criação das ITCPs fundadoras da REDE de ITCPs
2003	Rearticulação	Financiamento de novas incubadoras e fortalecimento das existentes
2003	Convênio PRONINC: MDS - FINEP 2003/2004	

2005	Convênio PRONINC - FINEP 2005/2006	
2007	Convênio PRONINC -FINEP- MEC 2007 /2008	
2007	Convênio PRONINC: MDS - MEC 2007/2008	
2007	Convênio PRONINC: FBB-MEC 2007 /2008	
2007	Convênio PRONINC: MTUR-FINEP 2007/2008	
	Convênio PRONINC: PNI- FINEP Modalidade C	Vigente de 2000 a 2010
2010	Chamada Pública MCT/FINEP/Ação Transversal - PNI/PRONINC 03/2009	
2013	Convênio PRONINC MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPQ nº 89 /2013	
2017	Chamada CNPQ/MTB- SENAES nº 27 /2017	

Fonte: A autora, 2019.

2.1.6.1.2 - Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 2003, por meio do decreto do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. As competências da Secretaria Nacional da Economia Solidária dadas pelo Decreto nº 5063, de maio de 2004, são as seguintes:

Art. 18. À Secretaria Nacional de Economia Solidária compete:

- I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do ;
- II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;
- III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;

- IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;
- estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à , por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;
- VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;
- VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;
- VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;
- IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;
- X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;
- XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;
- XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;
- XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência; e
- XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência (BRASIL, 2004).

O Decreto nº 8.894 (BRASIL, 2016) rebaixou a SENAES a uma subsecretaria e, esse, por sua vez, foi revogado pelo Decreto nº 9679 (BRASIL, 2019). A subsecretaria Nacional de Economia Solidária, anteriormente vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, foi transformada em Coordenadoria vinculada ao Ministério da Cidadania.

Essa mudança marca uma grande perda para o campo da Economia Solidária. Foram décadas de luta para ser reconhecida no âmbito da geração de trabalho e emprego e, em pouco tempo de atuação do novo governo, passa a ser vista como uma questão de assistencialismo.

2.1.6.1.3 - Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é composto pelos Fóruns regionais de Economia Solidária e foi criado em 2001, durante o I Fórum Social Mundial.

Segundo informação coletada no site do FBES, compõem o Fórum 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais que representam 5000 empreendimentos de Economia Solidária, e fazem parte também 500 entidades de assessoria, apoio e fomento.

Desde sua criação, o FBES organizou cinco plenárias. A previsão para realização da sexta é em 2019 na região nordeste. O quadro 10 apresenta as plenárias por número, mês, ano e local de realização.

Quadro 10 - Plenárias do FBES

Plenária	Mês	Ano	Local
Primeira	Dezembro	2002	São Paulo
Segunda	Janeiro	2003	Porto Alegre
Terceira	Junho	2003	Brasília
Quarta	Março	2008	Luziânia
Quinta	Dezembro	2012	Goiás

Fonte: a autora, 2019.

Foi decidido na Quarta Plenária Nacional que o FBES seria composto por membros dos três segmentos da Economia Solidária e essa configuração continua desde então. De acordo com o site do FBES (2019) esses três segmentos são:

- Empreendimentos Econômicos Solidários
- Organizações de assessoria e fomento
- Gestores públicos

Entre os dias 10 e 13 de dezembro de 2018, em Brasília, a executiva do FBES se reuniu. Foi pauta dessa reunião: a análise da conjuntura atual; a

organicidade do FBES; e a realização da Sexta Plenária do FBES. A rede de ITCPs esteve presente através de seu representante Gilmar Gomes da ITCP – UFRGS.

2.1.6.1.4 - Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)

O CNES é um órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo instituído pela Lei nº. 10.683 (BRASIL, 2003) e regulamentado pelo Decreto nº 5.811 (BRASIL, 2006).

São atribuições do CNES:

Encorajar e promover ações para o engajamento da sociedade civil e do governo na política de economia solidária; estabelecer diretrizes para a política de economia solidária; propor medidas de aperfeiçoamento tanto para a legislação quanto para as atividades e propostas do MTE e da Secretaria Nacional de Economia Solidária; mediar as parcerias estabelecidas entre as entidades da sociedade civil representadas no conselho e a SNES; atuar de forma conjunta com conselhos correlatos.

O CNES é composto por 56 membros entre representantes do governo federal, estadual e municipal, representantes dos Empreendimentos Solidários e membros da sociedade civil. Sua estrutura é constituída de Plenário, Comitê Permanente, Comitês Temáticos e Secretaria Executiva.

Algumas modificações ocorreram no CNES no início do ano de 2019, sendo a mais significativa a alteração de sua composição que passa a ser tripartite com representantes do governo, trabalhadores e empregadores. Essa modificação diminui a atuação da sociedade civil tendo impacto direto na participação de entidades de apoio como as ITCPs.

2.1.6.1.4 - Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos e Comércio Justo

O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos e Comércio Justo (CADSOL) é o instrumento que reconhece os Empreendimentos como Econômicos Solidários e que permite o acesso às políticas públicas nessa área. Foi instituído pela Portaria MTE nº 1.780 (BRASIL, 2014).

Para requerer o CADSOL, o empreendimento precisa atender a alguns requisitos, tais como: ser um empreendimento coletivo, autogestionário, supra familiar e manter periodicidade em suas reuniões e assembleias.

Em consulta ao *site* oficial para inclusão no CADSOL, apurou-se que no estado do Rio de Janeiro, 310 EES realizaram ou fizeram tentativa de realizar seu cadastro.

Os últimos EES que tiveram seu cadastro confirmado e habilitado datam de abril de 2016. Depois disso pouca movimentação ocorreu com relação à homologação dos cadastros. Em setembro de 2016 alguns EES tiveram seu cadastro rejeitado pela Comissão Nacional e os que se cadastraram desde maio de 2016 aparecem com sua situação em análise. O último EES no estado do Rio de Janeiro a solicitar sua inclusão no CADSOL o fez em julho de 2019.

2.1.6.2 - Políticas Públicas de Economia Solidária em Nível Estadual – RJ

No âmbito estadual, as políticas públicas na área de Economia Solidária vêm sendo desenvolvidas há pouco tempo e, em sua maioria, não são específicas para a área de Economia Solidária, mas têm integração ou beneficiam o setor.

O quadro 11 relaciona as leis e projetos de leis no âmbito da ECOSOL no estado do Rio de Janeiro.

Quadro 11 - Políticas públicas na área de ECOSOL no estado do Rio de Janeiro

Lei nº	Assunto
8.366/2019	Institui a Política de apoio à agricultura urbana
8354/2019	Autoriza o executivo a criar o Circuito Fluminense de Economia Solidária
8353/2019	Institui o programa de Incentivo aos Polos de Economia Sustentável, Circular e Criativa (PESCC)
8351/2019	Institui a política estadual de Economia Solidária
7884/2019	Institui a Política Estadual de turismo comunitário no estado do RJ
7947/2018	Dispõe sobre a criação de unidade orçamentária e abertura de crédito adicional
7673/2017	Dispões sobre cessão de espaço físico para exposição e comercialização de produtos da ECOSOL em eventos públicos
7456/2016	Institui o Programa de Fomento e Incentivo ao Microcrédito a ser desenvolvido por Cooperativas de Crédito

7368/2016	Autoriza o executivo a criar o Fundo Estadual de Fomento a ECOSOL (FEFEPS)
7306/2016	Institucionaliza o dia 15 de dezembro como Dia Estadual da ECOSOL
7456/2016	Cria o programa fomento à Economia Popular Solidária em âmbito estadual
7180/2015	Estabelece o marco referencial da gastronomia como cultura
5315/2008	Cria o conselho estadual de ECOSOL

Fonte: adaptado de ECOSOL/RJ, 2019

2.1.6.2.1 - Projeto de Lei sobre a Política Estadual de Economia Solidária/RJ

O Projeto de Lei (PL) nº 2210 (RIO DE JANEIRO, 2016), de autoria dos deputados estaduais Zaqueu Teixeira, Waldeck Carneiro, Carlos Minc e Zeidan, institui a Política Estadual de Economia Solidária no Rio de Janeiro. O objetivo do PL é o desenvolvimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e de suas redes através de programas leis e convênios entre os órgãos públicos e sociedade civil.

Art. 9º - A Política Estadual de Economia Solidária constitui-se em instrumento pelo qual o Poder Público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas ao fomento da economia solidária (RIO DE JANEIRO, 2016).

Em 15 de março de 2017, o PL nº 2210/2016 foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e, em 08 de agosto de 2017, pela Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade social.

2.1.6.2.2 - Plano Estadual de Economia Solidária

No dia 23 de junho de 2017 foi lançado o Plano Estadual de Economia Solidária do estado do Rio de Janeiro. Esse plano foi o resultado de trabalho conjunto da sociedade civil, Empreendimentos Econômicos Solidários, entidades de apoio à Economia Solidária e o governo. Ele tem como objetivo geral nortear as políticas públicas e as ações nessa área e, para isso, é sintetizado em nove objetivos específicos:

1. Garantir a participação da sociedade civil no processo de construção e consolidação da política estadual de Economia Solidária;
2. Acolher os objetivos e diretrizes nacionais, definidas como estratégicos para a organização e ampliação da Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro;
3. Fortalecer organizações representativas da Economia Solidária como, por exemplo, o Fórum Estadual de Economia Solidária e o Conselho Estadual de Economia Solidária nos seus papéis de instâncias mediadoras fundamentais para o desenvolvimento da Economia Solidária, no Estado do Rio de Janeiro;
4. Contribuir para a institucionalização democrática da Economia Solidária e para seu fortalecimento de seu movimento no sistema produtivo do Estado do Rio de Janeiro;
5. Estabelecer metas qualiquantitativas que balizem as ações públicas de desenvolvimento da Economia Solidária, no Estado do Rio de Janeiro;
6. Apontar estratégias de gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas de Economia Solidária;
7. Referenciar a construção de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do Movimento de Economia Solidária, nos municípios do Estado do Rio de Janeiro;
8. Reconhecer, valorizar e fomentar práticas sociais e culturais de grupos sociais populares, tais como comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, caiçaras;
9. Reconhecer a Economia Solidária como forma de desenvolvimento local, sustentável e do bem viver (RIO DE JANEIRO, 2015).

2.1.6.2.3 - Conselho Estadual de Economia Solidária

O Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES) foi instituído pela Lei nº 5.315 (RIO DE JANEIRO, 2008). O CEES é um órgão colegiado vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho e Renda. Sua natureza é consultiva, propositiva e deliberativa, e a finalidade do mesmo é apoiar e fomentar a Economia Solidária no

âmbito do estado do Rio de Janeiro. Seu regimento interno foi aprovado em 2016. Dentre as atribuições do CEES estão:

- Convocar da Conferência Estadual de Economia Solidária;
- Propor ao Poder Executivo Estadual as diretrizes e prioridades da Política Estadual de Economia Solidária;
- Articular, acompanhar e monitorar a implementação de ações inerentes à Política Estadual de Economia Solidária;
- Definir os critérios e procedimentos de adesão ao SIEES;
- Instituir mecanismos de articulação com órgãos colegiados de Economia Solidária nos territórios, regiões ou municípios;
- Mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e implementação de ações públicas de Economia Solidária.

2.1.6.2.4 - Circuito Fluminense de Economia Solidária

O Circuito Fluminense de Economia Solidária foi instituído pelo PL nº 7373-A (RIO DE JANEIRO, 2018) e tem como objetivo a promoção de eventos como feiras, festivais e exposições que visem o fortalecimento da Economia Solidária no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. A PL nº 7373-A foi vetada na íntegra pelo Governador Wilson Witzel em 10/01/2019.

2.1.6.3 – Políticas Públicas de Economia Solidária em Nível Municipal – Rio de Janeiro

Em nível municipal destaca-se o plano municipal de Economia Solidária. O atual plano foi fruto de uma longa revisão do anterior. Essa revisão contou com a participação ativa dos Empreendimentos Solidários.

2.1.6.3.1- Plano Municipal de Economia Solidária:

O Decreto nº 44258 de 23 de fevereiro de 2018 institui o plano municipal de Economia Solidária (RIO DE JANEIRO, 2018). O plano foi fruto da elaboração conjunta entre poder público e sociedade civil. O plano municipal atualizou o anterior datado de 2015 e, entre outras coisas, determinou as áreas de atuação da Economia Solidária no âmbito do município do Rio de Janeiro, a saber:

- Produção, comércio, consumo sustentável e alimentação;
- Comércio justo e solidário;
- Financiamento da economia solidária;
- Formação do movimento/ assessoria/ produção de conhecimento;
- Comunicação e visibilidade da economia solidária;
- Marco legal;
- Construção de ambiente institucional;
- Propostas de setores específicos da economia solidária; e agenda pública.

O plano tem em seu escopo iniciativas para consolidar a cidade do Rio de Janeiro como a capital do comércio justo. Desde 2016 a cidade já possui a chancela internacional de *Fair Trade Town*. Essas iniciativas incluem:

- Viabilizar compras públicas de produtos e serviços da Economia Solidária;
- Garantir uma rede de comercialização na cidade para viabilizar acesso ao mercado;
- Implementar a marca *Cidade de Comércio Justo e Solidário* junto a espaços de comercialização certificados;
- Regularizar documentação para que agricultores e agricultoras possam participar de compras públicas do Rio de Janeiro;
- Ampliar o Circuito Carioca de Economia Solidária e feiras orgânicas;
- Criar o Centro Municipal de Economia Solidária, previsto para funcionar na Praça da República, 139 (RIO DE JANEIRO, 2018).

2.2 Incubação

O modelo das ITCPs teve inspiração nas incubadoras tradicionais. Na UFRJ já existia uma ligada à COPPE e, dessa forma, se faz necessário entender o surgimento das Incubadoras tradicionais, o que são e como podem ser classificadas para então conseguirmos entender o fenômeno das ITCPs e sua relevância como uma Tecnologia Social de apoio aos empreendimentos de Economia Solidária.

2.2.1– Histórico do surgimento das incubadoras

O conceito de incubação tem sua base na ideia de acompanhar um negócio desde o seu estágio inicial e de ajudar o desenvolvimento de empreendimentos desde antes de sua formalização e início de atividades (ANPROTEC, 2018).

Incubadoras podem ser caracterizadas como um ambiente favorável ao desenvolvimento de novos empreendimentos, cujos resultados esperados deverão garantir em prazo determinado a autonomia e a autossustentação da empresa. A incubadora fornece serviços assistenciais, suporte e condições de sobrevivência para os novos empreendimentos que permanecem “incubados” até que tenham maturidade para serem inseridos no mercado.

O primeiro registro da existência de uma incubadora de empresas data do final da década de 1950 na cidade de Nova Iorque, uma iniciativa de um empresário que alugou um espaço para destinar a utilização de empresas iniciantes. Nesse ambiente eram oferecidos equipamentos, assim como serviços administrativos de contabilidade, vendas, e *marketing*, entre outros. Esses serviços eram compartilhados o que ocasionava a redução dos custos de operação destas empresas (SILVA; VELOSO, 2013).

Em sua maioria, as Incubadoras eram vinculadas a parques tecnológicos, por levarem as pesquisas desenvolvidas em universidades para o setor produtivo, sendo, inicialmente, voltadas apenas para setores de conhecimento científicos

tecnológicos. Portanto, elas eram nomeadas de incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, ou Incubadoras Tecnológicas (AZEVEDO; GASPAR; TEIXEIRA, 2016).

Carayannis e Zedtwitz (2005) acreditam que cinco tipos de serviços providos por Incubadoras de Empresas aos Empreendimentos merecem destaque:

1. Acesso a recursos físicos e serviços básicos;
2. Suporte de escritório;
3. Acesso a recursos financeiros;
4. Suporte ao empreendedor; e
5. Acesso a redes de contato.

Atualmente, existem cerca de 7.000 incubadoras de empresas no mundo, segundo a estimativa atual da *National Business Incubation Association* (NBIA).

No Brasil, o surgimento das Incubadoras se dá na década de 1980, com a implantação do primeiro parque tecnológico pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Esse programa foi baseado em estudos em incubadoras e Parques Tecnológicos localizados na Inglaterra e Estados Unidos.

Ao longo do tempo as Incubadoras começaram a ter outras denominações de acordo com suas atividades ou público-alvo.

A Anprotec (2019), em seu *site*, classifica as Incubadoras em:

- De base tecnológica - abrigam empreendimentos que realizam uso de tecnologias;
- Tradicionais - dão suporte a empresas de setores tradicionais da economia;
- Mistas - aceitam tanto empreendimentos de base tecnológica, quanto de setores tradicionais;
- Sociais - têm como público-alvo cooperativas e associações populares.

O estudo realizado pela Anprotec e MCTI (2012) mostra que a maioria das incubadoras se encontram dentro das universidades, centro de pesquisas e parques tecnológicos. Uma incubadora oferece a organização e oferta de assessoria, treinamento e facilidades, como o compartilhamento de local, de equipamentos e de

serviços, a novos empreendimentos, a fim de fortalecer os empreendimentos incubados perante ao mercado.

2.2.2 - Tecnologia Social

A Tecnologia Social tem como antecedente a tecnologia apropriada. A ideia de uma tecnologia apropriada tem sua origem no século XX, quando o indiano Gandhi defendeu não só a manutenção, como também a disseminação da tecnologia tradicional para atender às demandas da parcela mais pobre da população de seu país. Gandhi sustentava que a produção de alimentos e de seus fertilizantes deveriam ser feitas de forma natural, sendo direcionados para atender a população local com tecnologias tradicionais e mão de obra local. Assim, “a tecnologia deveria ser desenvolvida a partir de uma abordagem integrada de desenvolvimento socioeconômico e cultural para atender demandas locais” (KON, 2018, p.8). Para Dagnino, Brandão e Novaes (2004), a roca de fiar manual, símbolo da revolução liderada por Gandhi, pode ser visto como o primeiro equipamento tecnológico apropriado.

O movimento de Tecnologia Apropriada teve seu auge nas décadas de 1960 e 1970. A obra mais emblemática deste movimento é “O Negócio é ser Pequeno” (no original em inglês *Small is beautiful*) de E. F. Schumacher.

Segundo Machline (1982, p.1), os problemas abordados por Schumacher são pertinentes ao nosso momento atual e podem ser resumidos em:

- Ecologia e combate à poluição, sob todas as suas formas;
- Preservação dos recursos naturais;
- Alternativas energéticas, esgotamento de combustíveis fósseis, ameaças da energia nuclear e do lixo atômico;
- Transferência de tecnologia aos países do Terceiro Mundo; escolha da tecnologia adequada para os países em desenvolvimento; uso de tecnologia intermediária, em oposição à tecnologia requintada, como sendo, mais apropriada para os países menos avançados;

- Desenvolvimento regional rural, a fim de combater a excessiva urbanização e a proliferação de favelas em volta das megalópoles;
- Aumento da eficiência da ajuda aos países pobres, para que se evitem os desapontamentos verificados na década de 70 com a pouca eficiência desse auxílio;
- Criação de pequenas e médias empresas revertendo-se a tendência de desumanização do trabalhador, característica da grande indústria;
- Educação, única fórmula para se controlar a explosão populacional, causa da pobreza que se alastra na maior parte do mundo

A Tecnologia Apropriada deve apresentar determinadas características para ser reconhecida como tal, entre elas, segundo Rodrigues e Barbieri (2008).:

- Baixo investimento por posto de trabalho,
- Baixo capital investido por unidade produzida
- Potencial de geração de empregos
- Simplicidade organizacional,
- Pequena escala de produção,
- Alto grau de adaptabilidade ao ambiente sociocultural,
- Autossuficiência local e regional,
- Economia no uso de recursos naturais
- Referência pelo uso de recursos renováveis
- Controle social.

Rodrigues e Barbieri (2008, p.1070) deixam claro o que diferencia a Tecnologia Social da Tecnologia Apropriada:

A preocupação com processo de produção da tecnologia social, embora não prescindida de aspectos gerenciais, volta-se prioritariamente para a emancipação dos atores envolvidos, tendo no centro os próprios produtores e usuários dessas tecnologias. Dito de outro modo, a tecnologia social implica a construção de soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar dessas soluções e que atuam com autonomia, ou seja, não são apenas usuários de soluções importadas ou produzidas por equipes especialistas, a exemplo de muitas propostas das diferentes correntes da tecnologia apropriada.

Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC (2019), Tecnologia Social (TS) pode ser entendida como "um conjunto de

técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida.”

De acordo com Adams et al. (2011, p.15): “os próprios conhecimentos, saberes populares aplicados de modo consciente e crítico, com uma finalidade de buscar soluções aos problemas sociais enfrentados no cotidiano e de promover a emancipação social, podem ser compreendidos como TSS”.

O quadro 12 apresenta as quatro dimensões da Tecnologia Social, assim como uma breve explicação sobre cada uma.

Quadro 12 - Dimensões da Tecnologia Social

Dimensão	Observação
Conhecimento, ciência e tecnologia.	O ponto de partida são os problemas sociais; é feita com organização e sistematização, introduz ou gera inovação.
Participação, cidadania e democracia.	Enfatiza a cidadania e a participação democrática; adota metodologia participativa; impulsiona sua disseminação e reaplicação.
Educação.	Realiza processo pedagógico integral; se desenvolve pela troca de saberes populares e tecnológicos; é apropriada pelas comunidades gerando sua autonomia.
Relevância Social.	É eficaz na solução de problemas sociais; Tem sustentabilidade ambiental; Provoca a transformação ambiental.

Fonte: Instituto de Tecnologia Social, ITS, 2019.

A Tecnologia Social proporciona sustentabilidade econômica, ambiental e cultural aos EES (DAGNINO, 2014). Esse autor aponta como um benefício ao Estado, apoiar e estimular o crescimento da Economia Solidária e dos EES. Ao fornecer ferramentas de sustentabilidade para que a população em situação de vulnerabilidade social e excluída da sociedade consiga acesso à geração de renda, o Estado deixaria de ter gastos com medidas compensatórias, como programas de transferência de renda, tendo como exemplo em nível federal o Programa “Bolsa família”.

Matarazzo e Boeira (2016) consideram as ITCPs como Tecnologia Social por serem arranjos organizacionais voltados para a busca de soluções de problemas de segmentos vulneráveis da sociedade, em especial com relação aos termos sociais e econômicos, mas a parte ambiental não pode ser esquecida ainda que numa proporção menor.

2.2.3 - Histórico do surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

O contexto da criação e a importância das ITCPs só podem ser explicados através de contextualização dos acontecimentos do final dos anos 1980 e da década posterior.

Em 1985 iniciou no Brasil a transição democrática, ao encerramento do período de ditadura militar iniciado com o golpe civil-militar de 1964. Esse período de transição democrática se encerrou com a eleição direta de Fernando Afonso Collor de Melo em 15 de março de 1990. A gestão Collor teve um encerramento abrupto em 1992 com o seu *impeachment* por envolvimento em atos de corrupção. Seu vice Itamar Franco assumiu a presidência da República.

Em 1994, Itamar Franco lançou através de medida provisória, o Plano Real. Fernando Henrique Cardoso era o coordenador de sua equipe econômica nesse momento. O plano real consistia num pacote de medidas econômicas que visavam o controle da inflação e a estabilidade econômica. Uma das consequências desse plano foi o aumento dos investimentos do capital estrangeiro e a abertura da economia às importações. Essa medida acelerou a inserção do Brasil no contexto da globalização econômica e foi o início da adoção de medidas neoliberais mantidas ao longo do governo seguinte (PIO,2001).

A privatização de estatais entrou na agenda econômica no ano de 1981, ainda durante a ditadura Militar (PIO,2001). Itamar Franco deu continuidade à política de privatização de estatais do Governo Collor de Melo e, ao fim de seu mandato, 17 processos de desestatização tinham sido concluídos.

Em primeiro de Janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso tomou posse como presidente. Ao longo desse seu primeiro mandato deu continuidade à política de privatização. Como balanço geral, até junho de 1999, o Brasil privatizou 119 empresas estatais (Almeida,2009). Ainda segundo Almeida (2009, p.281):

A partir de 1994, já no governo FHC, o volume de emprego no setor estatal teve uma queda ainda mais drástica. Isso contribuiu para o desemprego total na “Era FHC”, mantendo esta tendência até o final daqueles 10 anos. Além da contribuição das privatizações das empresas estatais na redução do volume de empregos, a abertura comercial e a financeira, que são partes simultâneas do mesmo modelo econômico, permitiram a importação de mercadorias em detrimento das indústrias nacionais. Daí o fato da destruição dos empregos existentes com o desaparecimento de postos de trabalho.

Outro ponto relevante, apontado por Guimarães (2005) como um dos fatores que contribuiu para o aumento do nível de desemprego no Brasil na década de 1990 foi a abertura comercial e a diminuição de restrições e redução de tarifas de importação. Já Silva (2004) ressalta que:

Com a nova política comercial, a economia brasileira entrou numa fase de significativa exposição à concorrência internacional. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento do país passou a depender de sua capacidade de competir interna e externamente com os bens produzidos nos demais países inseridos no comércio internacional.

Essa abertura comercial foi sentida no setor industrial brasileiro e forçou a uma reestruturação no postos de trabalho. A produtividade da indústria brasileira aumentou consideravelmente nessa década, explica-se a diminuição do posto de trabalho pela importação de insumos antes produzidos localmente por importados e a terceirização de atividades (RAMOS E REIS, 1997).

É possível concluir que os principais fatores para a diminuição dos postos de empregos na década de 1990 foram a privatização das empresas estatais, a abertura econômica e a diminuição de taxas sobre a importação de produtos, o aumento de produtividade da indústria brasileira impulsionado pela terceirização de alguns postos de trabalho e a importação de matéria-prima. Por fim, a modernização tecnológica e o baixo crescimento econômico do país.

Nessa conjuntura, a população em idade economicamente ativa não encontrava postos de trabalho juntando-se à parcela da população historicamente alijada do mercado de trabalho.

É nesse cenário de recessão e sem grandes perspectivas de melhoria que a Economia Solidária (ECOSOL) se estabeleceu no Brasil, se propondo como uma alternativa ao desemprego em massa e aos modos de vida da produção capitalista. Assim, trabalhadores e trabalhadoras se organizaram e assumiram coletivamente empreendimentos falimentares passando a praticar uma gestão horizontal e cooperativa.

A partir da década de 1980, e com mais intensidade a partir dos anos 1990, trabalhadores se organizaram e passaram a recuperar empresas em regime de falência, tomando para si a gestão das mesmas. Começava a ganhar força no Brasil o conceito de autogestão, um modelo de administração baseado na participação efetiva de todos os membros envolvidos no processo. As Empresas recuperadas por trabalhadores (ERTs) surgiram como forma de reação e resistência ao

encerramento das atividades de empresas e consequente perda de postos de trabalho (HENRIQUES et al., 2013).

Em 1994 foi fundada a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), criada para reunir e assessorar a recente intensificação das experiências autogestionárias de recuperação de empresas.

Em resposta ao crescimento da pobreza, a Organização Não Governamental Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (ONG IBASE), liderada pelo sociólogo Herbert de Souza – “Betinho” iniciou uma campanha de combate á fome baseada na solidariedade social, a “Campanha Nacional Contra a Fome e a Miséria, e pela Vida”, que ficou depois conhecida como “Campanha do Betinho”. A sociedade civil como um todo se mobilizou e junto com ela as Universidades (CORREA, 2017).

Em 05 de janeiro de 1995, numa reunião no Fórum de Ciência E Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, é proposta a criação de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. A ITCP /COPPE/UFRJ foi então criada no âmbito da COPPE, a unidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro que coordena os programas de pós-graduação em engenharia dessa universidade. A concepção de incubar projetos de geração de renda teve como exemplo o que já era feito na incubadora de empresas da COPPE desde 1994. (GUIMARÃES,1998).

Após a criação e início das atividades da ITCP/COPPE/UFRJ, e contando com o apoio inicial da mesma, outras ITCPs iniciaram suas atividades. O quadro 13 apresenta a relação das mesmas e o ano do início de suas atividades.

Quadro 13 - Primeiras ITCPs e ano de início de suas atividades

Incubadora	Início de funcionamento
ITCP/COPPE/UFRJ	1995
ITCP/UFC	1997
INTECOOP/UFJF	1998
ITCP/UFPR	1999
INCOOP/UFSCAR	1999
ITCP/FUNREI	1999
INCUBACOOOP/UFRPE	1999
ITCP/USP	1999
ITCP/UNEB	1999
ITCP/FURB	1999
ITCP/UNISINOS	1999
INTECOOP/UCPEL	2000

ITCP/UFAL	2001
ITES/UA	2001
INCOAP/UFPB	2001
INCOOP/RN	2001
ITCP/UNICAMP	2001
ITCPES/UFPA	2002

Fonte: adaptado de Cruz, 2004.

Em 1998 , junto com as ITCPs surgiu uma rede entre elas, a Rede de ITCPs que nesse mesmo ano, se uniu à Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO). Fundada em 1996, tinha como foco o mundo do trabalho .A UNITRABALHO possuía 45 núcleos locais em diferentes universidades, quando da entrada da Rede de ITCPs. Esse fato proporcionou uma rápida expansão das ITCPs (CRUZ, 2004).

2.2.4 - Panorama atual das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares no Brasil

Atualmente as ITCPs atuam em IES privadas e públicas nas cinco regiões do Brasil. A maioria delas está vinculada à duas Redes de apoio: a Rede de ITCPs e a rede UNITRABALHO. É difícil precisar a quantidade de ITCPs em atuação, uma vez que algumas não participam de editais PRONINC e a maioria não faz o recadastramento anual junto à sua Rede. No quadro 14 elencam-se as ITCPs que realizaram seu recadastramento junto a Rede de ITCPs em 2018, assim como a IES a que estão vinculadas, e se a mesma é pública ou privada. As ITCPs estão apresentadas por ordem de recadastramento.

Quadro 14 - Lista de ITCPS atualizada da REDE de ITCPs com base no recadastramento de 2018

	IES	Tipo	Sigla incubadora
1	Universidade do vale do Itajaí	Privada	ITCP/UNIVALI
2	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Pública	INTESOL
3	Universidade Federal de Alagoas	Pública	ITES

4	Universidade do Estado da Bahia	Pública	COAPPES
5	Universidade do Estado da Bahia	Pública	Incubadora Criativa S3
6	Universidade Federal da Bahia	Pública	ITES/UFBA
7	Universidade Federal do Tocantins	Pública	NESOL/UFT
8	Universidade Federal do Cariri	Pública	ITEPS
9	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	Pública	ITCP/IFBA
10	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Privada	Trilhas Incubadora Social Marista
11	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Pública	ITCP/ UFRS
12	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	Pública	INCOP/UNESP/ASSI
13	Universidade de Cruz Alta	Pública	INATECSOCIAL
14	Universidade Federal de São Carlos	Pública	NUMI-ECOSOL
15	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Pública	TECSOL
16	Universidade Católica de Pelotas	Privada	
17	Universidade Federal de Alfenas-MG	Pública	ITCP/UNIFAL/MG
18	Universidade Federal de Juiz de Fora	Pública	INTECOOP /UFJF
19	Universidade Federal de Lavras	Pública	INCUBACOOOP/UFLA
20	Centro Federal de Educação Celso Suckow da Fonseca	Pública	ITESS/CEFET/RJ
21	Universidade Federal Fluminense	Pública	InTECSOL/UFF
22	Universidade Federal de Pelotas	Pública	TECSOL
23	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Pública	TECNOSOCIAIS

24	Universidade Federal de Viçosa	Pública	ITCP/UFV
25	Universidade Federal do Paraná	Pública	ITCP/ UFPR
26	Universidade Regional do Noroeste do estado do RS	Pública	ITECSOL
27	Universidade da região de Chapecó	Pública	ITCP/UNOCHAPECÓ
28	Universidade de São Paulo	Pública	ITCP/USP
29	Universidade Federal de Minas Gerais	Pública	Alter-Nativas de Produção
30	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Pública	ITCP - Campus realengo /IFRJ
31	Universidade de São Paulo - Campus Ribeirão Preto	Pública	Co-Labora
32	Universidade Federal de Ouro Preto	Pública	INCOOP/UFOP
33	Faculdade Frassinetti do Recife	Pública	ITCP/FAIRE

Fonte: adaptado da REDE de ITCPs, 2018

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Formação e estruturação das ITCPs do estado do Rio de Janeiro

Nesta primeira parte do capítulo 3, procedeu-se um registro das informações coletadas no questionário respondido pelas ITCPs, dos dados coletados através da revisão bibliográfica e documental, bem como dos dados disponíveis nos sites das IES e das ITCPs.

A trajetória das ITCPs do estado do Rio de Janeiro começou em 1995 com a fundação da primeira ITCP - a ITCP/COPPE/UFRJ. Como já mencionado anteriormente, durante os anos seguintes, outras ITCPs foram fundadas pelo Brasil, contudo, foi somente em 2005 que outra ITCP, a ITCP/CEFET/RJ, iniciou suas atividades no estado do Rio de Janeiro. Com o fim do financiamento do PRONINC que permitiu o início de suas atividades, e devido a uma desmobilização da equipe, essa ITCP encerrou suas atividades pouco tempo depois.

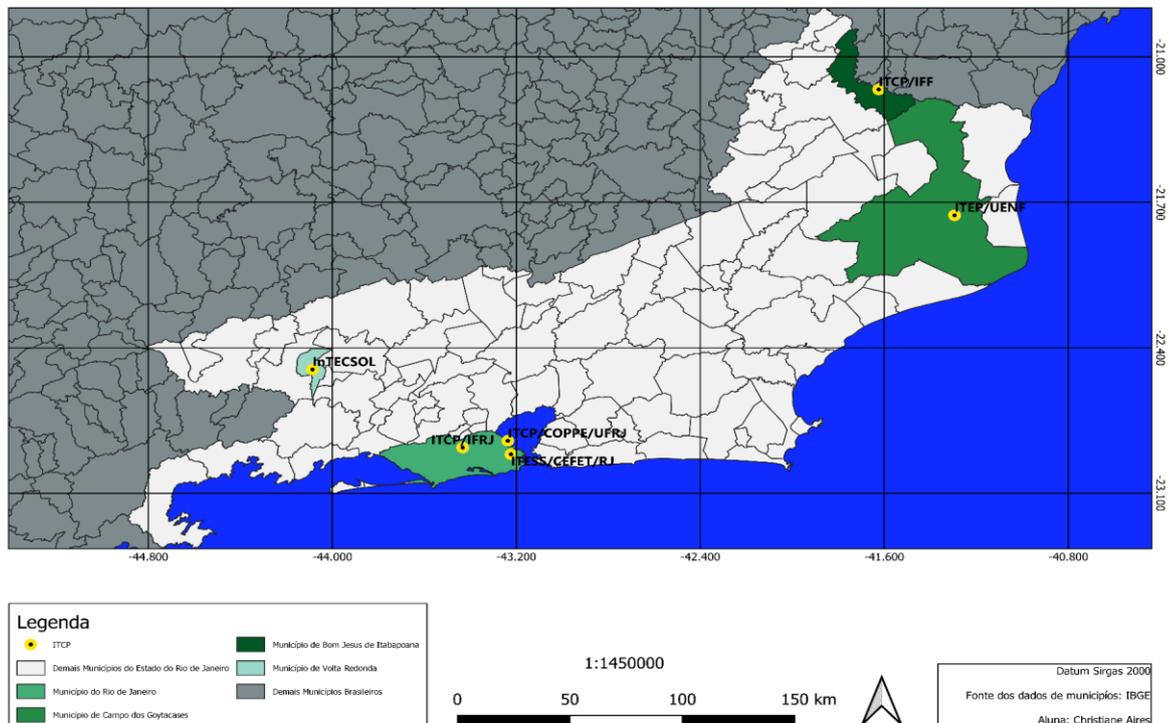
No ano de 2007, através de um acordo de transferência de tecnologia, a ITEP/UENF começou seu apoio aos Empreendimentos Econômicos Solidários na região de Campos e proximidades. Foi a primeira ITCP fluminense fora do município do Rio de Janeiro.

Tendo o apoio do edital PRONINC nº 89/2013, quatro novas ITCPs iniciaram suas atividades:, duas no município do Rio de Janeiro - a ITESS/CEFET/RJ e a ITCP/IFRJ, *Campus Realengo*; a INTECSol/UFF, no município de Volta Redonda; e a ITCP/IFF, *Campus Bom Jesus do Itabapoana*. O quadro 15 traz a relação das ITCPs fluminenses.

Quadro 15 – ITCPs Fluminenses

ITCP	IES	Tipo IES	Campus	Início	Coordenador
ITPC/COPPE	UFRJ	Universidade Federal	Fundão	1995	Eliane Ribeiro
ITEP	UENF	Universidade Estadual	Campos	2008	Gustavo Xavier
ITESS	CEFET/RJ	Centro Federal	Maracanã	2005/2013	Vinicius Von Doelinger
ITCP	IFF	Instituto Federal	Bom Jesus Itapaboana	2014	Paula Bastos
InTECSOL	UFF	Universidade Federal	Volta Redonda	2013	Luís Abegão
ITCP	IFRJ	Instituto Federal	Realengo	2014	Neli Almeida

Com relação a localização dentro do Estado do Rio de Janeiro três ITCPs estão localizadas no município do Rio de Janeiro, uma no município de Volta Redonda, uma em Campos dos Goytacazes e uma em Bom Jesus do Itapaboana conforme pode ser verificado na figura 3 .

Figura 3: Localização das ITCPs do Estado do Rio de Janeiro.

3.1.1 ITCP/COPPE/UFRJ⁷

A ITCP/COPPE/UFRJ está localizada no *Campus* Cidade Universitária da UFRJ. Inicialmente criada com o nome de Universidade do Rio de Janeiro, a UFRJ possui *campi* em várias regiões do Estado, sendo os mais conhecidos o *Campus* Cidade Universitária e o *Campus* Praia Vermelha. Além da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, a UFRJ conta também com uma incubadora de empresas e um Parque Tecnológico.

A concepção das incubadoras de cooperativas populares teve início em 1992 (SINGER; SOUZA, 2000). A criação da ITCP/COPPE UFRJ foi uma resposta da universidade à mobilização da sociedade civil iniciada pelo movimento Ação da Cidadania, que tinha à sua frente o Sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Esse movimento foi iniciado em 1993 e teve como objetivo principal engajar a sociedade civil brasileira na procura por soluções contra a fome e a miséria. Em agosto de 1993 ocorreu a formalização do Comitê de Entidades Públicas no Combate a Fome e pela Vida – COEP.

Ataualpa (2012) ressalta a importância do COEP no processo de criação das ITCPS e com o incentivo desse comitê surgiram várias organizações coletivas de trabalhadores, com destaque para as cooperativas populares e dentro dessas a Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos (COOTRAM) (ATAUALPA, 2012).

O pano de fundo para a constituição das ITCPs foi a constatação por parte da Academia de que o assistencialismo não era solução para os problemas ocasionados pela miséria, fome, violência, altos índices de desemprego e injustiça social de que parte da população brasileira é até hoje vítima (ATAUALPA, 2012).



⁷ Logomarca:

Na época, a Fundação Oswaldo Cruz sofria com episódios de violência que atingiam diretamente seus colaboradores assim como seu espaço físico. Diante da constatação de que grande parte dos chefes de família da região de seu entorno estava desempregada, a Fundação recorreu a integrantes da COPPE UFRJ que, apoiados por instituições de fomento à pesquisa e Organizações Não Governamentais (ONGs), iniciaram na Favela de Manguinhos um trabalho para geração de trabalho e renda, tendo como princípios a solidariedade e a cooperação e culminando na constituição da COOTRAM.

A proposta da ITCP tinha como inspiração a experiência exitosa da Incubadora de Empresas de Tecnologia em atividade dentro da COPPE/UFRJ e tinha como meta se tornar uma alternativa de inclusão socioeconômica. (ITCP/COPPE/UFRJ, sem data).

Inicialmente, a ideia era a construção de um centro de tecnologia que permitisse à Universidade dispor de seu conhecimento e recursos com a finalidade de promover a inserção e reinserção no mercado formal de trabalho de parte da população historicamente excluída dele. A escolha pelo cooperativismo foi baseada em suas características: organização social e empreendimento econômico. (ITCP/COPPE/UFRJ).

Em seu regimento interno, a finalidade da ITCP/COPPE/UFRJ é assim definida:

- a) Contribuir para a inclusão social de setores marginalizados economicamente;
- b) Promover a integração no mercado de setores sociais e econômicos acima mencionados;
- c) Promover, através do trabalho, a organização popular e criar uma rede solidária, gerando alternativas de trabalho, renda e cidadania através de empreendimentos solidários autogestionários, ampliando assim os direitos dos trabalhadores envolvidos (ITCP/COPPE/UFRJ, 2003). Com relação a sua estrutura organizacional, é composta dos seguintes órgãos: Coordenação colegiada; Coordenação executiva; Conselho Executivo, Coordenação regionais; Coordenação contábil e financeira; Assembleia geral (ITCP/COPPE/UFRJ, 2003).

No primeiro semestre de 1995 a ITCP/COPPE/UFRJ recebeu apoio do FINEP e da Fundação Banco do Brasil para dar início à primeira incubação - a Cooperativa de Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos (COOTRAM).

No início de 1996 duas cooperativas foram fundadas, mas foi somente no segundo semestre do mesmo ano que a Incubadora foi oficialmente inaugurada. Outro marco do ano de 1996 foi a criação do Fórum de Cooperativas Populares.

Em 1997 a ITCP assinou parceria com o hospital Universitário Pedro Ernesto. No acordo entre as partes, o Hospital contratou uma cooperativa formada pela ITCP. No ano de 1997 foi criado o PRONINC e, a partir desse apoio, a ITCP/COPPE/ UFRJ passou a difundir sua metodologia para outras IES, o que levou à formação de uma Rede de ITCPs tendo como sua fundadora as seguintes incubadoras: ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ITCP da Universidade Federal do Ceará (UFC), ITCP da Universidade de São Paulo (USP), ITCP da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPe), a ITCP da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a ITCP da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

O processo de seleção de novos empreendimentos é feito em três formatos: edital público, contrato ou como projeto de extensão. Os dois primeiros têm periodicidade eventual e o último anual. O edital de convocação de novos empreendimentos tem ampla divulgação através do *site* da ITCP, redes sociais e de forma direta através de comunicado para parceiros e entidades atuantes na área.

O apoio e parceria da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COOPETEC), possibilita a ITCP/COPPE/UFRJ assinar convênios e prestar serviços para empresas privadas, dando a ITCP a possibilidade de conseguir outros fundos, além dos oriundos de editais públicos.

Ao longo dos mais de vinte anos de funcionamento a ITCP já incubou duzentos e cinquenta e cinco empreendimentos. As informações sobre os empreendimentos passados estão sendo recuperados graças a um trabalho de organização e catalogação dos arquivos da ITCP que se encontra em andamento.

No seu processo de incubação, a ITCP/COPPE/UFRJ oferece assessoria especializada para constituição das cooperativas, buscando promover a organização popular e a criar uma rede solidária como resposta ao modelo de exclusão da economia capitalista gerando alternativa de trabalho e renda e, conseqüentemente, cidadania (ITCP/COPPE/UFRJ). O Processo de incubação é compreendido de três

fases: a pré-incubação durante os seis primeiros meses, a incubação, nos dois anos seguintes e, após isso, seis meses de graduação.

A Incubadora conta com um quadro de pessoal diverso incluindo docentes, técnicos, bolsistas/discentes de vários cursos de graduação e funcionários efetivos do projeto COPPE/Inclusão. Além de cumprir o que determina a Lei nº 8.231 (BRASIL, 1991), que dispõe sobre a inclusão de pessoas com deficiências, o programa COPPE/Inclusão busca contribuir com o acesso ao trabalho na área tecnológica de pessoas com deficiência. O quadro 16 traz a relação dos atuais membros da ITCP. Todos da equipe atendem aos empreendimentos e a coordenação das atividades fica a cargo da coordenadora executiva.

Quadro 16- Membros da ITCP/COPPE/UFRJ

Docentes	Técnicos	Bolsistas/discentes	COPPE/Inclusão
José Roberto Dourado Mafra	Valéria Almeida de lima	Nivea Cristina dos Santos Willeman	Adir Portugal Viana Silva Veloso
Roberto Wensterberg	Sidney Cunha de Lima	Esther Santana da Costa Oliveira	Gabriel Pralon Garcia
Ana Paula Pego	Gonçalo Dias Guimarães	Roman Bertoldo Coutinho	Gabriel Martins Freire Genuino
Eliane Ribeiro Pereira		Ricardo Soares da Silva	Marcio da Silva Nunes
		Viviane Carvalho Parente	Marcus Vinicius Gonçalves
		Leonardo Ruma Martins	Natalia Ronze Braga da Costa
			Renata da Silva Cyrillo Estrela
			Viviane Santos de Souza

Atualmente, a ITCP possui seis empreendimentos em acompanhamento e um em Incubação, como verificado no quadro 17 abaixo. Os EES em acompanhamento são urbanos e todos eles são de cooperativas de catadores; já o EES em incubação é de um grupo de agricultores familiares de base agroecológica da zona rural do município de Itaguaí.

Quadro 17 - Empreendimentos em andamento na ITCP/COPPE/UFRJ

Empreendimento	Fase
Prosperar - Cooperativa de Catadores do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho LTDA	Acompanhamento
COOPGRAM - Cooperativa de Trabalho é Produção dos Catadores de Materiais Recicláveis Coop Grupo Ambiental Ltda.	Acompanhamento
Amigos do Meio Ambiente - Cooperativa de Trabalho e Produção dos Catadores de Materiais Recicláveis Amigos do Meio Ambiente Ltda	Acompanhamento
Coop Total – Cooperativa de Trabalho e Produção dos Catadores de Materiais Recicláveis Ltda.	Acompanhamento
Ambiental Coop - Cooperativa de Trabalho e Produção dos Catadores do Jardim Gramacho Ltda	Acompanhamento
Rede Recicla Verde – Cooperativa Central dos Catadores de Materiais Recicláveis	Acompanhamento
Caminhos do Campo	Incubação

A ITCP tem espaço físico para desenvolver atividades de formação e capacitação dos empreendimentos. Os encontros com os EES acontecem de forma mensal ou quinzenal e o deslocamento é feito através de veículo da UFRJ e, algumas vezes, em veículo dos docentes .

As cooperativas de catadores formam uma rede entre si e são associados ao Fórum de Cooperativismo Popular. Ainda com relação a associação em rede, a ITCP é associada à Anprotec e à Rede de ITCPs.

A ITCP foi contemplada em editais para recebimento de recursos no ano de 2018. Outras fontes de entrada de recursos são projetos que firma com Empresas Privadas. No ano de 2018, foram feitos dois contratos de assessoria com a Empresa Vale do Rio Doce: um para acompanhamento do Empreendimento CooperDoce – Grupo de mulheres Doceiras da cidade mineira de Tumiritinga e outro com o grupo Caminhos do Campo, agricultores da Cidade de Itaguaí de base familiar e que praticam a Agroecologia. Da IES (UFRJ) a ITCP recebe recursos financeiros na forma de bolsas discentes, custeio (luz, água, material de consumo) e transporte.

Com relação às parcerias formais com órgãos governamentais de fomento à Economia Solidária, a ITCP não possui ainda nenhuma.

Do ponto de vista do entrevistado da ITCP, quando foi solicitado a explicar informações complementares, ele registrou:

A ITCP/UFRJ desenvolve suas atividades de forma autônoma, acreditando na educação/formação como caminho para a diminuição das desigualdades e construção de um mundo melhor. Não é possível pensar em diminuir a desigualdade social no país, sem acabar com a injustiça e segregação social

vividas por pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, que precisam vivenciar a magnitude da palavra cidadão, conquistando direitos de cidadania que hoje lhe são negados. Dentro dessa diretriz, a incubação de cooperativas precisa se consolidar enquanto política pública, na medida em que sua ação se desenvolve de forma articulada com outras iniciativas de geração de trabalho e desenvolvimento social, compreendido como um processo político e complexo e não uma política marginal ou conjuntural. A incubação precisa ser vista como instrumento de transformação social e econômica da sociedade, que serve de ponte para a inclusão econômica e cidadã dessas pessoas.

3.1.2 ITEP UENF⁸

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares (ITEP) é um programa de extensão, da Universidade Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), o qual foi criado em 2008, através de um acordo de transferência de tecnologia com a COPPE/UFRJ. O início das atividades da ITEP foi em setembro de 2009. Coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, sua finalidade é aprimorar e ampliar os programas de extensão universitária tendo como principal meta a transferência de conhecimentos e tecnologia desenvolvida no âmbito da UENF.

Foi a terceira ITCP a iniciar suas atividades no estado do Rio de Janeiro e a primeira em município distinto ao do Rio de Janeiro. É a única ITCP do estado do Rio de Janeiro vinculada a uma IES que não é de nível Federal. Tem como missão assessorar a organização de Empreendimentos Solidários constituídos por grupos socialmente excluídos dando a eles acesso a geração de trabalho e, conseqüentemente, ampliando o acesso deles à cidadania. Esse propósito se dá fornecendo apoio e qualificando os empreendimentos.

Inicialmente, a ITEP seguiu a metodologia de incubação da ITCP/COPPE/UFRJ. De acordo com esse programa de incubação, a atuação da Incubadora seguiria dois eixos de viabilidade: a econômica e a cooperativa. Essa transferência de metodologia se restringiu à primeira fase de orientações e conhecimentos do Sistema SIG-COOP.

⁸ Logomarca: 

O SIG é um Sistema Integrado de Gestão composto por três módulos: o SIG-ITCP - Sistema de Gestão de Incubadoras, o SIG-IND – Sistema de Gestão de Indicadores e o SIG-COOP – Sistema de Gestão de Cooperativas, que tem como propósito dar suporte à gestão de cooperativas nas partes administrativas, contábeis, recursos humanos entre outros (ITCP/COPPE/UFRJ, [s.d.]). Com esse conhecimento adquirido, a ITEP incubou dois EES: as artesãs de bagaço de cana do AME e um grupo de recicladores, a COOPERUNIÃO representantes de papel e papelão.

Visando à sustentabilidade do programa, em 2009 a ITEP organizou o I Encontro de Economia Solidária com o propósito de apresentar o tema para a academia, comunidade e demais parceiros. No ano de 2010, o encontro teve sua segunda edição e incorporou o termo Tecnologias Sociais ao nome. A ITEP iniciou então uma nova fase de trabalho, por entender que seu papel dentro do movimento da Economia solidária ficaria restrito se não fizesse essa mudança.

Nessa nova fase, a ITEP se organizou ampliando sua atuação na Política Nacional de Economia Solidária e outras políticas públicas correlatas como as ligadas à inclusão digital, ao fortalecimento dos movimentos culturais, à sustentabilidade, entre outros.

O responsável atual é o seu coordenador acadêmico Professor Doutor Gustavo de Castro Xavier. O quadro 18 apresenta o nome e qualificação dos membros da ITEP/UENF. Não há informação dos nomes dos bolsistas discentes e dos bolsistas da Universidade Aberta porém, os três bolsistas discentes estão vinculados por bolsa de extensão e os bolsistas da Universidade Aberta, no momento, são quatorze e executam metas dos projetos de extensão ligados ao Programa. São profissionais de diferentes áreas e, para participarem dessa modalidade de bolsa, não podem ter vínculo com a UENF, sendo todos membros da comunidade do entorno da Universidade.

Quadro 18 - Membros da ITEP/UENF

Docentes	Assessora	Bolsistas/Discentes	Bolsistas
----------	-----------	---------------------	-----------

	Técnica		Universidade Aberta
Gustavo De Castro Xavier	Nilza Franco Portela	Sem informação dos nomes	Sem informação dos nomes
Geraldo Amaral Gravina			
Rosalle dos Santos Crespo Istoe			

Não há um processo de seleção dos EES, sendo que o primeiro passo para iniciar o processo de Incubação junto a ITEP é ter uma carta de adesão ao Fórum Municipal de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes. Uma vez constituído, o empreendimento é integrado ao Bercário de Projetos da ITEP e, ao alcançar a maturidade, ele passa para o processo de incubação propriamente dito.

Desde o início das atividades, mais de trezentos EES passaram pelo berçário de projetos e oito por processo de incubação. Atualmente, um projeto está em processo de desincubação, dois em incubação, dois pré-incubados e 141 no bercário de projetos. Entre esses projetos estão: redes agroecológicas, empreendimentos do ramo de artesanato, alimentação, sustentabilidade, entre outros.

A ITEP tem capacidade para incubar simultaneamente seis EES. Até o momento não foi estipulado um limite para o berçário de projetos. Quanto à sua localização, os projetos são considerados mistos e as atividades exercidas por eles são reciclagem de material, costura e arte em bagaço de cana.

A porta de entrada para a ITEP é o berçário de projetos e, portanto, todos os empreendimentos passam obrigatoriamente pelo bercário, depois pela pré-incubação antes da incubação propriamente dita.

O empreendimento AME possui espaço físico dentro da ITCP e os demais, não. Não há uma periodicidade específica nos encontros entre os empreendimentos e a Incubadora. Ele ocorre mais num processo de demanda. O deslocamento até os EES é feito através de transporte próprio da IES.

A ITEP presta assessoria técnica para o Fórum de Economia Solidária do Município de Campos. Esse fato facilita a interação dos EES incubados entre si, o que costuma ocorrer durante as reuniões de planejamento ou nas plenárias do Fórum. Os EES incubados pela ITEP são associados à Organização Nacional de

Economia Solidária, a partir do Fórum Municipal de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes. Já a ITEP é vinculada a Rede de ITCPs.

Como o foco da ITEP é a ampliação do Movimento de Economia Solidária na Região Norte Fluminense, os prazos de incubação e préincubação não são pré-determinados.

A ITEP participa de editais públicos como forma de captação de recursos, tendo sido contemplada no último que participou. Conta com apoio do Governo do estado do Rio de Janeiro, mas não tem parceria com órgãos estaduais de apoio e fomento à Economia Solidária. Em nível Municipal, tem parceria com a Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos (CODEMCA). Ainda com relação ao apoio financeiro, ela recebe recursos da UENF via orçamento e edital público. Além desses mencionados, a ITEP não possui outras formas de arrecadação de recursos.

Aqui cabe destacar uma parte do registro feito por um dos entrevistados:

No ano de 2010, o Programa iniciou uma nova fase de trabalho por entender que o seu papel extrapola a questão de incubação de empreendimentos econômicos cooperativados. Esta certeza está diretamente ligada ao grande movimento da economia solidária no Brasil nestes últimos 06 anos e a interface desta política com a construção de uma nova sociedade e novas formas de relações comerciais[...]. Nesta nova fase a ITEP/PROEX está se organizando para ampliar sua atuação em consonância com a política de economia solidária nacional e sua interface com outras políticas públicas, como por exemplo, a inclusão digital, ao fortalecimento de expressões culturais, sustentabilidade ambiental, e o mais importante, com foco no homem como sujeito desta nova economia e sociedade. Portanto, tem como missão a indução e fomento a políticas públicas que valorizem a cooperação solidária entre os indivíduos, grupos e instituições, inspiradas em valores culturais e humanísticos, voltadas para o desenvolvimento de atividades de geração de renda, de valorização das expressões culturais e na construção da cidadania autônoma e protagonista entre os atores envolvidos.

3.1.3 ITESS CEFET RJ⁹

Desde a década de 1990, o CEFET/RJ vem buscando desenvolver, consolidar e fortalecer experiências e projetos reconhecidos como atividades de extensão. Em 1996 foi criada uma incubadora de empresas de base tecnológica, a atual IETEC-CEFET/RJ. Em 23 anos de atuação, ela graduou mais de 18 empresas e possui infraestrutura compatível com as necessidades de desenvolvimento das atividades requeridas numa Incubadora. Está consolidada como *habitat* de inovação no CEFET/RJ, no município e no estado do Rio de Janeiro.

Em 2005, a ITCP/CEFET/RJ foi estruturada, sendo viabilizada com a obtenção de recursos do Edital PRONINC 2005 - FINEP. As primeiras atividades da ITCP-CEFET/RJ ocorreram no período de outubro de 2006 a setembro de 2008, porém, com o fim do financiamento as atividades foram encerradas por falta de recursos humanos e financeiros (AIRES; VON DOELINGER; SILVA, 2018).

Em 2013, a partir de um novo edital de apoio, o CEFET/RJ reestruturou seu Programa ITCP batizando a nova ITCP de Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis – ITESS/CEFET/RJ. O programa foi instituído em dois *campi*: Unidade Maracanã e Unidade Maria da Graça, ambos núcleos de expansão da ação extensionista de articulação e transferência de conhecimento para a promoção de empreendimentos que possibilitem a geração de emprego e renda, no âmbito da Economia Solidária (AIRES; VON DOELINGER; SILVA, 2018).

Em março de 2015, a ITESS/CEFET/RJ cumpriu com todas as etapas necessárias para aprovação nos conselhos acadêmicos e, em junho de 2015, passou a se constituir uma Coordenadoria da Diretoria de Extensão (DIREX), com diretrizes norteadoras do seu funcionamento. Dentre os objetivos estabelecidos no Regulamento da ITESS, destacam-se:

⁹ Logomarca:



- Coordenar ações que possibilitem a participação e inclusão do CEFET/RJ no processo de desenvolvimento da ECOSOL, orientando os grupos populares desde a formação do empreendimento até que sua auto sustentabilidade seja alcançada de acordo com avaliação pertinente;
- Possibilitar condições para concretização da função social da instituição, compreendida como ação extensionista, voltada às demandas da sociedade, prioritariamente de grupos sociais excluídos, promovendo a interação entre a comunidade acadêmica, os movimentos sociais e as instituições públicas e privadas de apoio à Economia Solidária;
- Fortalecer o associativismo e o cooperativismo popular como meio para geração de trabalho e renda, organização de comunidades e grupos socialmente excluídos na construção da cidadania;
- Articular atividades de pesquisa, ensino e extensão difundindo o conhecimento sobre a Economia Solidária;
- Possibilitar a integração instituição/sociedade, que será articulada com a participação de servidores docentes e técnico-administrativos e discentes do CEFET/RJ ou de parceiros institucionais, de forma multi e interdisciplinar, assim como manter intercâmbio com as demais Instituições de Ensino e Incubadoras que têm projetos relacionados à Economia Solidária;
- Realizar a integração da produção tecnológica e de gestão/gerenciamento da ITESS adequadas às necessidades da população e dos Empreendimentos Econômicos Solidários;
- Fornecer a capacitação técnica para a implantação da autogestão dos grupos, promovendo o desenvolvimento dos saberes e das práticas da Economia Solidária.
- Apoiar e fortalecer a criação de redes de cooperação entre os empreendimentos solidários, fóruns, movimentos sociais e instituições de apoio à Economia Solidária. (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA, regulamento ITESS).

Para que a ITESS alcance esses objetivos, ela conta com uma estrutura organizacional com um Coordenador Geral da Incubadora, servidores docentes e técnicos administrativos, além de alunos graduandos ou de nível técnico que podem

ser voluntários, bolsistas ou estagiários, compondo a equipe técnica de apoio e funcionamento, chamada Corpo de Membros.

A ITESS conta ainda com um Conselho Técnico Consultivo (CTC), órgão coletivo responsável pelo parecer final sobre os processos de seleção, avaliação, classificação e aprovação de empreendimentos para ingresso na Incubadora. O CTC da ITESS tem sua composição constituída de forma paritária, com representação externa de especialistas da área da ECOSOL e com membros internos, indicados pela comunidade acadêmica, e está previsto em documento anexo ao Regulamento, sendo parte integrante do Edital de Seleção de empreendimentos (DOELLINGER et al, 2018).

O ingresso dos EES na ITESS – CEFET/RJ ocorre por um processo de edital público, sendo a sua divulgação feita na página oficial do CEFET/RJ e também através de avisos nos meios de comunicação do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro.

O primeiro edital de ingresso foi divulgado em 2014. Foram oferecidas quatro vagas para projetos de pré-incubação ou de incubação, e as condições básicas de participação do processo de seleção foram:

- Ter como propósito o desenvolvimento ou geração de produtos, processos, ou serviços no âmbito da Economia Solidária;
- Ter produtos, processos ou serviços, inéditos ou não na sua concepção, fabricação ou aperfeiçoamento, que se desenvolvam sob as premissas de empreendimentos solidários;
- Que a equipe executora demonstre capacidade de mobilização, disponibilidade de tempo de dedicação, comprometimento com o desenvolvimento social-comunitário e compromisso com o projeto proposto;
- Que tenham Idoneidade pública e cadastral dos candidatos nos sistemas de proteção ao crédito;
- Que o projeto não esteja em outro programa de incubação ou já tenha participado de outro programa semelhante (EDITAL DIREX/ITESS, 2014).

Visando ainda legitimar a sustentabilidade inserida no nome da ITESS, para incentivar propostas que tivessem ligação com o conceito disseminado no âmbito ambiental, o edital previu que os projetos que se enquadraram em algumas áreas

específicas tivessem um acréscimo de 20% na pontuação obtida em função das seguintes condições:

- Apresentar aspectos de sustentabilidade ambiental ou ainda implantar ou disseminar o conceito de eco-inovação;
- Utilizar ou desenvolver processos e ações relacionadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) (EDITAL DIREX/ITESS, 2014).

No Edital ITESS 2014 foram inscritos cinco projetos, sendo que três foram selecionados e dois em fase de incubação: AGROPRATA e COLÔNIA Z-13; e um em fase de pré-incubação: uma produtora colaborativa de jovens, a VISUAL UP. Em outubro ocorreu o ingresso de mais um empreendimento na fase de pré-incubação, visando preencher a quarta vaga prevista, e o empreendimento contemplado foi a Cooperativa Artistas da Floresta (CAF).

Todos os quatro primeiros empreendimentos da ITESS/CEFET/RJ sofreram desligamento entre 2016 e 2019. O primeiro a ser descontinuado foi o projeto Caravelas, no segundo semestre de 2016. Não foi encontrado material que mencione as razões do encerramento da incubação, mas através de questionamento ao coordenador da ITESS, descobriu-se que ocorreu uma desmotivação da parte da comunidade envolvida e falta de recursos da Incubadora para continuação do projeto na sua forma original.

Logo após ocorreu o desligamento do Empreendimento Intitulado VISUAL UP, por falta de disponibilização de tempo de dedicação e comprometimento com o desenvolvimento do projeto por parte dos empreendedores.

O grupo CAF foi desligado ao final do ano de 2017. O motivo principal para a descontinuidade do processo de incubação foi a dificuldade na comunicação com o grupo. A comunicação com eles era feita por intermediário de um professor aposentado do CEFET, sendo que a falta de contato direto com o grupo se mostrou inviável para o avanço do processo de incubação.

O desligamento do Empreendimento AGROPRATA se deu em 2019. O relacionamento com esse empreendimento também se viu prejudicado pela falta de contato direto com os empreendedores, sendo que o contato com eles era intermediado pela presidente da Associação. Outra razão para o não andamento do projeto AGROPRATA foi o fato da Associação estar localizada dentro de uma Área de Preservação Ambiental (APA).

Em 2019, a ITESS lançou novo edital para a captação de empreendimentos, sendo duas vagas ofertadas e preenchidas. Uma com um projeto de mobilidade urbana no bairro de Paquetá e outro de Turismo de base Comunitária (TBC) do município de São José das Três Ilhas no Estado de Minas Gerais. Esse projeto está tendo o apoio do CEFET *Campus* Valença por meio do Professor Juliano.

Os novos empreendimentos estão na fase de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), um instrumento de identificação de problemas, causas e soluções, realizado de forma interativa e dialógica, através de uma metodologia planejada, que faz com que a intervenção seja estruturada com mais eficiência.

A ITESS está realizando o DRP com base nos cinco eixos tecnológicos, metodologia aprendida durante a capacitação realizada em Bom Jesus de Itabapoana em 2018. Os cinco eixos são: Pessoal, Administração/Gestão, Tecnologia, Financeira e Mercado.

O quadro 19 apresenta os Empreendimentos que já passaram pela ITESS, incluindo os que estão em incubação, atualmente, e em que estágio (fase) do processo de incubação se encontram.

Quadro 19 - Empreendimentos ITESS/CEFET/RJ

Empreendimento	Fase
CARAVELA	Descontinuado
VUP	Descontinuado
CAF	Descontinuado
AGROPRATA	Descontinuado
PAQUETÁXI	Incubação
TBC SÃO JOSÉ DAS TRÊS ILHAS	Pré-Incubação

A ITESS/CEFET/RJ tem capacidade para atender quatro empreendimentos simultaneamente. Os EES podem utilizar o espaço físico da incubadora localizado para realizar atividades administrativas.

Os encontros com os EES tem periodicidade quinzenal e o deslocamento é feito através de veículo próprio do CEFET/RJ. Não há um responsável direto por cada projeto, estando toda a equipe a frente dos mesmos. Atualmente, o CEFET conta com um quadro de docentes, funcionários e discentes voluntários e bolsistas. A relação de membros da ITESS/CEFET/RJ está apresentada no quadro 20.

Quadro 20 - Membros da ITESS/CEFET/RJ

Docentes (em atividade ou aposentados)	Técnicos	Discentes: Bolsitas e estagiários
Ellen Duarte	Vinicius Von Doelinger – Coordenador	Ana Neri Barreto
Alexandre Ali	Lucas	Maria Gabriela de Santana
Claudia Fragelli	Caian Mello	
Juliano Gonçalves		

Com relação à inserção da ITESS no âmbito da Economia solidária, a ITESS/CEFET/RJ, desde o início de suas atividades, tem buscado parcerias com o poder público, tanto em nível federal como estadual e municipal. Em nível municipal ela tem contato direto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI), mais especificamente com a Coordenadoria de Economia Solidária. No âmbito estadual, destaca-se a participação ativa no Fórum Estadual de Economia Solidária.

O envolvimento da ITESS com a Rede de ITCPs é ativo. Em outubro de 2015 promoveu o Encontro Nacional da Rede de ITCPs com a participação de 51 pessoas de 30 instituições. O Coordenador atual da ITESS, Vinicius Mattos Von Doelinger, foi coordenador da regional sudeste na Rede de ITCPs de 2016 até maio de 2019. Ele também é um dos membros fundadores da Associação da Rede de ITCPs.

Em maio de 2019, a ITESS esteve à frente da organização do V Congresso da Rede de ITCPs que ocorreu nos dias 02 a 05 de maio com 200 inscritos e um grande número de ouvintes não inscritos. Foram apresentados 98 trabalhos divididos em 12 grupos de trabalho. O Congresso contou ainda com três painéis e professores palestrantes do Uruguai e Colômbia.

Além da Rede de ITCPs, a ITESS também faz parte da REINC e da ANPROTEC. A aproximação com essas Redes, a princípio, não são voltadas para ITCPs e sim para Incubadoras de Empresas. E esse fato se deve por existir dentro do CEFET/RJ *Campus Maracanã* a Incubadora de Empresas Tecnológicas.

A ITESS também tem participação ativa na iniciativa de resgate de uma Rede estadual de ITCPs, tendo participado das capacitações fornecidas por Gonçalo Guimarães em 2017 e 2018, um dos agentes articuladores desses encontros.

3.1.4 ITCP IFRJ¹⁰

A ITCP do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro, ITCP/IFRJ, está localizada no *Campus Realengo*, situado na Rua Carlos Venceslau, 343. A ITCP iniciou suas atividades em outubro de 2014 com recursos do edital MCTI/Secis/MTE/Senaes/CNPq nº. 089/2013. O propósito dessa ITCP é de fomentar a geração de trabalho e renda para os usuários do serviço de saúde mental e de seus familiares.

Algumas experiências podem ser apontadas como essenciais para o início das atividades da ITCP/IFRJ: as ações fomentadas pelos Editais SENAES/PROEX/MEC, linha 8 (Geração de Trabalho e Renda por meio do Apoio e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES), dos anos de 2012 e de 2013, e o projeto aprovado no Pró-Saúde/Pet Saúde, de 2012, do Ministério da Saúde e Ministério da Educação, intitulado Programa de Tecnologias de Cuidado Integrado à Rede de Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS) Além desses dois, Almeida (2019) destaca a contribuição do projeto Efeito de Papel, que são oficinas de geração de renda em saúde mental, aprovado pelo Programa Desenvolvimento e Cidadania da Petrobras, em 2008.

Com os recursos do edital nº 89/2013, a ITCP/IFRJ se propôs a colocar em funcionamento dentro das dependências do *Campus Realengo* uma cozinha experimental e também um local para produção de artesanato em cerâmica.

O projeto “Tecnologias sociais e inclusão social produtiva: contribuições às políticas públicas de geração de trabalho e renda na saúde mental” teve continuidade com os recursos da chamada PRONINC e tem como objetivo principal desenvolver e sistematizar tecnologias sociais de inovação de produtos e de processos para o campo da saúde mental. A proposta foi estruturada em três segmentos de atividades:



¹⁰ Logomarca:

1. Inovação de produtos e processos: criação de estruturas permanentes de processos de inovação nos segmentos de produção de alimentos, sob a técnica de reaproveitamento de alimentos naturais, e de técnicas artesanais em argila e outros materiais, todos voltados para grupos de usuários e familiares de saúde mental, e abertos para demais grupos de empreendimentos solidários;
2. Estratégias de comercialização de produtos e difusão de tecnologias sociais: organizações de feiras comerciais e encontros temáticos em períodos regulares junto aos Fóruns de Economia Solidária.
3. Desenvolvimento de pesquisa: foco no perfil tecnológico dos programas de geração de trabalho e renda e de Centros de Convivência em todo território nacional e internacional (ALMEIDA; AIRES, 2019).

Não há nenhum membro com dedicação exclusiva à ITCP, sendo que os membros são docentes e discentes do Campus Realengo. No quadro 21 é apresentada a equipe atuante na ITCP.

Quadro 21 - Membros da ITCP/IFRJ

Docentes	Discentes
Ana Carolina Souza	Sem informação dos nomes
Mariana Pan	
Neli Maria Almeida de Castro	
Roberta Furtado	

Normalmente, a forma de acesso às atividades da ITCP é através de convite, porém nas duas últimas atividades ela foi feita através de seleção aberta. O processo de seleção é semestral. Até o presente momento a ITCP já incubou quatro EES e atualmente não conta com nenhum EES incubado. As atividades da ITCP estão voltadas para a oferta de cursos de capacitação.

Todos os empreendimentos que passaram pela ITCP são considerados urbanos, não há um espaço próprio para eles, mas as atividades de capacitação são realizadas dentro da IES. A ITCP conta com uma sala de artes compartilhada com outros projetos e uma cozinha nas dependências do *Campus Realengo*. As atividades junto aos empreendimentos são realizadas uma vez por semana e de forma conjunta, e os grupos interagem entre si.

A maior dificuldade elencada pela ITCP é a falta de uma equipe permanente. Com relação aos empreendimentos, o que dificulta um processo de incubação é a falta de autonomia dos grupos.

Com relação às metodologias de seleção, pré-incubação e desincubação, ainda não há nada definido. Os empreendimentos permanecem incubados por dois anos e esse prazo pode ser estendido. Uma vez terminado o processo de incubação há um acompanhamento por parte da ITCP.

No quesito associação em redes, os empreendimentos são todos vinculados a Rede CAPs – Centros de Atendimento Psicossocial e a ITCP é associada a Rede de ITCPs, tanto em nível federal como regional, sendo que a Coordenadora da ITCP é a atual Coordenadora da Regional Sudeste. Além disso, a ITCP também participou das atividades da Rede Estadual de ITCPs até o presente momento.

A ITCP não tem parcerias firmadas com nenhum órgão público de fomento à Economia Solidária. Com relação ao financiamento das suas atividades, ela recebe apoio indireto da IES, através da cessão de duas salas, e não possui outras formas de financiamento, além dos recursos provenientes de editais. Todas as atividades exercidas até o momento foram subsidiadas pelos recursos dos dois últimos editais do PRONINC.

3.1.5 ITCP/IFF¹¹

A ITCP do Instituto Federal Fluminense (ITCP/IFF) está localizada na Av. Dario Vieira Borges, nº 235, Parque do Trevo, no município de Bom Jesus do Itapaboana. O início das suas atividades se deu em dezembro de 2013. Elas foram subsidiadas pelos recursos do edital PRONINC nº 89/2013, linha B - Apoio à formação e institucionalização de novas Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. A responsável atual pela ITCP/IFF é a sua coordenadora, Paula Aparecida



¹¹ Logomarca:

Martins Borges Bastos, médica veterinária do quadro técnico administrativo em educação. Além dela, a ITCP conta no quadro de membros sete servidores e oito bolsistas, sendo três de nível superior e cinco de nível médio. O quadro 22 apresenta a composição dos membros da ITCP.

Quadro 22- Membros da ITCP/IFF

Docentes	Técnicos	Discentes
Rogério Ribeiro Fernandes	Paula Aparecida Martins Borges Bastos – Coordenadora	Lohany Mateini
Tatiana Costa Sena	Amanda Bastos da Silva	Lucilene Benevuti
Eduardo Moreira	Sandra Maria Gonçalves de Souza	Layne Gaspaim
Thais Romano De Santana		Pedro Salim Junior
		Vanessa Coutinho
		Natália Lepre
		Letícia
		Jordana

Os empreendimentos que ingressaram na ITCP o fizeram através de prospecção em grupos que já possuíam relação com projetos de extensão na IES. A seleção de novos projetos ocorre de acordo com a capacidade da equipe, não tendo periodicidade definida.

Até o momento, o máximo de EES incubados ao mesmo tempo foi de três. Dois empreendimentos se encontram em processo de incubação e um, em pré-incubação. Quanto à região geográfica em que se localizam os EES em incubação, um é desenvolvido em área mista (urbana e rural) e outro em área rural. Com relação à atividade fim, os EES atuam na área de alimentos, sendo que um deles possui espaço dentro da Incubadora.

Os encontros entre a ITCP e os EES se dão pelo menos uma vez por mês, e o deslocamento até eles se dá através de veículo próprio da IES. Alguns membros da ITCP têm atividades específicas junto aos EES, mas de uma forma geral todos os membros atuam junto a todos os EES.

No que diz respeito às metodologias de seleção e pré-incubação, elas estão em processo de elaboração, já a de incubação se baseia no livro de autoria de Débora Nunes: Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária e no modelo CERNE. A ITCP ainda não adotou uma metodologia de desincubação.

Os prazos de pré-incubação são de um ano podendo ser estendidos por igual período. O de incubação tem o prazo de dois anos, renovável por igual período. A ITCP ainda estipulou prazos quanto ao tempo de graduação dos EES.

No quesito associação em rede, a ITCP é associada à rede ITCP/RJ e está em processo de associação formal à Rede Nacional de ITCP. Quanto aos EES, um está ligado a associações Quilombolas e outro ao Movimento de Pequenos Agricultores (MPA).

Em 2017, a ITCP participou de edital público e foi contemplada. Quanto às parcerias com órgãos de fomento à Economia Solidária, não tem nenhuma. Recebe apoio financeiro do IES, por meio de bolsa de extensão e pesquisa para alunos de graduação. Com relação à financiamento externo, não possui nenhum.

3.1.6 ITCP/UFF¹²

A Incubadora Tecnológica de Economia Solidária do Médio Paraíba (INTECSOL), está localizada na Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira, 783, Bloco A, Sala 211, no Bairro Aterrado – Volta Redonda – RJ, CEP: 27213-145. É um programa de extensão vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense - UFF, *Campus* Volta Redonda. Além de ações extensionistas, a INTECSOL também tem atividades de ensino e pesquisa.

A INTECSOL deriva de uma experiência prévia do seu coordenador com projetos de extensão em Economia Solidária junto às prefeituras de Volta Redonda e Resende, e de iniciativas de articulação do movimento de Economia Solidária na Região, como os Seminários de Economia Solidária do Médio Paraíba (SESMEP). A

¹² Logomarca:



Incubadora foi constituída, em 2014, a partir da chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, *Campus Nilo Peçanha - Pinheiral* (IFRJ/CANP).

A parceria com o IFRJ/CANP garantiu à InTECSOL uma atuação microrregional, na medida em que iniciou o processo de incubação com três empreendimentos em Volta Redonda e um no município vizinho de Pinheiral. Após quase quatro anos de atuação, o trabalho da Incubadora já tem uma dimensão regional. Ela vem articulando empreendimentos, para além dos dois municípios iniciais, atuando também em Barra Mansa e Barra do Piraí, com potencial para envolvimento de empreendimentos de outros municípios no projeto de constituição de Redes de Economia Solidária, que está sendo fomentado pela InTECSOL.

A InTECSOL não teve troca de coordenador desde o início de suas atividades, sendo o Professor Luis Henrique Abegão o responsável pelas atividades da Incubadora. Ele é professor associado do Departamento de Administração e Administração Pública do Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda, da Universidade Federal Fluminense.

Atualmente, em seu quadro de membros, a Incubadora conta com a colaboração de duas professoras, uma educadora popular e alunos de graduações dos cursos de: Administração (3), Administração Pública (1), Ciências Contábeis (1), Psicologia (1) e Direito (1).

Até a presente data, a InTECSOL não abriu nenhum processo seletivo. Os primeiros empreendimentos incubados foram os indicados na chamada CNPQ nº 89/2013.

Desde o início das suas atividades, a InTECSOL incubou dois empreendimentos na área de alimentação, um de artesanato e uma cooperativa de catadores. Num segundo momento receberam uma rede de produtores familiares de orgânicos. Mais recentemente, foram incluídas duas cooperativas de catadores. Também deram início a uma experiência territorial num bairro de Volta Redonda.

Dos cinco empreendimentos vinculados a Incubadora no momento, dois estão em estágio de pré-incubação, dois em acompanhamento e um em desincubação. O coordenador acredita que em razão do tamanho da equipe, o número ideal de empreendimentos incubados simultaneamente são quatro.

Em relação à zona de localização dos EES, quatro são considerados urbanos e um misto. Dois deles EES foram pré-incubados pela Incubadora, um passou por processo similar a incubação pela ENACTUS. Os empreendimentos não tem espaço físico dentro da ITCP e a periodicidade dos encontros entre os membros da ITCP e os EES é quinzenal. O deslocamento da equipe, na maioria das vezes, é feito de ônibus.

Existe uma interação entre os empreendimentos, através de encontros promovidos pela ITCP, principalmente entre as cooperativas de Catadores.

Em relação à parte metodológica, a ITCP não adota uma metodologia para seleção dos EES para a pré-incubação ou para a desincubação. Com relação à metodologia adotada para a Incubação, o trabalho é feito em duas vertentes de ação: por um lado, associando o planejamento da atividade produtiva - envolvendo uma análise da viabilidade econômica com a proposição da adoção de ferramentas que melhorem o processo produtivo e de gestão do empreendimento; por outro lado, a ITCP trabalha também na formação e na vivência da autogestão.

Não há prazos pré-definidos para cada etapa do processo, a saber: seleção, incubação, pré-incubação e desincubação.

Tanto a ITCP como os EES estão articulados em redes. A ITCP é vinculada à Rede de ITCPs. A Rede Raízes na Terra, dos produtores orgânicos, faz parte de um SPG (Sistema Participativo de Garantia) da ABIO (Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro). Duas cooperativas de catadores fazem parte da Rede CATASUL, uma rede de cooperativas de catadores do Sul Fluminense.

No que tange à questão de financiamento para manutenção das suas atividades, o último edital no qual foi contemplada, e ainda está em execução, foi o edital PRONINC 2017. Em 2018 concorreu ao edital CNPq/Sescoop, mas não foi contemplada. A ITCP relatou não ter apoio financeiro por parte da IES que está vinculada e que, atualmente, opera com recursos de uma emenda parlamentar.

A InTECSOL participa da organização do Festival de Economia Solidária de Volta Redonda e em 2019 realizará sua terceira edição. Também contribui para a construção do projeto de lei da Política Pública Municipal de Economia Solidária.

Vale dizer que a Incubadora, para além do trabalho de incubação, desenvolve um papel fundamental de articulação política do movimento de Economia Solidária via fórum municipal, além de exercer uma interlocução qualificada com a gestão

pública municipal, tanto na construção da política pública como na garantia da contratação das cooperativas de catadores do município para a prestação do serviço de coleta seletiva, para o qual a InTECSOL tem assento no comitê de gestão da coleta seletiva do município.

A Incubadora iniciou o projeto de intervenção territorial num bairro de Volta Redonda, com uma ação inicial junto à juventude. Também está construindo uma parceria com a DPU – Defensoria Pública da União, para atuar junto aos coletivos de catadores e comunidades tradicionais e/ou vulneráveis do Sul Fluminense e Costa Verde.

3.2 Aplicação dos indicadores para utilização do método SWOT

Os dados coletados através das respostas das ITCPs ao questionário foram a base para a formulação dos indicadores utilizados na avaliação *SWOT*. Como complementação ao questionário foram levadas em consideração o levantamento bibliográfico e o documental. Esses indicadores foram separados nos cinco eixos da metodologia Cerne: Eixo Pessoa, Eixo Tecnológico, Eixo Financeiro, Eixo Mercado, Eixo Administração/Gestão.

O quadro 23 apresenta os três indicadores do Eixo Pessoal para cada uma das ITCPs pesquisadas.

Quadro 23 - Eixo Pessoal (EP)

Indicador (EP)	ITCP/COPPE	ITEP	ITESS	ITCP/IFF	ITCP/IFRJ	InTECSOL
EP1. um membro com dedicação exclusiva	Sim ¹³	Não	Sim	Não	Não	Não
EP2. Bolsistas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
EP3. Coord. c/Doutorado	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim

No Eixo Pessoal foram considerados as informações sobre os membros da ITCP, quantidade de membros com dedicação exclusiva, existência ou não de bolsistas e qualificação do coordenador.

Uma das principais queixas como fator limitante à atuação da ITCP foi a falta de membros com dedicação exclusiva. Nesse quesito apenas a ITESS/CEFET/RJ e a ITCP/COPPE/UFRJ tem em seu quadro membros exclusivos da ITCP. Ressalta-se que no caso da ITCP/COPPE/UFRJ esses funcionários estão alocados em tarefas administrativas .

Uma vez que as ITCPs são representação das atividades extensionistas das IES, ressalta-se a importância da participação de discentes como bolsistas ou estagiários, tanto para auxiliar nas atividades da ITCP como pela importância da atuação de discentes em atividades de extensão universitária.

Apesar de não ter sido uma pergunta integrante do questionário, um fator que pode limitar as ações da ITCP é o fato de seu coordenador não possuir título de doutorado, uma vez que editais públicos de financiamento exigem essa qualificação do proponente. Nesse sentido, apenas um coordenador das ITCPs pesquisadas não possui título de doutor. Esse fato é limitador, uma vez que o coordenador da ITCP precisa recorrer à um docente a cada vez que precisa utilizar recursos provenientes do edital PRONINC.

No quadro 24 são apresentados os sete indicadores do Eixo Tecnológico.

¹³ Apesar de ter em seu quadro membros com dedicação exclusiva na ITCP, os mesmos atuam somente na área administrativa.

Quadro 24 - Eixo Tecnológico (ET)

Indicador ET	ITCP/COPPE	ITEP	ITESS	ITCP/IFF	ITCP/IFRJ	InTECSOL
ET1. Incubada por outra ITCP	Foi a ITCP pioneira	Sim	Não	Não	Não	Não
ET2. Capacitação no Curso CERNE 1	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
ET3. Possui Processo de Seleção de novos EES definido	Sim	Sim	Sim	Não	Não ¹⁴	Não
ET4. Metodologia de Incubação	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
ET5. Metodologia de pré incubação	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
ET6. Metodologia de acompanhamento	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
ET7. Desligamento de EES durante pré ou incubação	Não	Não	Sim	Não	Não	Não

No Eixo Tecnológico considerou-se as capacitações dos membros da ITCP , se a incubadora recebeu ou não auxílio de outra para sua implantação e a existência ou não de metodologias aplicadas por cada ITCP.

As capacitações internas tem grande peso dentro de uma ITCP a formação em Economia Solidária, em Cooperativismo são algumas das mais importantes e difundidas. Para este eixo escolheu-se a capacitação na metodologia CERNE como indicador por ter sido um dos pontos que reuniu as ITCPs do estado do Rio de Janeiro . Em 2017 e em 2018 as ITCPs estiveram reunidas para capacitações na metodologia CERNE.

Logo após o início das atividades da ITCP/COPPE/UFRJ, a mesma recebeu apoio financeiro para replicação da sua metodologia. Com isso, várias ITCPs iniciaram as atividades em várias regiões do Brasil. No estado do Rio de Janeiro a única ITCP a passar por processo de incubação por outra ITCP foi a ITEP. Assim, tendo como base essa experiência inicial das ITCPs que receberam auxílio da

¹⁴Esta ITCP trabalha especificamente em direta ligação com CAPs.

ITCP/COPPE/UFRJ e da ITEP, acredita-se que esse é um ponto relevante e deve ser considerado nesta pesquisa.

Neste eixo foi levado em consideração a existência ou não de metodologias de seleção, incubação, pré-incubação e acompanhamento. Levou-se em consideração a experiência da ITCP/COPPE/UFRJ e o fato de que a mesma possui metodologias consolidadas. Por acreditar-se ser um reflexo da existência ou não de metodologias de incubação, neste eixo também se levou em consideração o desligamento de Empreendimentos durante os processos de pré ou incubação.

Cinco indicadores compõem o Eixo Financeiro e estão apresentados no quadro 25.

Quadro 25 - Eixo Financeiro (EF)

Indicador EF	ITCP/COPPE	ITEP	ITESS	ITCP/IFF	ITCP/IFRJ	InTECSOL
EF1. Recursos de Editais Público	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
EF2. Recursos de Emenda Parlamentar	S/I	S/I	Sim	S/I	S/I	Sim
EF3. Recursos de Contrato com Empresas Privadas	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
EF4. Recursos da IES	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
EF5. Recursos captados são suficientes para a manutenção da ITCP e ações junto aos EES	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Os indicadores escolhidos para o eixo financeiro foram a captação de fundos através de participação em editais e outras formas de arrecadação de recursos financeiros.

A falta de recursos precariza ou inviabiliza as atividades de uma ITCP. Considerando os atuais rumos da política brasileira e sobretudo a tendência de diminuição de investimentos em políticas públicas na área de Economia Solidária a nível federal a busca por recursos financeiros deve ser uma prioridade para as ITCPs. Os recursos provenientes das IES são disponibilizado em alguns casos no formato de bolsas, transporte e fornecimento de material de papelaria e informática e

em pelo menos uma delas , ITESS/CEFET/RJ em formato de diárias e passagens áreas para seminários e eventos da Economia Solidária e Extensão Universitária. O contingenciamento das verbas na área de educação pode diminuir ainda mais esse apoio financeiro concedido pelas IES às ITCPs.

Outras ITCPs como a ITCP/IFRJ e a InTECSOL não contam com apoio financeiro da IES , recebendo delas cessão para uso de espaço dentro dos Campus em que estão situados.

Pelo menos duas ITCPs receberam recursos provenientes de Emendas parlamentares nos quatro últimos anos . A ITESS/CEFET/RJ se beneficiou de uma emenda parlamentar para reestruturação do campus 3 do CEFET aonde está localizada sua sala e a InTECSOL para manutenção de suas atividades.

A entrada de recursos financeiros no formato de contratos com empresas privadas é uma importante fonte de recursos, a única ITCP que relatou receber recursos neste formato é a ITCP/COPPE/UFRJ. Possivelmente outras ITCPs, cuja IES tenham uma fundação, podem vir a se beneficiar de investimentos desse tipo de captação de recursos .

Por último, levou-se em consideração o balanço entre os recursos captados e as necessidades das ITCPs e seus EES. Nesse quesito todas as ITCPs são deficitárias, os recursos que recebem não permitem que supram suas necessidades administrativas e atendam todas as demandas de seus EES.

O Eixo Mercado foi dividido em três indicadores, conforme apresentados no quadro 31.

Quadro 26- Eixo Mercado (EM)

Indicador EM	ITCP/COPPE	ITEP	ITESS	ITCP/IFF	ITCP/IFRJ	InTECSOL
EM1. Divulga suas atividades no <i>site</i> Institucional da IES	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
EM2. Tem <i>site</i> próprio	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
EM3. Divulga suas atividades em redes sociais	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

No Eixo Mercado foi considerada, especificamente, a divulgação das atividades das ITCPs. Acredita-se que a visibilidade das ITCPs pode ter um retorno na forma de parcerias.

Difícilmente alguém que não tenha um contato direto com as ITCPs conseguirá nomear todas as seis ITCPs, pois, mesmo os membros atuantes do movimento de Economia Solidária desconhecem a quantidade delas em atuação no estado do Rio de Janeiro. Adicional a isso, outras incubadoras, institutos e núcleos universitários de apoio a Economia Solidárias são confundidos com ITCPs.

Cinco das seis ITCPs tem alguma forma de divulgação de suas atividades, sendo a divulgação em redes sociais feitas, especificamente, por meio do *Facebook*, o meio mais utilizado. Uma breve pesquisa nesses meios de comunicação mostrou que a maioria das ITCPs não tem uma periodicidade quanto às postagens sobre suas atividades.

Na metodologia CERNE, Administração e Gestão fazem parte de um único Eixo. Para efeito de melhor compreensão, nesta pesquisa esses dois eixos foram separados em Eixo Administração e Eixo Gestão.

Com relação ao Eixo Administração, as informações consideradas foram relacionadas com o espaço e infraestrutura das ITCPs dentro da IES.

Os indicadores do Eixo Administração estão relacionados no quadro 27.

Quadro 27 - Eixo Administração (EA)

Indicador EA	ITCP/ COPPE	ITEP	ITESS	ITCP/IFF	ITCP/ IFRJ	InTECSOL
EA1. Possui espaço dentro da IES	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
EA2. O espaço dentro da IES tem infraestrutura administrativa mínima	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
EA3. Dentro da ITCP há	Sim ¹⁵	Sim	Sim ¹⁶	Sim	Sim	Sim ¹⁷

¹⁵ Possui espaço para capacitação dos EES.

¹⁶ Possui espaço para atividades administrativas dos EES e pode requisitar junto a IES espaços para capacitação dos EES.

¹⁷ Ao menos um dos EES tem espaço dentro das dependências da ITCP.

espaço para realização de atividades com os EES						
---	--	--	--	--	--	--

O eixo Gestão possui oito indicadores representados no quadro 28.

Quadro 28 - Eixo Gestão (EG)

Indicador EG	ITCP/ COPPE	ITEP	ITESS	ITCP/IFF	ITCP/ IFRJ	InTECSOL
EG1. Parceria com órgãos federais de fomento a Economia Solidária	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
EG2. Parceria com órgãos estaduais de fomento à Economia Solidária	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
EG3. Parceria com órgãos municipais de fomento à Economia Solidária	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
EG4. Participação nas reuniões ou eventos do Fórum Estadual de ECOSOL	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
EG5. Participação nas reuniões ou eventos do Fórum Municipal de ECOSOL	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
EG6. Participação na Rede de ITCPs nacional	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
EG7. Participação na Rede de ITCPs estadual	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
EG8. Filiação a REINC*	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não

*REINC - Rede de Agentes Promotores de Empreendimentos Inovadores

3.3 Análise das ITCPs do estado do Rio de Janeiro com a matriz SWOT

Com base nos indicadores apresentados anteriormente, procedeu-se com a elaboração de uma matriz *SWOT* para cada uma das ITCPs. Escolheu-se a ferramenta *SWOT* de gestão e planejamento estratégico para uma apresentação sintética dos dados e avaliação. Nessa ferramenta considera-se o ambiente interno (forças e fraquezas) e o ambiente externo (oportunidades e ameaças). Os quadros 29 a 34 apresentam uma matriz *SWOT* para cada uma das ITCPs estudadas.

Os indicadores dos Eixo pessoal (EP) e do Eixo Tecnológico (ET) foram avaliados como fatores internos, inerentes a cada incubadora. Já o Eixos Financeiro (EF), Mercado (EM), Administração (EA) e Gestão (EG) são fatores externos, sendo eles considerados como oportunidades ou ameaças ao bom funcionamento da ITCP.

Com relação ao Eixo Gestão (EG), o indicador EG8 (Filiação à REINC) foi considerado uma oportunidade para as duas ITCPs que possuem o indicador, porém não foi considerado uma ameaça para quem não o tenha.

3.3.1 ITCP/COPPE/UFRJ

Quadro 29 - Matriz *SWOT* UFRJ

ANÁLISE SWOT	UFRJ
FORÇAS	FRAQUEZAS
Eixo Pessoal: EP2; EP3	Eixo Pessoal: EP1
Eixo Tecnológico: ET2; ET3; ET4; ET5; ET6; ET7	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Eixo Financeiro: EF1; EF3; EF4; Eixo Mercado: EM1; EM2; EM3	Eixo Financeiro: EF5; EF2
Eixo Administração: EA1; EA2; EA3	
Eixo Gestão: EG4; EG5; EG6; EG7; EG8	Eixo Gestão: EG1; EG2; EG3

Considerando os aspectos internos (forças e fraquezas), a ITCP/COPPE/UFRJ tem mais aspectos positivos do que negativos. Isto se deve, principalmente, ao fato de ter metodologias consolidadas para todos os processos relacionados à incubação dos EES, além de ter sido a pioneira das ITCPs. O ponto fraco fica por conta do Eixo Pessoal, especificamente no indicador EP1, apesar de ter em seu quadro membros com dedicação exclusiva os mesmos estão alocados em serviços administrativos. O trabalho de campo é feito, na maioria das vezes, por bolsistas ou consultores externos.

No ambiente externo, as forças são mais numerosas do que as fraquezas. Nos três indicadores do Eixos Mercado e Administração, a ITCP apresenta oportunidades. Considerando o aspecto financeiro, a ITCP/COPPE/UFRJ tem uma vantagem adicional por conta da possibilidade de arrecadar fundos através de contratos com empresas privadas, processo viabilizado pela Fundação COPPETEC.

No Eixo Financeiro, a maior ameaça é o fato dos recursos captados não serem suficientes para manter a ITCP e investir em melhorias na infraestrutura da mesma. Com relação aos empreendimentos, esses recursos também não são suficientes para os investimentos que a maioria deles necessita. As ameaças do Eixo Gestão ficam por conta dos indicadores de parcerias com órgãos federais, estaduais ou municipais na área de Economia Solidária.

3.3.2 ITEP/ UENF

Quadro 30 - Matriz SWOT ITEP/UENF

ANÁLISE SWOT	UENF
FORÇAS	FRAQUEZAS
Eixo Pessoal: EP2; EP3	Eixo Pessoal: EP1
Eixo Tecnológico: ET1; ET2; ET3; ET4; ET5; ET6;ET7	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Eixo Financeiro: EF1;EF4	Eixo Financeiro: EF3;EF5
Eixo Mercado: EM1; EM2; EM3	
Eixo Administração: EA1; EA2; EA3	
Eixo Gestão: EG3;EG5;EG6;EG7	Eixo Gestão: EG1;EG2;EG4

Com relação ao ambiente interno, as forças prevalecem na ITEP/UENF, a fraqueza fica por conta da falta de membros da ITCP com dedicação exclusiva.

No ambiente externo, as oportunidades são mais numerosas do que as ameaças. Considerando os indicadores utilizados, a ITCP não possui nenhuma ameaça nos Eixos Mercado e Administração. Considerando os quatro indicadores do Eixo Financeiro, a ITCP opera com recursos de editais públicos e orçamentários da IES. Não possui outras formas de captação de recursos, não houve menção com relação ao recurso EF2 – recursos provenientes de emendas parlamentares. No Eixo Gestão as oportunidades são maiores do que as ameaças, mas a ITCP pode vir a se beneficiar de parcerias com órgãos de fomento à Economia Solidária em nível federal, estadual, assim como de uma associação ao fórum estadual de Economia Solidária.

3.3.3 ITESS/CEFET/RJ

Quadro 31 - Matriz SWOT ITESS/CEFET/RJ

ANÁLISE SWOT	ITESS/CEFET/RJ
FORÇAS	FRAQUEZAS
Eixo Pessoal: EP1; EP2; EP3	
Eixo Tecnológico: ET2; ET3; ET7	Eixo Tecnológico: ET1; ET4; ET5; ET6
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Eixo Financeiro: EF1; EF2; EF4	Eixo Financeiro: EF3; EF5
Eixo Mercado: EM1; EM3	Eixo Mercado: EM2
Eixo Administração: EA1; EA2; EA3	Eixo Administração:
Eixo Gestão: EG1; EG2; EG3; EG4; EG5; EG6; EG7; EG8	

No Eixo Pessoal, a ITESS possui algo que as outras ITCPs almejam, ou seja, possui membros da ITCP com dedicação exclusiva. Ainda assim, a ITESS acredita que a alta rotatividade de servidores na incubadora e a baixa formação dos mesmos em Economia Solidária é um ponto prejudicial. Esse quesito não foi utilizado como indicador, mas considera-se importante remarcar. No Eixo Tecnológico, as forças ficam por conta do processo seletivo bem estruturado e consolidado e a capacitação no curso CERNE. Os pontos fracos são a falta de metodologias de pré-incubação, incubação e desincubação e o desligamento de empreendimentos durante os

processo de pré e incubação. Nos Eixos Administração e Gestão, todos os indicadores são vistos como oportunidades, destacando-se o trabalho constante em busca de parcerias e o protagonismo da ITESS nas Redes de ITCPs e no Fórum Estadual de Economia Solidária.

3.3.4 ITCP/ IFF

Quadro 32- Matriz SWOT ITCP/IFF

ANÁLISE SWOT	ITCP/IFF
FORÇAS	FRAQUEZAS
Eixo Pessoal: EP2; EP3	Eixo Pessoal: EP1
Eixo Tecnológico: ET2; ET4; ET7	Eixo Tecnológico : ET1; ET3; ET5; ET6
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Eixo Financeiro: EF1; EF4	Eixo Financeiro: EF3; EF5
Eixo Mercado: EM1; EM3	Eixo Mercado: EM2
Eixo Administração: EA1; EA3	Eixo Administração: EA2
Eixo Gestão: EG3; EG4; EG7	Eixo Gestão: EG1; EG2; EG5; EG6

Para a ITCP/IFF há um equilíbrio numérico nos indicadores assinalados como forças e os assinalados como fraquezas. Há uma grande possibilidade de fortalecimento da ITCP através da consolidação de metodologias.

Com relação ao ambiente exterior as ameaças estão mais concentradas no Eixo Gestão. A ITCP/IFF utiliza constantemente a página *web* da IES para tornar pública suas ações e, com relação ao Eixo Administração, poderia se beneficiar de uma melhor estrutura administrativa.

3.3.5 ITCP/ IFRJ

Quadro 33 - Matriz SWOT ITCP/IFRJ

ANÁLISE SWOT	ITCP/IFRJ
--------------	-----------

FORÇAS	FRAQUEZAS
Eixo Pessoal: EP2; EP3	Eixo Pessoal: EP1
Eixo Tecnológico: ET2;ET7	Eixo Tecnológico: ET1;ET3;ET4;ET5; ET6
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Eixo Financeiro: EF1;EF4	Eixo Financeiro: EF2;EF3;EF5
Eixo Mercado:	Eixo Mercado: EM1;EM2;EM3
Eixo Administração: EA1;EA3	Eixo Administração: EA2
Eixo Gestão: EG4; EG6; EG7	Eixo Gestão: EG1; EG2; EG3; EG5

A análise SWOT da ITCP/IFRJ apontou mais fraquezas do que forças. Destaca-se que o trabalho proposto pela ITCP/IFRJ difere de um processo de incubação convencional, uma vez que a ITCP se propõe a ser uma ferramenta de geração de trabalho e renda para os usuários dos CAPs, assim como a comunidade do entorno do Campus aonde está localizada (Realengo). Por não trabalhar diretamente com empreendimentos, e sim por meio de uma rede, e ter o diferencial de trabalhar com um público específico, a utilização dos mesmos indicadores aplicados às demais ITCPs pode não refletir a situação desta ITCP.

Por não receber recursos financeiros da IES a qual está vinculada, as atividades da ITCP correm risco de ser paralisadas pela falta de recursos captados através de editais públicos.

No Eixo Administração, apesar de não possuir uma sede administrativa, a ITCP tem dentro da IES dois espaços para capacitação dos EES. Neles podem ser administradas aulas teóricas, mas também práticas relacionadas à culinária ou à cerâmica.

3.3.6 InTECSOL UFF

Quadro 34 - Matriz SWOT InTECSOL/UFF

ANÁLISE SWOT	InTECSOL/UFF
FORÇAS	FRAQUEZAS
Eixo Pessoal: EP2; EP3	Eixo Pessoal: EP1

Eixo Tecnológico: ET2;ET7	Eixo Tecnológico : ET1; ET2; ET3; ET4; ET5; ET6
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Eixo Financeiro: EF1;EF2	Eixo Financeiro: EF3;EF4;EF5
Eixo Mercado: EM1;EM3	Eixo Mercado: EM2
Eixo Administração: EA1; EA2; EA3	Eixo Administração:
Eixo Gestão: EG3; EG4; EG5; EG6; EG7	Eixo Gestão: EG1; EG2

No ambiente interno, as fraquezas prevalecem na análise *SWOT* da InTECSOL, já no ambiente externo há mais oportunidades do que ameaças. Essas ameaças dizem respeito, principalmente, ao Eixo Tecnológico, por conta da ausência de metodologias de seleção, pré-incubação, incubação, desincubação e acompanhamento.

As oportunidades são presentes nos Eixos Administração e Gestão. Não diferente das demais ITCPs, a maior ameaça da InTECSOL está no Eixo Financeiro, pois não possui recursos oriundos de Empresas Privadas, nem da IES que está vinculada e os recursos captados são insuficientes para a sua manutenção e ações junto aos EES.

CONCLUSÃO E SUGESTÕES

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) foram criadas no Brasil, como forma de propor alternativas de trabalho e renda às populações ou grupos considerados vulneráveis diante das sucessivas crises econômicas, políticas e sociais do país.

As ITCPs tiveram origem nas Universidades Públicas e contaram com forte apoio em governos passados, através dos editais específicos como o PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, criado em 1997.

Em 2003, a FINEP e a Fundação Banco do Brasil, em parceria com a SENAES e o Ministério do Trabalho e Emprego, retomaram a discussão sobre os rumos do PRONINC, decidindo financiar novas Incubadoras de Cooperativas Populares e dar apoio à manutenção das incubadoras em operação, o que foi fundamental na criação de diversas ITCPs e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) pelo país.

Ao longo do tempo, as ITCPs passaram por adaptações e modificações. O seu foco parece não ser mais o mesmo do início que era de assessoria na criação e acompanhamento de cooperativas populares a partir da troca entre o saber acadêmico e o popular. Hoje, elas assumem um papel mais amplo que vai desde à sua interação com outras atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro de suas IES, à sua participação na construção, implantação e monitoramento de políticas públicas em áreas como Economia Solidária, saúde mental e gestão de resíduos urbanos, apoiando as cooperativas de catadores, por exemplo.

No atual cenário econômico brasileiro, com forte recessão econômica, supressão de direitos trabalhistas e total insegurança com relação ao futuro previdenciário, as ITCPs podem assumir um importante papel no apoio à uma parcela excluída da população, do ponto de vista socioambiental, tecnológico e econômico.

Oportunamente, apresenta-se a fala de um dos entrevistados nesta pesquisa, sintetizando muito bem essa questão, ao afirmar que “a incubação de cooperativas precisa se consolidar enquanto política pública, na medida em que sua ação se desenvolve de forma articulada com outras iniciativas de geração de trabalho e

desenvolvimento social, compreendido como um processo político e complexo, e não uma política marginal ou conjuntural”.

Destaca-se que o bom desempenho das ITCPs se reflete diretamente nos empreendimentos por elas atendidos/incubados. Nesse sentido, a aplicação de ferramentas de análise das atividades por elas exercidas é importante na realização do diagnóstico para aperfeiçoamento de seu desempenho .

Pode-se afirmar que foram alcançados os objetivos deste trabalho para avaliar se as ações das ITCPs no estado do Rio de Janeiro, e dos seus Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) pré-incubados, incubados e em acompanhamento, obtiveram ou não os sucessos almejados. A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, da análise das respostas ao questionário aplicado e da vivência da autora em algumas atividades das ITCPs estudadas.

Na análise das ações das ITCPs foi utilizada a Matriz *SWOT*, a qual se mostrou ser uma ferramenta prática para identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que elas estão submetidas. De forma mais integrada, foi possível identificar quais indicadores dos Eixos Pessoal, Tecnológico, Mercado, Financeiro, Administração e Gestão podem ser melhorados, a fim de aperfeiçoar e ampliar as ações dessas Incubadoras e de seus empreendimentos.

A análise dos aspectos internos pelo método *SWOT* aplicado à ITCP/COPPE/UFRJ apontou mais forças (pontos positivos) do que fraquezas em suas ações. Isso decorre pelo fato dela ter metodologias consolidadas na incubação dos empreendimentos, além de ter sido a pioneira das ITCPs no país. Um ponto fraco é o Eixo Pessoal, pois ela possui membros com dedicação exclusiva somente para realizar os serviços administrativos. No ambiente externo, as forças são maiores do que as fraquezas. Nos Eixos Mercado e Administração ela apresenta somente oportunidades. No Eixo Financeiro ela possui vantagem adicional por captar fundos com empresas privadas, por meio da Fundação COPPETEC. A maior ameaça são os recursos insuficientes para a sua manutenção e as melhorias necessárias na infraestrutura. Nos empreendimentos incubados, os recursos são igualmente insuficientes, tanto em capacitação como em material de trabalho. As ameaças do Eixo Gestão ficam por conta dos baixos indicadores de parcerias com órgãos federais, estaduais ou municipais na área de Economia Solidária.

Na ITEP/UENF, com relação ao ambiente interno, as forças prevalecem, e a fraqueza está na falta de membros da ITCP com dedicação exclusiva. No ambiente externo, as oportunidades são maiores do que as ameaças. Ela não possui ameaças nos Eixos Mercado e Administração. No Eixo Financeiro ela opera com recursos de editais públicos e orçamentários da IES que está vinculada. Não possui outras formas de captação de recursos. No Eixo Gestão, as oportunidades são maiores do que as ameaças e ela pode vir a se beneficiar com as parcerias com órgãos de fomento à Economia Solidária em nível federal, estadual, assim como pela associação ao fórum estadual de Economia Solidária.

Para a ITCP/IFF há um equilíbrio entre as forças e fraquezas. Há uma grande possibilidade de seu fortalecimento por meio da consolidação de metodologias. Com relação ao ambiente externo, as ameaças estão mais concentradas no Eixo Gestão. Ela utiliza constantemente a página *web* da IES que está vinculada para tornar pública suas ações. Quanto ao Eixo Administração ela poderia se beneficiar de uma melhor estrutura administrativa.

A análise da ITCP/IFRJ apontou mais fraquezas do que forças. Destaca-se que o trabalho por ela realizado difere de um processo de incubação convencional, uma vez que se propõe a ser uma ferramenta de geração de trabalho e renda para os usuários dos CAPs, assim como para a comunidade do entorno do *Campus* onde está localizada (Realengo). Utilizar os mesmos indicadores aplicados às demais ITCPs pode não refletir a sua situação, por ela não trabalhar diretamente com empreendimentos, mas para um público específico e por meio de uma rede. Por não receber recursos financeiros da IES que está vinculada, as atividades da ITCP correm risco de ser paralisadas pela falta de recursos captados através de editais públicos. No Eixo Administração, apesar de não possuir sede administrativa, ela tem dentro da IES dois espaços para capacitação dos EES. Neles podem ser administradas aulas teóricas e práticas relacionadas à culinária ou à cerâmica.

No ambiente interno, as fraquezas prevalecem na análise *SWOT* da InTECSOL. No ambiente externo há mais oportunidades do que ameaças, que dizem respeito, principalmente, ao Eixo Tecnológico, por conta da ausência de metodologias de seleção, pré-incubação, incubação, desincubação e acompanhamento. As oportunidades ocorrem nos Eixos Administração e Gestão. Não diferente das demais ITCPs, a sua maior ameaça está no Eixo Financeiro, pois não possui recursos oriundos de empresas privadas, nem da IES que está vinculada

e os recursos captados são insuficientes para a sua manutenção e ações junto aos EES.

À guisa de conclusão, no atual contexto nacional e regional, no caso do estado do Rio de Janeiro, as políticas públicas nas áreas da saúde, meio ambiente e trabalho têm sofrido retrocessos consideráveis. Caso persista a tendência de diminuição de investimentos por parte dos governos das três esferas, tanto as ITCPs como os EES precisam refletir profundamente sobre como construir novos caminhos e estratégias para enfrentar os desafios atuais e futuros.

Deve-se buscar continuamente alternativas de captação de novos investimentos por meio de parcerias com instituições nacionais e internacionais, públicas ou privadas, a fim de possibilitar a melhoria na capacitação das ITCPs e dos EES, pois esse é um ponto crucial para o seu bom desempenho e continuidade. A captação de recursos externos é um ponto crítico para a maioria das ITCPs do Rio de Janeiro, dado seu vínculo as Instituições de Ensino públicas e necessária obediência aos critérios estabelecidos para recebimento e movimentação de recursos por essas instituições. Com relação a isso recomenda-se que as ITCPs estudem a possibilidade de fundarem uma associação para recebimento de recursos ou solicitar auxílio à associação da Rede Nacional de ITCPs.

Recomenda-se, no caso das ITCPs do estado do Rio de Janeiro, bem como no restante do país, que se reforcem as ações da Rede Nacional de ITCPs em prol do protagonismo na elaboração e manutenção das políticas públicas voltadas para a Economia Solidária. A participação mais efetiva nos fóruns estaduais e municipais de Economia Solidária, pode fortalecer os laços entre as ITCPs.

Uma das limitações do trabalho foi a impossibilidade de se quantificar os indicadores por meio de uma métrica, que poderia propiciar mais elementos no aprofundamento das análises empreendidas.

Para estudos futuros recomenda-se a elaboração de uma ferramenta de avaliação de maturidade e de melhoria contínua replicável nas ITCPs e EES do estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo et al. Tecnologia social e economia solidária: desafios educativos. **Diálogo**, Canoas (RS): UNILASALLE, n. 18, p.13-35, 2011.

AIRES, Christiane Florinda de Cima; VON DOELLINGER, Vinicius; SILVA, Elmo. Vinagre de Caqui – A incubação de um projeto de Economia Solidária pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis do CEFET/RJ. *In*: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2018, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Diagrama Editorial, 2018.

ALMEIDA, Manoel Donato de. **Neoliberalismo, Privatização e Desemprego no Brasil. (1980-1998)**. 2009. 323 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Unicamp, São Paulo, 2009.

ALMEIDA, Neli Maria Castro de; AIRES, Christiane Florinda de Cima. Tecnologias sociais e inclusão social produtiva: contribuições às políticas públicas de geração de trabalho e renda na saúde mental. *In*: V CONGRESSO DA REDE DE ITCPS, 2019, Rio de Janeiro. **Mimeo**, 2019. p. 1 - 6.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC); CENTRO DE REFERÊNCIA PARA APOIO A NOVOS EMPREENDIMENTOS (CERNE). **Cerne**: qualificando ambientes de inovação. Sumário Executivo, 2018. Disponível em: <http://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2018/09/CERNE_2018_Sumario_Executivo_Revis%C3%A3o-19.07.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC). CENTRO DE REFERÊNCIA PARA APOIO A NOVOS EMPREENDIMENTOS (CERNE). **Manual de Implantação 1 e 2**. 3. ed. Brasília: ANPROTEC, 2014. Disponível em: <http://anprotec.org.br/Relata/Anprotec_Cerne_ManualdeImplantacao2015_2.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC). **Quais são os tipos de incubadoras**. [S.D]. Disponível em : < <http://anprotec.org.br/site/sobre/incubadoras-e-parques/perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

ARCANJO, RODRIGO DA SILVA; MARQUES, JÓDINEY BENEDITO. O Cooperativismo Popular na Perspectiva da Economia Solidária como Instrumento de Inclusão Social Produtiva. *In*: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012, Resende. **Anais...** Resende: Aedb, 2012. p. 1 - 15. Disponível em: <<https://www.aedb.br/wp-content/uploads/2015/04/23316315.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ARRUDA, Dyego de Oliveira ; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. A Construção dos Fundamentos Conceituais da Economia Solidária. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 12, n. 25, p.99-129, 26 fev. 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

ARRUDA, Marcos. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz editores, p. 232-241, 2003.

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível**: a formação do ser humano integral. Vozes, 2006.

ATAUALPA, Luis de Oliveira. Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: um caso brasileiro. **Otra Economia**: Revista Latinoamericana de Economia Social y Solidária, São Leopoldo, v. 6, n. 10, p.53-67.

AZEVEDO, Ingrid Santos Sírio et al. Análise das Incubadoras Universitárias do Brasil. In: 26ª Conferência Anprotec de Empreendedorismo e Ambientes de Inovação, 2016, Fortaleza. 26ª CONFERÊNCIA ANPROTEC DE EMPREENDEDORISMO E AMBIENTES DE INOVAÇÃO. 2016.Fortaleza. **Anais...** v. 1. p. 1-1164.

BASTOS, M. **Análise SWOT (matriz)**: conceito e aplicação. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2014/01/analise-swot-conceito-e-aplicacao.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. *In*: **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

BRASIL. Decreto-lei nº 5452, de 01 de maio de 1943. Rio de Janeiro, 01 maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro 19 abr. 1971.

BRASIL. Lei nº 5764/71, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 dez. 1971.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 76/2013, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. 40ª ed. com índice. **Centro de Documentação e Informação (CEDI)**, Brasília 2013. 464 p.

BRASIL. Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. 1ª edição. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2002.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da presidência da república e dos ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 maio 2003.

BRASIL Decreto nº 5063 , de 03 de maio de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 maio 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 jun. 2006.

BRASIL. Lei nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 jan. 2007.

BRASIL. Decreto nº 7357, de 17 de novembro de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 nov. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências, 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 ago. 2010.

BRASIL. Portaria MTE nº 1780 de 19/11/2014. Institui o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 ago. 2010.

BRASIL. DECRETO nº 8.894, de 3 de novembro de 2016. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 nov. 2010.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, 2017. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 2010.

BRASIL. Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo . **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 jan. 2019.

BRASIL.Ministério do Meio Ambiente.**Acordo de Paris**. 2018 Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>> Acesso em: 11 mar. 2019.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. (Org.) **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CASTILHO, Auriluce Pereira et al. **Manual de metodologia científica do ILES Itumbiara/GO**. Itumbiara. 2011.

CAMPOS, José Luis Monzón. Las cooperativas de trabajo asociado ante la reforma de los principios cooperativos. **Revesco**: revista de estudios cooperativos, Madrid, v. 61, p.47-52, 1995.

CARAYANNIS, Elias; VON ZEDTWITZ, Marc. (2005). Architecting gloCal (global-local), real-virtual incubator networks (G=RVINs) as catalysts and accelerators of entrepreneurship in transitioning and developing economies: Lessons learned and best practices from current development and business incubation practices. **Technovation**, 25(2), 95-110. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S0166-4972\(03\)00072-5](http://dx.doi.org/10.1016/S0166-4972(03)00072-5)>. Acesso em: 20 maio 2019.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA (CEFET). **4 dicas para criar uma análise SWOT**. Disponível em: <https://cefetjr.com/4-dicas-para-criar-uma-analise-swot/?gclid=Cj0KCQjwv8nqBRDGARIsAHfR9wAwcSjE9VDvz8xjA2gAA6NGoxb7f93o1JGTfKrzCe7Y2uApyd96LGEaAusuEALw_wcB>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA(CEFET). **Edital DIREX/ITESS - nº 04/2014** - Edital para ingresso no programa da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis Proin/Itess - Cefet/RJ. Rio de Janeiro, 2014.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA(CEFET). **Regulamento ITESS**. Rio de Janeiro, 2014.

CONFERENCIA DA ONU PARA O MEIO AMBIENTE.1992. **A Onu e o meio ambiente**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 14 maio 2019.

COOPERAR. *In: Dicionário Michaelis*. Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998. Dicionários Michaelis, 2259 p. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 15 maio 2019.

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Reunião Ampliada**. Brasília, 2018.

CORAGGIO, José Luis. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam J; HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 75-123.

COSTA, Dilma Lourença da; ROSSETTO, Onélia Carmem. Sustentabilidade Ambiental e Reforma Agrária na Perspectiva da Economia Solidária: experiências e desafios da agricultura familiar-mt. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2009. p. 1 - 23.

COSTA, Vanessa Aparecida. Pagamento de serviços ambientais e o princípio constitucional do desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC, n. 18 – jul./dez.2011.

CRUZ, Antonio. É caminhando que se faz o caminho. **Cayapa**: Revista Venezuelana de Economia social, Mérida, v. 4, n. 8, p.38-57, dez. 2004.

CULTI, Maria Nezilda. Economia Solidária Incubadoras universitárias e processo educativo. **Proposta**: revista trimestral de debate da Fase, Rio De janeiro, v. 111, n. 31, p.16-22, mar. 2007.

DAGNINO, Renato. A relação pesquisa-produção: em busca de um enfoque alternativo. In: SANTOS, Lucy Wolner et al. (Orgs.). **Ciência, tecnologia e sociedade**: o desafio da integração. Londrina: lapar, 2002.

DAGNINO, Renato.; BRANDÃO, Flavio Cruvinel.; NOVAES, Henrique. Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE júnior, Antonio. et al. (Ed.) **Tecnologia social**: Uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro:Fundação Banco do Brasil ,2004. p.15-64.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 10 dez. 1948. Disponível em:

<<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

DELGADO Bastidas, OSCAR ;RICHER, Madeleine. Economía social y Economía Solidaria: intento de definición. **Cayapa**. Revista Venezolana de Economía Social [en linea] 2001.

DELLA VECHIA, Renato et al. A rede de ITCPs – passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Diálogo**, Canoas, v. 18, n. 1, p.115-144, jun. 2011.

ECOSOL/RJ. **Conheça as leis de Economia Solidária do RJ**. Disponível em: <<https://ecosolrj.wixsite.com/ecosolrj/single-post/2019/06/17/Conhe%C3%A7a-as-leis-sobre-economia-solid%C3%A1ria-do-RJ>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

FINANCIADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA (FINEP). **PRONINC**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/proninc>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **O que é a economia solidária?** 04.03.2011. Disponível em: <[http:// www.fbes.org.br/](http://www.fbes.org.br/)>. 2019. Acesso em: 10 mar. 2019.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Linha do Tempo do FBES.** Disponível em: <<http://fbes.org.br/linha-de-tempo/>>. 2019. Acesso em: 10 mar. 2019.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho . A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p.443-461, nov. 2013.

GAYOTTO, Adelaide Maria. **Formas primitivas de cooperação e precursores.** São Paulo: ICA, 1976.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ªed. São Paulo. Atlas S/A, 2002.

GRUPO DE TRABALHO (GT) DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O LANÇAMENTO DO DEBATE SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA FSM 2002, Porto Alegre. Economia Solidária, fundamento de uma globalização humanizadora. *In: Desafios da Economia Solidária.* 1ª ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GUIMARÃES, Gonçalo. (coord.) **Os ossos do ofício:** cooperativas populares em cena aberta. Rio de Janeiro, EspalhaFato, 1998. Disponível para download em www.itcp.coppe.ufrj.br. Acesso em: 10 abr. 2019.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Portal do Cooperativismo Popular: formação, informação e comunicação.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.itcp.coppe.ufrj.br/pdf/PortaldodoCooperativismoPopularformacaoinformacaoecomunicacao.pdf>> . Acesso em 05 abr. 2019.

HENRIQUES, Flávio Chedid et al. As Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil: resultados de um levantamento nacional. **Mercado de Trabalho.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 55, p.55-67, ago. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3830>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** Notas Metodológicas. 2019

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES/COPPE/UFRJ. ITCP/COPPE/UFRJ. Sistemas.[s.d.]. Disponível em: <<http://www.itcp.coppe.ufrj.br/sistemas.php>> Acesso em: 05 mar. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil: Nota Metodológica e Análise das Dimensões Socioestruturais dos Empreendimentos.** Brasília: Ipea, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Carta de Conjuntura: Mercado de trabalho.** 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 10 jun. 2019

KOENIG, Samuel. **Elementos de Sociologia.** Tradução de Vera Borda. 2ª edição. Rio de Janeiro. Zahar, 1970. 387p

KON, Anita. Inovação nos serviços como instrumento para a Inovação Social. **REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA** (Online) , v. 38, p. 1-23, 2018.

LECHAT, Noelle Marie Paule . Economia Social , Economia Solidária , terceiro setor, do que se trata? . **Civitas Revista de Ciências Sociais**, v.2, p.124-140, 2002.

MACHLINE, Claude. SCHUMACHER. O negócio é ser pequeno. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 22, n. 3, p. 68-69, Set. 1982 .

MASCARENHAS, Gilberto Carlos Cerqueira. **O movimento do Comércio Justo e Solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado.** 2007. 387 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Ciências Sociais Aplicadas, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Cooperativas de Trabalho.** São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MATARAZZO, Gustavo.; BOEIRA, Sergio Luis. Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, p. 207-207, 2016.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC). **Tecnologia Social** . Disponível em : https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.html>2019. Acesso em 10 fev. 2019.

PRAXEDES, Sandra. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. **Boletim IPEA.** Mercado de trabalho, n. 39, maio 2009.

PINHEIRO, Armando Castelar. Privatização no Brasil: por quê? Até onde? Até quando? In: GIAMBIAGI, Fabio.; MOREIRA, Mauricio. (Org.). **A economia brasileira nos anos 90.** Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

PIO, Carlos. A estabilização heterodoxa no Brasil: idéias e redes políticas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 16, n. 46, p. 31-54, Jun. 2001 .

POCHMANN, Márcio. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estud. av.**, São Paulo , v. 29, n. 85, p. 7-19, Dez. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

QUINTELA, Sandra; ARRUDA, Marcos. Economia a partir do coração. In: SINGER, PAUL; DE SOUZA, ANDRÉ. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, p. 317-32, 2000.

RECH, Daniel. Cooperativas: **Uma alternativa de organização popular**. Resende: Dp & a Editora, 2000.

REIS, Tatiana Araújo.; FRANÇA FILHO, Genauto. Economia solidária e sustentabilidade plural: o caso da COOPAED. In: III Encontro Internacional de Economia Solidaria: Desenvolvimento Local, Trabalho e Autonomia, 2005...**Anais**. São Paulo.

RIGO, Ariadne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. **Cad. EBAPE.Br**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 1, p. 169-193, Mar. 2017.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, Jose Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p.1070-1093, dez. 2008.

RIO DE JANEIRO. **Lei Nº 5315**, de 17 DE Novembro de 2008. Cria o conselho estadual de economia solidária do estado do rio de janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro. 18 nov. 2008.

RIO DE JANEIRO. **Plano estadual de economia solidária**. 2015. Disponível em: <<https://planoecosolrj.wixsite.com/plano.2015>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

RIO DE JANEIRO. **Projeto de lei nº 2210-a/2016**. Institui a política estadual de economia solidária no âmbito do estado do rio de janeiro, e dá outras providências. Rio de Janeiro. 09 ago. 2018.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 44258** de 23 de fevereiro de 2018. Cria o plano municipal de economia solidária. Rio de Janeiro. 26 fev. 2018.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. V-Vi, Jun 2007.

RUA, Maria da G. **Políticas públicas**. Florianópolis: CAPES/UAB, 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE. **Cooperativas o que é , para que serve, como funciona?**.09.11.2017. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/cooperativa-o-que-e-para-que-serve-como-funciona,7e519bda15617410VgnVCM2000003c74010aRCRD#targetText=Descubra>>

%20a%20defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20cooperativa,em%20benef%C3%ADcio%20comum%2C%20determinada%20atividade.>2017. Acesso em: 10 mai. 2019.

SCHIOCHET, Walmor (2009). Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetórias e desafios. *In: Mercado de Trabalho: conjuntura & análise*, 39, Brasília: Ipea/MTE, pp. 55-59.2009.

SESCOOP. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. **Origem do Cooperativismo**. [s.d.]. Disponível em : < <https://www.somoscooperativismo.coop.br/sescoop>> Acesso em: 15 mai. 2019.

SILVA, Danielle Barbosa Lopes. O impacto da Abertura Comercial sobre a Produtividade da Indústria Brasileira, **Escola Brasileira de Economia e Finanças**. (FGV, Rio de Janeiro). 2004.

SILVA, Márcia Nazaré. A economia solidária e as novas possibilidades do mundo do trabalho. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 21 dez. 2010.

SILVA, Jurema Barreto da; VELOSO, Yasmin Silva. **Manual: Programa Multincubadora de Empresas**. Brasília. Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico/UnB. 2013.

SILVA, Sandro Pereira. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2361) 2018.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição, *in* P. Singer e A. R. Souza, **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**, São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; MACHADO, João. **Socialismo em discussão: Economia Socialista**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. 81 p.

SINGER, Paul (2008). “Paul Singer: Rosa Luxemburgo, uma discípula de Marx que ousava criticar Marx” (entrevista por Isabel Loureiro, Marcos Barbosa de Oliveira, Danilo César e Nicolau Bruno). *In: LOUREIRO, Isabel (org.). Socialismo ou barbárie – Rosa Luxemburgo no Brasil*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo.

SOARES, Claudia Lucia Bissagio. **Moeda Social uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil Contemporâneo**. 2006. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

VAN BELLEN, Hans Michael. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & sociedade**, Campinas, v.7, n.1, p.67-87, Jun 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário ITCP/COPPE/UFRJ

PARTE I: IDENTIFICAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES – ITCP

- 1) Nome da ITCP: Incubadora Tecnológica de cooperativas Populares do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/COPPE/UFRJ).
- 2) Endereço completo da ITCP: Praça Jorge Machado Moreira, 100/ Ilha da Cidade universitária, Rio de Janeiro, RJ /CEP.: 21941-971
- 3) Instituição de Ensino a qual é vinculada : Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 4) Data do início das atividades da ITCP: 05 de janeiro de 1995
- 5) Pequeno histórico da formação da ITCP: Em 1995, inspirado nas incubadoras de empresas, surge, no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) do país. A ITCP/UFRJ foi concebida como um centro de tecnologia que tornaria disponíveis os conhecimentos e os recursos acumulados na universidade pública para gerar, por meio do suporte à formação e desenvolvimento (incubação) de empreendimentos solidários autogestionários, alternativas de trabalho, renda e cidadania para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica.
- 6) Responsável atual pela ITCP: Gonçalo Guimarães – Coordenador; Eliane Ribeiro Pereira - Coordenadora Executiva
- 7) Membros atuais da ITCP (formação, vínculo e função dentro da ITCP , se funcionário da instituição é membro em tempo integral da ITCP ou exerce outra função dentro da instituição?)

Docentes:

José Roberto Dourado Mafra

Roberto Westenberger

Ana Paula Pêgo
Sérgio Luiz de Argolo Bezerra

Técnicos:

Valéria Almeida de Lima. Administradora. Contratada
Sidney Cunha de Lima. Colaborador

Bolsistas/Discentes:

Nívea Cristina dos Santos Martini Willeman, Discente, Ciências Contábeis.
Esther Santana da Costa Oliveira, Discente. Administração.
Roman Bertoldo Coutinho, discente. Gestão Pública.
Ricardo Soares da Silva, Discente. Letras.
Viviane Carvalho Parente, Discente. Gestão Pública
Leonardo Ruma Martins. Ciência da Computação

Coppe Inclusão / CLT (assistentes e auxiliares administrativos).

Adir Portugal Viana Silva Veloso, Gabriel Pralon Garcia, Gabriel Martins Freire
Ginuino, Marcio da Silva Nunes, Marcus Vinicius Marques Gonçalves, Natalia
Ronze Braga da Costa, Renata da Silva Cyrillo Estrela, Viviane Santos de
Souza.

PARTE II: PROCESSO DE SELEÇÃO

- 8) Qual a forma de ingresso dos Empreendimentos de Economia Solidária - EES na ITCP? Participação Edital Público; Contrato; Projeto de extensão
- 9) Qual a periodicidade do processo de seleção? Participação Edital Público: eventual; Contrato: eventual; Projeto de extensão: anual
- 10) Como é feito o processo de seleção? Se em forma de edital público como é feita a divulgação? O processo seletivo se dá, principalmente através de edital. A divulgação se dá através da página da ITCP na internet, das redes sociais e através de comunicado aos parceiros e atuantes na área.

PARTE III: INFORMAÇÕES SOBRE OS EES.

- 11) Quantos EES já passaram pela incubadora desde o início das atividades? 255 Empreendimentos

12) EES incubados no momento. Em qual estágio se encontram (pré-incubação, desincubação, acompanhamento)

Acompanhamento:

Prosperar - Cooperativa de Catadores do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho LTDA. CNPJ: 18.171.070/0001-78.

COOPGRAM - Cooperativa de Trabalho e Produção dos Catadores de Materiais Recicláveis Coop Grupo Ambiental Ltda. CNPJ: 21.426.353/0001-28

Cooper Vida - Cooperativa de Trabalho e Produção dos Catadores da Cooper Vida Ltda.: CNPJ: 20.653.254/0001-16.

Amigos do Meio Ambiente - Cooperativa de Trabalho e Produção dos Catadores de Materiais Recicláveis Amigos do Meio Ambiente Ltda. CNPJ: 17.860.981/0001-40.

Coop Total – Cooperativa de Trabalho e Produção dos Catadores de Materiais Recicláveis Ltda. CNPJ: 16.435.101/0001-25.

Ambiental Coop - Cooperativa de Trabalho e Produção dos Catadores do Jardim Gramacho Ltda. CNPJ: 18.171.070/0001-78.

Rede Recicla Verde – Cooperativa Central dos Catadores de Materiais Recicláveis - CNPJ: 26.680.606/0001-09.

Incubação:

Caminhos do Campo -

13) Qual o máximo de EES que podem ser incubados ao mesmo tempo? Se houver recursos para a incubação, podem ser incubados até 50 empreendimentos, em fases diferentes.

14) Os EES incubados no momento são considerados urbanos, rurais ou mistos?
7 urbanos e 1 rural

15) Qual a atividade de cada EES incubado? 7 – Cooperativa de catadores; 1 – Grupo de agricultores

16) EES em incubação foram pré-incubados pela ITCP? Sim

17) Os EES têm espaço dentro da ITCP? Sim, para o desenvolvimento de atividades de formação e capacitação.

18) Qual a periodicidade de encontros entre a incubadora e os EES?
Semanal /quinzenal

19) Como é o deslocamento até os EES? Através de transporte da UFRJ e eventualmente transporte de docentes.

20) Os EES incubados pela ITCP interagem entre si?

Sim. As cooperativas de catadores que formam a REDE.

21) A ITCP tem uma pessoa responsável comandando uma equipe para cada projeto ou todos os membros da ITCP atendem a todos os EES? A Coordenadora Executiva comanda a equipe.

PARTE IV: DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS ITCPs

22) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela ITCP? Falta de recursos financeiros para responder às atividades necessárias ao desenvolvimento dos empreendimentos incubados e mesmo para manter as instalações da incubadora.

PARTE V: PONTOS QUE FACILITAM O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

23) Quais características dos EES podem influenciar positivamente no processo de incubação? Fator importante envolve a formação formal básica dos cooperados. Como o processo de incubação se desenvolve a partir de atividades de capacitação e formação, o trabalho é bastante facilitado quando os cooperados possuem algum nível de formação básica. Além disso, a dedicação, envolvimento e comprometimento dos cooperados é condição necessária ao bom andamento do trabalho.

PARTE VI: PONTOS QUE DIFICULTAM O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

24) Quais as maiores dificuldades num processo de incubação?

Baixo nível de escolaridade, disputas internas, local de atuação, muitas vezes em área de risco.

PARTE VII: PROCEDIMENTO

25) Existe uma metodologia para a seleção do EES?

Sim. A seleção se dá através de entrevistas e dinâmicas desenvolvidas pela equipe, envolvendo os candidatos, a fim de estabelecer os que serão incubados.

26) Existe uma metodologia de pré-incubação? Qual? Sim. A pré-incubação tem como foco central a organização e o fortalecimento do grupo, baseada nos princípios da economia solidária. Prevê, também, a definição do negócio propriamente dito, ou seja, a definição da atividade econômica a qual irão se dedicar. É nessa fase que os EES desenvolvem ferramentas básicas, como estatuto, etc.

27) Existe uma metodologia de incubação? Qual? Sim. A incubação é o processo de fortalecimento do empreendimento e possui dois eixos: o fortalecimento da autogestão e a maturidade do empreendimento. Neste processo a assessoria e a formação se constituem em atividades básicas da equipe, desde o eixo da gestão do empreendimento até a sua inclusão em redes.

28) Existe uma metodologia de desencubação? Qual? Sim. Na desencubação o foco central é a busca pela autonomia do empreendimento, dado que a partir desse momento, a ação junto à incubadora se retrai. Nessa perspectiva, o fortalecimento de sua ação em rede é foco principal. São considerados alguns indicadores que estabelecem o momento da desencubação.

PARTE VIII: PRAZOS DE INCUBAÇÃO

29) Por quanto tempo os EES podem permanecer em pré-incubação?

O período de pré-incubação compreende os primeiros 6 (seis) meses de incubação

Esse prazo pode ser estendido? Sim

30) Por quanto tempo os EES podem permanecer no processo de incubação ?

Dois anos e seis meses.

Esse prazo pode ser estendido? Sim

31) Por quanto tempos os EES permanecem em processo de desincubação?

Os últimos 6 (seis) meses do processo de incubação

32) Após a graduação do EES, há algum tipo de monitoramento por parte da ITCP?

Sim. No momento está sendo desenvolvido um projeto para identificar a situação atual de cada empreendimento graduado.

PARTE IX: ASSOCIAÇÃO EM REDE

33) Os EES incubados são associados a alguma rede? Qual?

Sim. Fórum de Cooperativismo Popular – FCP, RJ

34) A ITCP é associada á alguma rede? Qual ou quais?

Anprotec - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores.

Rede de Incubadoras Tecnológica de Cooperativas Populares

PARTE X: APOIO DO PODER PÚBLICO

35) A ITCP participou de algum edital público no último ano? Sim. Foi contemplada?

Sim

36) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos federais de apoio a economia solidária? Não

37) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos estaduais de apoio a economia solidária? Não

38) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos municipais de apoio a economia solidária? Não

PARTE XI: OUTROS TIPOS DE APOIO FINANCEIRO

39) A ITCP recebe apoio financeiro da instituição de ensino que é vinculada? De que tipo?

Sim – através de bolsas discentes, custeio (luz, água, material de consumo) e transporte

40) A ITCP tem outra forma de ingresso de capital além dos editais e apoio financeiro da instituição de ensino a qual é vinculada? Se afirmativo, qual(is)? Sim.

A ITCP/UFRJ pode receber apoio financeiro através de contratos firmados através da Fundação COPPETEC – **Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos.**

PARTE XII: INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO ENTREVISTADO.

Caso queira contribuir com algo não contemplado nas perguntas anteriores utilize este espaço:

A ITCP/UFRJ desenvolve suas atividades de forma autônoma, acreditando na educação/formação como caminho para a diminuição das desigualdades e construção de um mundo melhor.

Não é possível pensar em diminuir a desigualdade social no país, sem acabar com a injustiça e segregação social vividas por pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, que precisam vivenciar a magnitude da palavra cidadão, conquistando direitos de cidadania que hoje lhe são negados.

Dentro dessa diretriz, a incubação de cooperativas precisa se consolidar enquanto política pública, na medida em que sua ação se desenvolve de forma articulada com outras iniciativas de geração de trabalho e desenvolvimento social, compreendido como um processo político e complexo e não uma política marginal ou conjuntural.

A incubação precisa ser vista como instrumento de transformação social e econômica da sociedade, que serve de ponte para a inclusão econômica e cidadã dessas pessoas.

APÊNDICE B – Questionário ITEP/UENF

PARTE I: IDENTIFICAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP

- 1) Nome da ITCP: ITEP- Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares
- 2) Endereço completo da ITCP: Rua Alberto Lamego. 2000. Parque Califórnia. Campos dos Goytacazes
- 3) Instituição de Ensino a qual é vinculada: UENF
- 4) Data do início das atividades da ITCP: Setembro de 2009
- 5) Pequeno histórico da formação da ITCP: (texto no final do questionário)
- 6) Responsável atual pela ITCP: Coordenador Acadêmico - Prof. Doutor Gustavo de Castro Xavier
- 7) Membros atuais da ITCP(formação, vínculo e função dentro da ITCP , se funcionário da instituição é membro em tempo integral da ITCP ou exerce outra função dentro da instituição?):
 - a. 3 professores (Gustavo de Castro Xavier; Geraldo Amaral Gravina; Rosalee dos Santos Crespo Istoe) – Coordenador do Programa e dos projetos de extensão.
 - b. Nilza Franco Portela – Assessoria Técnica
 - c. 03 estudantes de graduação (bolsa de Extensão)
 - d. 14 bolsistas Universidade aberta – Execução de metas dos projetos de extensão ligados ao Programa. São profissionais de diversas áreas. Não podem ter vínculo com a UENF. São da Comunidade.

PARTE II: PROCESSO DE SELEÇÃO

- 8) Qual a forma de ingresso dos Empreendimentos de Economia Solidária - EES na ITCP? Explicação abaixo
- 9) Qual a periodicidade do processo de seleção.
- 10) Como é feito o processo de seleção? Se em forma de edital público como é feita a divulgação? Os empreendimentos de economia solidária precisam estar com carta de adesão ao Fórum Municipal de Economia Solidária inicialmente. Com a constituição do empreendimento estes passam a

integrarem o Berçário de Projetos da ITEP. Os que avançam em organização podem ser escolhidos para incubação.

11) Como é feito o processo de seleção? Se em forma de edital público como é feita a divulgação? Os empreendimentos de economia solidária precisam estar com carta de adesão ao Fórum Municipal de Economia Solidária inicialmente. Com a constituição do empreendimento estes passam a integrarem o Berçário de Projetos da ITEP. Os que avançam em organização podem ser escolhidos para incubação.

12) Como é feito o processo de seleção? Se em forma de edital público como é feita a divulgação? Os empreendimentos de economia solidária precisam estar com carta de adesão ao Fórum Municipal de Economia Solidária inicialmente. Com a constituição do empreendimento estes passam a integrarem o Berçário de Projetos da ITEP. Os que avançam em organização podem ser escolhidos para incubação.

PARTE III: INFORMAÇÕES SOBRE OS EES

13) Quantos EES já passaram pela incubadora desde o início das atividades?

a. Empreendimentos Incubados: 08

b. Berçário de Projetos - + de 300

14) EES incubados no momento. Em qual estágio se encontram (pré incubação, incubado, desincubação, acompanhamento).

a. 1 em desincubação

b. 2 Incubados

c. 2 pré-incubados

d. 141 empreendimentos no Berçário de Projetos (Redes agroecológicas, empreendimentos de artesanato, alimentação, sustentabilidade, outros)

15) Qual o máximo de EES que podem ser incubados ao mesmo tempo?

Para Incubação propriamente dita (aos moldes conhecidos) até 06. Na formação e assessoria técnica de pequenos empreendimentos (berçário de projetos) não foi estipulado um limite com base técnica.

16) Os EES incubados no momento, são considerados urbanos, rurais ou mistos? Mistos.

17)Qual a atividade de cada EES incubado? Materiais reciclados, costura e arte em bagaço de cana.

18)EES em incubação foram pré-incubados pela ITCP? Sim

19)Os EES têm espaço dentro da ITCP? Somente a AME com artesanato e utilitários de bagaço de cana.

20)Qual a periodicidade de encontros entre a incubadora e os EES? É feita por demanda dos empreendimentos- Pode ser semanal ou mensal

21) Como é o deslocamento até os EES?Transporte da UENF

22) Os EES incubados pela ITCP interagem entre si?Nas reuniões de planejamento e nas Plenárias do Fórum de Economia Solidária (a ITEP faz assessoria técnica para o Fórum)

23)A ITCP tem uma pessoa responsável comandando uma equipe para cada projeto ou todos os membros da ITCP atendem á todos os EES? Todos os membros

PARTE IV: DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS ITCPS

24)Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela ITCP ?

- a. Internamente: Entrar na fila do transporte – Acesso rápido a matérias
- b. Nos empreendimentos – Resistencia a processo de gestão orientada, especialmente a gestão financeira; falta de confiança nos líderes, poucos recursos financeiros para ampliar e dar sustentabilidade aos negócios cooperados.
- c. Para o berçário de Projetos – Dificuldade de formação e de assessoria a todos os membros ao mesmo tempo.

PARTE V: PONTOS QUE FACILITAM O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

23)Quais características dos EES podem influenciar positivamente no processo de incubação?

PARTE VI: PONTOS QUE DIFICULTAM O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

24)Quais as maiores dificuldades num processo de incubação?

PARTE VII: PROCEDIMENTO

25) Existe uma metodologia para a seleção do EES? Sim.

26) Existe uma metodologia de pré -incubação? Qual? Sim.

27) Existe uma metodologia de incubação? Qual? Sim.

28) Existe uma metodologia de desincubação? Qual? Sim.

PARTE VIII: PRAZOS DE INCUBAÇÃO

29) Por quanto tempo os EES podem permanecer em pré-incubação? Não determinado – O foco é na ampliação da organização da economia solidária no município e na Região Norte Fluminense

Esse prazo pode ser estendido?

30) Por quanto tempo os EES podem permanecer incubados? Não determinado – O foco é na ampliação da organização da economia solidária no município e na Região Norte Fluminense

Esse prazo pode ser estendido?

31) Por quanto tempos os EES permanecem em processo de desincubação? Não determinado – O foco é na ampliação da organização da economia solidária no município e na Região Norte Fluminense

32) Após a graduação do EES, há algum tipo de monitoramento por parte da ITCP?
Sim

PARTE IX: ASSOCIAÇÃO EM REDE

33) Os EES incubados são associados a alguma rede? Qual? Estão ligados a organização nacional de economia solidária a partir do Fórum Municipal de Economia Solidária.

34) A ITCP é associada á alguma rede? Qual ou quais? Rede ITCPs

PARTE X: APOIO DO PODER PÚBLICO

35) A ITCP participou de algum edital público no último ano? Sim. Foi contemplada? Sim

36) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos federais de apoio a economia solidária? Não.

37) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos estaduais de apoio a economia solidária? Custeada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas não de órgãos de economia solidária.

38) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos municipais de apoio a economia solidária? Sim. Tem parcerias com a CODENCA (Campos dos Goytacazes).

PARTE XI: OUTROS TIPOS DE APOIO FINANCEIRO

39) A ITCP recebe apoio financeiro da instituição de ensino que é vinculada? De que tipo?

Sim. Via orçamento. Via edital público.

40) A ITCP tem outra forma de ingresso de capital além dos editais e apoio financeiro da instituição de ensino a qual é vinculada? Se afirmativo, qual(ais)?

Não

PARTE XII: INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO ENTREVISTADO

Em setembro de 2009 foi criado o Programa de Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares (ITEP), ligado a política de extensão e coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, voltado ao aprimoramento e ampliação dos programas de extensão universitária, com meta principal a transferência de conhecimentos e tecnologias desenvolvidas em todas as áreas da ciência pela Universidade, com foco na organização de empreendimentos solidários promovido por grupos socialmente excluídos das formas dominantes de produção, mas com potencial para alavancar um negócio próprio, desde que encontrem apoio para qualificar suas ações na obtenção de resultados, seja pela geração de trabalho e renda, bem como pela ampliação de acesso aos direitos de cidadania.

A ITEP se aliou num primeiro momento com a experiência de sucesso em incubação de empreendimentos cooperativos desenvolvidos pela ITCP/COPPE/UFRJ. Este trabalho ligado a incubação tecnológica se solidificou e hoje se tem várias formas e perfis de incubadoras universitárias. Hoje, o Brasil, tem “uma rede que envolve vários segmentos, especialmente as universidades, através das incubadoras tecnológicas de empreendimentos solidários e cooperativos (ITCPs), cuja proposta, conforme ressalta Guimarães (2009) é não só a inclusão econômica, como também a inclusão social da parcela da população considerada excluída”.

Segundo o Programa de Incubação da ITCP, a atuação da Incubadora se daria em dois tipos de racionalidade junto aos grupos identificados: a viabilidade

econômica e a viabilidade cooperativa (ITCP/COPPE/UFRJ, 2007). A transferência desta metodologia da ITCP/COPPE/UFRJ para a UENF não passou de uma primeira fase de orientações e conhecimento do Sistema SIG-COOP. Mesmo assim a ITEP incubou dois grupos de empreendimentos solidários: artesãs de bagaço de cana (AME) e grupo de recicladores (CooperUnião).

Uma forma de sustentabilidade do programa foi a organização de um evento que sensibilizasse a academia e a comunidade regional para o tema cooperativismo e cooperação em rede. No ano de 2009 organizou o I Encontro de Economia Solidária com o propósito de pautar, portanto, o tema na comunidade e para os demais parceiros. Em 2010 aconteceu o II Encontro de Economia Solidária e Tecnologias Sociais apresentando na sua realização os novos caminhos que a ITEP pretende trilhar.

No ano de 2010, o Programa iniciou uma nova fase de trabalho por entender que o seu papel extrapola a questão de incubação de empreendimentos econômicos cooperativados. Esta certeza está diretamente ligada ao grande movimento da economia solidária no Brasil nestes últimos 06 anos e a interface desta política com a construção de uma nova sociedade e novas formas de relações comerciais. Segundo o Termo de Referência do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (MTE-SENAES, 2004), empreendimento econômico solidário (EES) são aquelas organizações coletivas supra familiares, tais como: associações, cooperativas, empresas auto gestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc., cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados.

Nesta nova fase a ITEP/PROEX está se organizando para ampliar sua atuação em consonância com a política de economia solidária nacional e sua interface com outras políticas públicas, como por exemplo, a inclusão digital, ao fortalecimento de expressões culturais, sustentabilidade ambiental, e o mais importante, com foco no homem como sujeito desta nova economia e sociedade. Portanto, tem como missão a indução e fomento a políticas públicas que valorizem a cooperação solidária entre os indivíduos, grupos e instituições, inspiradas em valores culturais e humanísticos, voltadas para o desenvolvimento de atividades de geração de renda, de valorização das expressões culturais e na construção da cidadania autônoma e protagonista entre os atores envolvidos.

Entre os objetivos da ITEP destacamos:

- Indutora da política de economia solidária e as políticas transversais ligadas;
- Desenvolver nova metodologia de incubação tecnológica especificamente para a ITEP/PROEX;
- Criar e gerenciar sistemas de informação voltados a capacitação e monitoramento de indicadores para empreendimentos solidários dos segmentos incubados;
- Incluir novos segmentos sociais (mobilização e sensibilização) como usuários de tecnologias que garantam a promoção e sustentabilidade de uma economia humana e solidária;
- Gerar e divulgar conhecimentos na área de pesquisa-participação;
- Estar sintonizado com os avanços e debates sobre a Política Pública da Economia Solidária;

Entre os resultados esperados

1. Suporte para a extensão universitária em vários segmentos do conhecimento;
2. Transformar-se em incubadora regional com a integração de todas as universidades públicas (Projeto das ITCPs do Rio de Janeiro);
3. Produção de conhecimento científico reconhecido em nível nacional (Grupo de Pesquisa já constituído);
4. Incubadora itinerante (retrocesso atualmente pela crise financeira da UENF e municípios);
5. Implantar a eco-moeda social com o apoio do Banco Palmas .

Metodologia

- Metodologias participativas – Pesquisa-Ação ;
- Processo Educativo Dialógico;
- Cidadania autônoma e protagonista;

APÊNDICE C – Questionário ITESS/CEFET/RJ

PARTE I: IDENTIFICAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP

1) Nome da ITCP: Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários e Sustentáveis do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Ferreira Suckow - ITESS/CEFET/RJ

2) Endereço completo da ITCP: Rua General Canabarro

3) Instituição de Ensino a qual é vinculada: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Ferreira Suckow

4) Data do início das atividades da ITCP: 2014

5) Pequeno histórico da formação da ITCP: Com a obtenção de recursos do Edital PRONINC 2005 - FINEP, as primeiras atividades da ITCP-CEFET/RJ foram viabilizadas no período de outubro de 2006 a setembro de 2008, porém, após o período de financiamento do PRONINC 2005 suas atividades são encerradas, em virtude da desmobilização tanto dos grupos incubados, quanto da equipe do projeto, pois sem o apoio financeiro necessário e sem bolsistas não houve um grande comprometimento nas atividades a serem desenvolvidas. Em 2013, a partir de um novo edital de apoio - PRONINC/2013 se elaborou um projeto solicitando recursos para a reestruturação do Programa ITCP - CEFET/RJ e implantação da ITESS-CEFET/RJ - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis, na Unidade sede do CEFET/RJ, localizada no bairro do Maracanã, e na Unidade Maria da Graça ambos no município do Rio de Janeiro, como núcleos de expansão da ação extensionista de articulação e transferência/intercâmbio de conhecimento para a promoção de empreendimentos, que possibilitem a geração de emprego e renda, no âmbito da economia solidária. A equipe e a coordenação do Projeto discutem e propõem como meta prioritária a elaboração de um regulamento interno, que estabelece a estrutura e o funcionamento da ITESS, sendo o mesmo aprovado no Conselho de Extensão - CONEX, em outubro de 2014, no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, em novembro de 2014, e no Conselho Diretor -

CODIR, em março de 2015, cumprindo todas as etapas de discussão para anuência e aprovação dos conselhos acadêmicos.

6) Responsável atual pela ITCP: Vinícius Mattos Von Doelinger

7) Membros atuais da ITCP (formação, vínculo e função dentro da ITCP , se funcionário da instituição é membro em tempo integral da ITCP ou exerce outra função dentro da instituição? Técnicos e membros em tempo integral: Vinícius Mattos Von Doelinger, Cauã , Lucas ;Membros voluntários: Ellen, Alexandre Ali, Claudia Fragelli, Juliano Gonçalves; Estagiárias: Ana Neri e Maria Gabriela

PARTE II: PROCESSO DE SELEÇÃO

8) Qual a forma de ingresso dos Empreendimentos de Economia Solidária - EES na ITCP? Os EES ingressam na ITESS através de chamada em edital público, o processo de seleção já está consolidado.

9)Qual a periodicidade do processo de seleção. Não existe uma periodicidade.

10)Como é feito o processo de seleção? Se em forma de edital público como é feita a divulgação? A seleção é feita através da análise por parte de consultores ad hoc, de cada projeto submetido . O chamamento é por edital público, a divulgação é feita na página oficial do CEFET / RJ e também através de avisos nos meios de comunicação do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro.

PARTE III: INFORMAÇÕES SOBRE OS EES

11) Quantos EES já passaram pela incubadora desde o início das atividades? Desde o início das atividades, em 2014, já passaram 6 EES.

12)EES incubados no momento. Em qual estágio se encontram (pré incubação, desincubação, acompanhamento).

- Projeto Vinagre de Caqui - Associação Agroprata- Em processo de desligamento
- Paquetáxi – Incubação
- Turismo de Base Comunitária São José das Três Ilhas – Pré-incubação.

13)Qual o máximo de EES que podem ser incubados ao mesmo tempo?

O máximo que de EES incubados foram quatro. Dois em estágio de pré incubação e dois em estágio de incubação.

14) Os EES incubados no momento, são considerados urbanos, rurais ou mistos? Um dos EES é considerado urbano e outro rural.

15) Qual a atividade de cada EES incubado? Um é de mobilidade urbana e o outro de turismo de base Comunitária.

16) EES em incubação foram pré-incubados pela ITCP? Não.

17) Os EES têm espaço dentro da ITCP? Sim, eles podem ter acesso a computador, impressora e outras ferramentas no espaço da ITCP localizado no Campus 3 do CEFET Maracanã.

18) Qual a periodicidade de encontros entre a incubadora e os EES? Com o empreendimento Paquetáxi os encontros são quinzenais. Com o TBC São José das Três Ilhas não há uma periodicidade definida ainda.

19) Como é o deslocamento até os EES? Veículo cedido pela instituição ou transporte público.

20) Os EES incubados pela ITCP interagem entre si? Não.

21) A ITCP tem uma pessoa responsável comandando uma equipe para cada projeto ou todos os membros da ITCP atendem a todos os EES? Com relação ao EES Paquetáxi não há um responsável direto pelas ações. Já no Empreendimento TBC São José das Três Ilhas devido a proximidade o Professor Juliano é a pessoa responsável pelo contato e ações desenvolvidas.

PARTE IV: DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS ITCPS

22) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela ITCP? Falta de recursos, falta de pessoal e alta rotatividade servidores e bolsistas. Distância para os empreendimentos. Formação dos membros da incubadora.

PARTE V: PONTOS QUE FACILITAM O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

23) Quais características dos EES podem influenciar positivamente no processo de incubação? Proximidade geográfica um grupo consolidado.

PARTE VI: PONTOS QUE DIFICULTAM O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

24) Quais as maiores dificuldades num processo de incubação? Falta de mobilização do grupo, baixa formação escolar, em economia solidária e técnica.

PARTE VII: PROCEDIMENTO

25) Existe uma metodologia para a seleção do EES? Sim. Edital com duas fases.

26) Existe uma metodologia de pré-incubação? Não. Qual? A metodologia está em desenvolvimento.

27) Existe uma metodologia de incubação? Não. Qual? A metodologia está em desenvolvimento.

28) Existe uma metodologia de desincubação? Não. Qual?

PARTE VIII: PRAZOS DE INCUBAÇÃO

29) Por quanto tempo os EES podem permanecer em pré-incubação? Nove meses.

Esse prazo pode ser estendido? Sim por 3 meses.

30) Por quanto tempo os EES podem permanecer incubados? Por 24 meses.

Esse prazo pode ser estendido? Sim por 9 meses.

31) Por quanto tempo os EES permanecem em processo de desincubação? Não há um período definido.

32) Após a graduação do EES, há algum tipo de monitoramento por parte da ITCP? Sim.

PARTE IX: ASSOCIAÇÃO EM REDE

33) Os EES incubados são associados a alguma rede? Qual? Não.

34) A ITCP é associada a alguma rede? Qual ou quais? Sim, a Rede de ITCPs, a REINC e a Anprotec.

PARTE X: APOIO DO PODER PÚBLICO

35) A ITCP participou de algum edital público no último ano? Foi contemplada? O último edital público em que a ITCP participou voltado para o apoio aos EES foi em

2017, chamada pública PRONINC, foi contemplada. Em 2018 a ITCP participou de edital público visando conseguir fundos para a organização do V Congresso da Rede de ITCPs, mas não foi contemplada.

36) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos federais de apoio a economia solidária? Sim com a UNIRIO.

37) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos estaduais de apoio a economia solidária? Sim com a FAPERJ e o FCP.

38) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos municipais de apoio a economia solidária? Sim com a SMDEI.

PARTE XI: OUTROS TIPOS DE APOIO FINANCEIRO

39) A ITCP recebe apoio financeiro da instituição de ensino que é vinculada? De que tipo?

R: Através da seção de espaço e transporte.

40) A ITCP tem outra forma de ingresso de capital além dos editais e apoio financeiro da instituição de ensino a qual é vinculada? Não. Se afirmativo, qual(ais)?

PARTE XII: INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO ENTREVISTADO

APÊNDICE D – Questionário ITCP/IFRJ

PARTE I: IDENTIFICAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP

- 1) Nome da ITCP: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - IFRJ/campus Realengo
- 2) Endereço completo da ITCP: Rua Carlos Venceslau 343 – Realengo
- 3) Instituição de Ensino a qual é vinculada : Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro
- 4) Data do início das atividades da ITCP: Outubro 2014
- 5) Pequeno histórico da formação da ITCP: Surge a partir do edital 89/2013 do CNPq, tendo por acúmulo de experiência os editais do Proext Mec, linha 8, Economia Solidária.
- 6) Responsável atual pela ITCP: Neli de Almeida
- 7) Membros atuais da ITCP (formação, vínculo e função dentro da ITCP , se funcionário da instituição é membro em tempo integral da ITCP ou exerce outra função dentro da instituição?): Não há membros com horário integral na ITCP. São todos vinculados ao IFRJ, campus Realengo.

Equipe:

Roberta Furtado, Mariana Pan e Ana Carolina Souza, terapeutas ocupacionais. Não há funções específicas.

PARTE II: PROCESSO DE SELEÇÃO

- 8) Qual a forma de ingresso dos Empreendimentos de Economia Solidária - EES na ITCP? Tem sido por convite. Nas duas últimas formações, fizemos seleções abertas.
- 9) Qual a periodicidade do processo de seleção. Semestral
- 10) Como é feito o processo de seleção? Se em forma de edital público como é feita a divulgação?

PARTE III: INFORMAÇÕES SOBRE OS EES

- 11) Quantos EES já passaram pela incubadora desde o início das atividades? Quatro.

12) EES incubados no momento. Em qual estágio se encontram (pré incubação, desincubação, acompanhamento) Estamos em fase de ofertas de cursos. Sem projeto de incubação em curso.

13) Qual o máximo de EES que podem ser incubados ao mesmo tempo? Um.

14) Os EES incubados no momento, são considerados urbanos, rurais ou mistos? Urbanos

15) Qual a atividade de cada EES incubado? Culinária e Artesanato.

16) EES em incubação foram pré-incubados pela ITCP? Não.

17) Os EES têm espaço dentro da ITCP? Não.

18) Qual a periodicidade de encontros entre a incubadora e os EES? Durante o processo, 1 vez semanal

19) Como é o deslocamento até os EES? Por meios próprios.

20) Os EES incubados pela ITCP interagem entre si? Nesse momento sim

21) A ITCP tem uma pessoa responsável comandando uma equipe para cada projeto ou todos os membros da ITCP atendem á todos os EES? Todos.

PARTE IV: DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS ITCPS

22) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela ITCP R: De fato, ausência de uma equipe permanente.

PARTE V: PONTOS QUE FACILITAM O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

23) Quais características dos EES podem influenciar positivamente no processo de incubação? Ser um grupo fixo, ser um grupo com autonomia administrativa.

PARTE VI: PONTOS QUE DIFICULTAM O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

24) Quais as maiores dificuldades num processo de incubação? R: Falta de autonomia dos empreendimentos

PARTE VII: Procedimento

25) Existe uma metodologia para a seleção do EES?

Ainda não conseguimos padronizar

26) Existe uma metodologia de pré-incubação? Qual?

Também não, a falta de uma equipe permanente tem dificultado tornar os procedimentos permanentes.

27) Existe uma metodologia de incubação? Qual? Não, nesse momento.

28) Existe uma metodologia de desincubação? Qual? Ainda não.

PARTE VIII: PRAZOS DE INCUBAÇÃO

29) Por quanto tempo os EES podem permanecer em pré-incubação? Tem sido por 2 anos a nossa experiência.

Esse prazo pode ser estendido? Sim

30) Por quanto tempo os EES podem permanecer incubados? 2 anos

Esse prazo pode ser estendido? Sim

31) Por quanto tempos os EES permanecem em processo de desincubação?

Não estimamos ainda.

32) Após a graduação do EES, há algum tipo de monitoramento por parte da ITCP? Sim, acompanhamos.

PARTE IX: ASSOCIAÇÃO EM REDE

33) Os EES incubados são associados a alguma rede? Qual? Rede Caps

34) A ITCP é associada á alguma rede? Qual ou quais? Rede Nacional de ITCPs.

PARTE X: APOIO DO PODER PÚBLICO

35) A ITCP participou de algum edital público no último ano? Foi contemplada?

Sim, editais CNPQ (89/2013 e 27/2017)

36) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos estaduais de apoio a economia solidária? Não.

37) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos estaduais de apoio a economia solidária? Não.

38) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos municipais de apoio a economia solidária? Não.

PARTE XI: OUTROS TIPOS DE APOIO FINANCEIRO

39) A ITCP recebe apoio financeiro da instituição de ensino que é vinculada? De que tipo?

Recursos Indiretos, com cessão de duas salas

40) A ITCP tem outra forma de ingresso de capital além dos editais e apoio financeiro da instituição de ensino a qual é vinculada? Se afirmativo, qual (ais)?

Não.

PARTE XII: INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO ENTREVISTADO.

PARTE I: IDENTIFICAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP

- 1) Nome da ITCP: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
- 2) Endereço completo da ITCP: Av. Dario Vieira Borges, 235, Parque do Trevo, Bom Jesus do Itabapoana, RJ. CEP: 28.360-000.
- 3) Instituição de Ensino a qual é vinculada: Instituto Federal Fluminense
- 4) Data do início das atividades da ITCP: dezembro de 2013
- 5) Pequeno histórico da formação da ITCP:
- 6) Responsável atual pela ITCP: Paula Aparecida Martins Borges Bastos.
- 7) Membros atuais da ITCP (formação, vínculo e função dentro da ITCP, se funcionário da instituição é membro em tempo integral da ITCP ou exerce outra função dentro da instituição?) Nenhum dos membros atua em tempo integral na ITCP. São 7 servidores e 8 bolsistas (3 nível superior e 5 nível médio, sendo 3 alunas de graduação).

Paula Aparecida Martins Borges Bastos – Médica Veterinária do quadro Técnico Administrativo em Educação, coordenadora ITCP/IFF.

Amanda Bastos da Silva – Cientista de Alimentos do quadro Técnico Administrativo em Educação. Atuação em capacitação técnica na área de alimentos.

Sandra Márcia Gonçalves de Souza – Assistente em Administração do quadro Técnico Administrativo em Educação. Atuação em orientação sobre controle de qualidade dos produtos e mercado.

Rogério Ribeiro Fernandes, Tatiana Costa Sena e Eduardo Moreira – Docentes. Atuação no eixo de Pessoal, com oferta de cursos e atuação de extensão voltados para identidade cultural, autogestão, autoestima, atuação em grupo, importância do trabalho cooperativo, entre outros.

Thais Romano de Santana – Docente. Atuação em logística das atividades da ITCP e apoio a eventos.

Bolsistas:

Lohany Mateini – área de comunicação da ITCP e grupos incubados.

Lucilene Benevuti – atuação no eixo de capacitação técnica e controle financeiro .

Layne Gaspaime – atuação na eixo de capacitação técnica.

Pedro Salim Junior – jornalista.

Vanessa Coutinho – Comunicação Social.

Natália Lepre – administradora – elaboração de Plano de Negócios e outras orientações.

Letícia – nível médio. Apoio ampliação de mercado e controle de qualidade do produto.

Jordana – nível médio. Apoio ampliação de mercado e controle de qualidade do produto.

PARTE II: PROCESSO DE SELEÇÃO

8)Qual a forma de ingresso dos Empreendimentos de Economia Solidária - EES na ITCP? Até o presente momento os EES ingressam a partir de prospecção em grupos que já possuem relação com projetos de extensão da instituição.

9)Qual a periodicidade do processo de seleção. Não há periodicidade definida. Até o momento ocorre em função da capacidade da equipe.

10)Como é feito o processo de seleção? Se em forma de edital público como é feita a divulgação? Não há processo de seleção.

PARTE III: INFORMAÇÕES SOBRE OS EES

11)Quantos EES já passaram pela incubadora desde o início das atividades? Não há EES desincubados.

12)EES incubados no momento. Em qual estágio se encontram (pré incubação, desincubação, acompanhamento) Atualmente há 2 EES em incubação e 1 EES em pré-incubação.

13)Qual o máximo de EES que podem ser incubados ao mesmo tempo? Depende do número de integrantes da ITCP. Atualmente contamos com vários bolsistas em função de projeto de extensão institucional e da Chamada CNPq, o que possibilitou atuar em 3 frentes ao mesmo tempo.

14)Os EES incubados no momento, são considerados urbanos, rurais ou mistos? Um EES misto, um rural. O pré-incubado é área rural.

15)Qual a atividade de cada EES incubado? Os 2 incubados são na área de alimentos.

16)EES em incubação foram pré-incubados pela ITCP? Apenas um foi pré-incubado, o outro entrou direto na fase de incubação.

17)Os EES têm espaço dentro da ITCP? Um EES possui espaço dentro da Instituição.

18)Qual a periodicidade de encontros entre a incubadora e os EES? No mínimo mensal.

19)Como é o deslocamento até os EES? Veículo da IES.

20)Os EES incubados pela ITCP interagem entre si? Poucas vezes até o momento.

21)A ITCP tem uma pessoa responsável comandando uma equipe para cada projeto ou todos os membros da ITCP atendem á todos os EES? Há algumas pessoas com atividades específicas em alguns EES, porém a grande maioria atua em todos os EES. O grupo pré-incubado possui pessoa exclusiva responsável pela equipe.

PARTE IV: DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS ITCPS

22)Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela ITCP. Não ter servidor em tempo integral na equipe e o pouco tempo da grande maioria dos servidores, por atuarem em diversas atividades. Pouca experiência da equipe em processo de incubação, dificuldade que vem sendo enfrentada a partir de cursos de capacitação e troca de experiência com outras ITCP. Não ter servidor do quadro com conhecimento na área de administração e economia. O espaço em que a ITCP funciona não possui telefone/ramal nem internet.

PARTE V: PONTOS QUE FACILITAM O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

23)Quais características dos EES podem influenciar positivamente no processo de incubação? A capacitação técnica voltada para aspectos do EES antes do período de incubação; o sentido de identidade do grupo; participação dos membros em atividades de rede.

PARTE VI: PONTOS QUE DIFICULTAM O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

24)Quais as maiores dificuldades num processo de incubação? A realização de autogestão e as boas relações interpessoais são fatores que necessitam de constante atenção e desenvolvimento prático. Estimular o grupo a superar os fatores que desagregam e/ou paralisam processos de iniciativa, valorização da autoestima e trabalho em equipe são desafios constantes no processo de incubação.

PARTE VII: PROCEDIMENTO

25) Existe uma metodologia para a seleção do EES? Não, está em elaboração.

26) Existe uma metodologia de préincubação? Qual? Não, está em elaboração a partir de curso de capacitação realizado.

27) Existe uma metodologia de incubação? Qual? Sim. Baseada no livro de autoria de Débora Nunes: Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária e no modelo CERNE a partir de material fornecido em cursos de capacitação de ITCP.

28) Existe uma metodologia de desincubação? Qual? Não.

PARTE VIII: PRAZOS DE INCUBAÇÃO

29) Por quanto tempo os EES podem permanecer em pré-incubação? Em média um ano.

Esse prazo pode ser estendido? Sim, mais um ano.

30) Por quanto tempo os EES podem permanecer incubados? Em média 2 anos.

Esse prazo pode ser estendido? Sim, até mais 2 anos.

31) Por quanto tempos os EES permanecem em processo de desincubação? Não temos esse critério definido e ainda não vivenciamos essa experiência.

32) Após a graduação do EES, há algum tipo de monitoramento por parte da ITCP? Ainda não vivenciamos essa experiência, mas temos intenção de realizar monitoramentos periódicos, talvez através de cursos de atualização e ou participação dos grupos em eventos promovidos pela ITCP.

PARTE IX: ASSOCIAÇÃO EM REDE

33) Os EES incubados são associados a alguma rede? Qual? Um deles está ligado às associações quilombolas. O grupo pré-incubado dialoga com o MPA.

34) A ITCP é associada á alguma rede? Qual ou quais? Sim, Rede ITCP/RJ. Pretendemos nos associar à Rede Nacional de ITCP.

PARTE X: APOIO DO PODER PÚBLICO

35) A ITCP participou de algum edital público no último ano? Sim . Foi contemplada?
Sim

36) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos federais de apoio a economia solidária? Não.

37) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos estaduais de apoio a economia solidária? Não.

38) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos municipais de apoio a economia solidária? Não

PARTE XI: OUTROS TIPOS DE APOIO FINANCEIRO

39) A ITCP recebe apoio financeiro da instituição de ensino que é vinculada? Sim De que tipo? Bolsa de extensão e de pesquisa para alunos de graduação.

40) A ITCP tem outra forma de ingresso de capital além dos editais e apoio financeiro da instituição de ensino a qual é vinculada? Não. Se afirmativo, qual(ais)?

PARTE XII: INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO ENTREVISTADO

APÊNDICE F – Questionário InTECSOL/UFF

PARTE I: IDENTIFICAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP

- 1) Nome da ITCP: InTECSOL – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba
- 2) Endereço completo da ITCP: Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira, 783, Bloco A, Sala211, Bairro Aterrado – Volta Redonda – RJ, CEP: 27213-145
- 3) Instituição de Ensino a qual é vinculada: Universidade Federal Fluminense - UFF
- 4) Data do início das atividades da ITCP: 12/12/2013 – data da homologação do projeto pelo CNPq. Mas, as atividades começaram em março de 2014.
- 5) Pequeno histórico da formação da ITCP: A InTECSOL deriva de uma experiência prévia do seu coordenador com projetos de extensão em Economia Solidária junto às prefeituras de Volta Redonda e Resende e iniciativas de articulação do movimento de Economia Solidária na Região, como os Seminários de Economia Solidária do Médio Paraíba (SESMEP). A incubadora foi constituída a partir da chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq 89/2013, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Nilo Peçanha - Pinheiral (IFRJ/CNP). A parceria com o IFRJ/CANP garantiu à InTECSOL uma atuação microrregional na origem, na medida em que iniciou o processo de incubação com três empreendimentos em Volta Redonda e um no município vizinho de Pinheiral. Após quase quatro anos de atuação, o trabalho da Incubadora já tem uma dimensão regional, na medida em que vem articulando empreendimentos, para além dos dois municípios iniciais, também em Barra Mansa e Barra do Piraí, com potencial para envolvimento de empreendimentos de outros municípios nos projetos de constituição de redes de economia solidária que estão sendo fomentados pela InTECSOL.
- 6) Responsável atual pela ITCP: Luís Henrique Abegão
- 7) Membros atuais da ITCP(formação, vínculo e função dentro da ITCP , se funcionário da instituição é membro em tempo integral da ITCP ou exerce

outra função dentro da instituição?) A Incubadora conta hoje com a colaboração de duas professoras, uma com formação em administração e outra em políticas públicas, ambas ligadas aos processos formativos da incubadora, bem como à função de secretaria que a InTECSOL exerce junto ao Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda. Conta-se também com a participação de uma educadora popular, com experiência de longa data no campo da economia solidária. Os demais participantes são alunos das graduações em Administração (3), Administração Pública (1), Ciências Contábeis (1), Psicologia (1) e Direito (1).

PARTE II: PROCESSO DE SELEÇÃO

- 8) Qual a forma de ingresso dos Empreendimentos de Economia Solidária - EES na ITCP? Ainda não tivemos a experiência de processo seletivo. No projeto inicial submetido ao CNPq havíamos indicado quatro empreendimentos (2014 a 2016). Três desses ficaram incubados até 2017, quanto passamos a incubar um empreendimento que era assessorado pela Enactus. Com o novo projeto do CNPq a partir de 2018, mantivemos três empreendimentos e estendemos nossa atuação junto a outras duas cooperativas de catadores, pois já incubávamos uma.
- 9) Qual a periodicidade do processo de seleção. NÃO SE APLICA
- 10) Como é feito o processo de seleção? Se em forma de edital público como é feita a divulgação? NÃO SE APLICA

PARTE III: INFORMAÇÕES SOBRE OS EES

- 11) Quantos EES já passaram pela incubadora desde o início das atividades? No primeiro momento foram dois empreendimentos na área de alimentação, um de artesanato e uma cooperativa de catadores. Depois acolhemos uma rede de produtores familiares de orgânicos (que foram assessorados inicialmente pela Enactus). Mais recentemente incluímos mais duas cooperativas de catadores (processo ainda incipiente). Também iniciamos uma experiência territorial num bairro de volta Redonda, envolvendo, sobretudo, jovens. Nesse caso ainda não há um empreendimento específico.
- 12) EES incubados no momento. Em qual estágio se encontram (pré incubação,

- desincubação, acompanhamento). Atualmente são cinco empreendimentos, sendo 2 em pré-incubação, 2 em acompanhamento e 1 em desincubação
- 13) Qual o máximo de EES que podem ser incubados ao mesmo tempo? Acredito que o ideal são quatro empreendimentos simultâneos, em razão do tamanho da equipe
- 14) Os EES incubados no momento, são considerados urbanos, rurais ou mistos? São 4 urbanos e 1 misto
- 15) Qual a atividade de cada EES incubado? 3 cooperativas de catadores, um grupo de artesanato e 1 rede de produtores orgânicos
- 16) EES em incubação foram pré-incubados pela ITCP? Podemos dizer que as duas cooperativas de catadores mais recentes estão num processo de pré-incubação e que a rede de produtores familiares também passou por uma pré-incubação, em razão da transição da Enactus para a INTECSOL.
- 17) Os EES têm espaço dentro da ITCP? Não
- 18) Qual a periodicidade de encontros entre a incubadora e os EES? Alguns mensais e outros quinzenais.
- 19) Como é o deslocamento até os EES? Na maioria das vezes os bolsistas de deslocam de ônibus.
- 20) Os EES incubados pela ITCP interagem entre si? Sim, promovemos sempre encontros entre as cooperativas de catadores, principalmente.
- 21) A ITCP tem uma pessoa responsável comandando uma equipe para cada projeto ou todos os membros da ITCP atendem a todos os EES? Há uma divisão de equipes responsáveis pelos empreendimentos, mas havendo interesse os bolsistas conhecem também os demais empreendimentos

PARTE IV: DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS ITCPS

- 22) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela ITCP: 1. Garantir a sustentabilidade dos empreendimentos, sobretudo no que diz respeito à permanência de seus membros em momentos de dificuldade; 2. Internamente a maior dificuldade é a composição de uma equipe de trabalho perene e comprometida.

PARTE V: PONTOS QUE FACILITAM O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

- 23) Quais características dos EES podem influenciar positivamente no processo de

incubação? 1. A vivência da autogestão por parte do grupo. Se já há esse exercício prévio ou a disponibilidade para tal, o processo de incubação fica facilitado; 2. Maior homogeneidade entre os empreendimentos incubados, facilitando a troca entre eles e, até mesmo, a possibilidade de um trabalho em rede; 3. Acreditamos que a experiência recente de trabalho a partir de um território também possa permitir melhores resultados, mas trata-se de uma iniciativa em desenvolvimento, sobre a qual não temos uma avaliação ainda.

PARTE VI: PONTOS QUE DIFICULTAM O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

24) Quais as maiores dificuldades num processo de incubação?

1. Resistência do grupo ou de suas lideranças à adoção de práticas autogestionárias; 2. Dificuldade de implementação de processo de desenvolvimento contínuo do empreendimento em razão da rotatividade de seus integrantes; 3. Em muitos casos, a falta de outros apoios institucionais, sobretudo da gestão municipal, pode dificultar o desenvolvimento do empreendimento e, por consequência, a própria incubação

PARTE VII: PROCEDIMENTO

25) Existe uma metodologia para a seleção do EES? Não

26) Existe uma metodologia de préincubação? Qual? Não

27) Existe uma metodologia de incubação? Qual? Sim. Mas, não adotamos uma metodologia específica como a da ANPROTEC, por exemplo. No entanto, consideramos duas vertentes de ação, por um lado associando o planejamento da atividade produtiva - envolvendo aqui uma análise viabilidade econômica -, com a proposição da adoção de ferramentas que melhorem o processo produtivo e de gestão do empreendimento. Por outro lado, trabalha-se a formação e a vivência da autogestão.

28) Existe uma metodologia de desincubação? Qual? Não

PARTE VIII: PRAZOS DE INCUBAÇÃO

29) Por quanto tempo os EES podem permanecer em pré-incubação? Esse prazo pode ser estendido?

30) Por quanto tempo os EES podem permanecer incubados?

Esse prazo pode ser estendido?

31) Por quanto tempos os EES permanecem em processo de desincubação?

32) Após a graduação do EES, há algum tipo de monitoramento por parte da ITCP?

Respondendo de forma geral, a InTECSOL não conseguiu, por sua breve experiência, estruturar uma metodologia que abranja essas etapas todas do processo, assim como não definiu prazos para elas, nem mesmo para o processo de incubação, haja visto que temos dois empreendimentos que estão sendo incubados desde 2014. Um desses será desencubado este ano – primeira experiência.

PARTE IX: ASSOCIAÇÃO EM REDE

33) Os EES incubados são associados a alguma rede? Qual? A Rede Raízes na Terra, dos produtores orgânicos, faz parte de um SPG (Sistema Participativo de Garantia) da ABIO – Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro. Duas cooperativas de catadores fazem parte da Rede CATASUL, uma rede de cooperativas de catadores do Sul Fluminense.

34) A ITCP é associada á alguma rede? Qual ou quais? Rede ITCP.

PARTE X: APOIO DO PODER PÚBLICO

35) A ITCP participou de algum edital público no último ano? Foi contemplada? O último edital no qual a InTECSOL foi contemplada foi o do Proninc de 2017. Em 2018 concorreu ao edital CNPq/Sescoop, mas não foi contemplada

36) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos federais de apoio a economia solidária? Não.

37) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos estaduais de apoio a economia solidária? Não

38) A ITCP tem algum tipo de parceria com órgãos municipais de apoio a economia solidária? Não há órgãos municipais de economia solidária em Volta Redonda, mas a InTECSOL participa da organização do Festival de Economia Solidária de Volta

Redonda, que em 2019 realizará a terceira edição, além de contribuir para a construção do projeto de lei da política pública municipal de economia solidária.

PARTE XI: OUTROS TIPOS DE APOIO FINANCEIRO

39) A ITCP recebe apoio financeiro da instituição de ensino que é vinculada? De que tipo? Não.

40) A ITCP tem outra forma de ingresso de capital além dos editais e apoio financeiro da instituição de ensino a qual é vinculada? Se afirmativo, qual(ais)? Sim. Este ano está operando com recursos de uma emenda parlamentar.

PARTE XII: INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO ENTREVISTADO

Vale dizer que a Incubadora, para além do trabalho de incubação, desenvolve um papel fundamental de articulação política do movimento de economia solidária via fórum municipal, além de exercer uma interlocução qualificada com a gestão pública municipal, tanto na construção da política pública de economia solidária como na garantia da contratação das cooperativas de catadores do município para a prestação do serviço de coleta seletiva, para o qual a InTECSOL tem assento no comitê de gestão da coleta seletiva do município.

Além disso, a Incubadora iniciou o projeto de intervenção territorial num bairro de Volta Redonda, com uma ação inicial junto à juventude. Também estamos construindo uma parceria com a DPU – Defensoria Pública da União, para atuar junto a coletivos de catadores e comunidades tradicionais e/ou vulneráveis do Sul Fluminense e Costa Verde.